Publicação comemorativa do centenário da cidade de Maceió (9 de dezembro de 1939) — promovida pela Prefeitura Municipal, sob a orientação do Departamento Municipal de Estatística.

CRAVEIRO COSTA

MACEIÓ

2ª EDIÇÃO
SERVIÇOS GRÁFICOS DE ALAGOAS S/A. – SERGASA
MACEIÓ – 1981

1ª edição = 1939
2ª edição = 1981
3ª edição = 1981

Ao leitor

Em meio, aos vários trabalhos desempenhados pela Secretaria de Educação e Cultura, merece um elogio especial, o propósito, da "re-edição" das obras históricas de autores alagoanos.

Observando toda uma linha de trabalho executada pela SEC, sentimos que, ao longo de tempo, houve uma preocupação maior pela realidade - Educação". Todavia, em nossos dias, urge reconhecer, que o Sistema Educação do Estado não sofre abalo em sua marcha, evidenciando-se um interesse crescente do Exmo. Sr. Secretário de Educação pela dinamização da Cultura.

A re-edição de - Maceió - de Craveiro Costa é conscientização do quanto a Secretaria de Educação e Cultura objetiva no seu plano de trabalho na área cultural para 1981.

A escolha dessa notável obra, teve o aval do Egrégio Conselho Estadual de Cultura, diante do seu valor informativo para as gerações do presente e futuro.

A primeira edição de Maceió de Craveiro Costa surgiu em 1939 feita pela Livraria José Olympio Editora, no Rio de Janeiro com o patrocínio da Prefeitura Municipal de Maceió.

Melhor presente, o então Prefeito da Capital, Dr. Eustáquio Gomes de Mello, não poderá oferecer à comunidade, quando do 1º Centenário da elevação de Maceió à cidade e Capital das Alagoas.

bliotec
ıceió.
. 2505
ação -
1.68 ·

Agora, essa obra de importância histórica volta a ser entregue à Comunidade, graças ao esforço do Prof. José Medeiros, D.D. Secretário de Educação e Cultura, portador de grande sensibilidade cultural, esforço este, que reflete a concretização da filosofia do Governo Guilherme Palmeira.

A re-edição da obra será fiel a sua origem, sob todos os aspéctos, isto provando o respeito à historicidade da mesma.

– Maceió - de Craveiro Costa tem nas suas páginas o retrato fiel da tragetória histórica de um engenho, povoado, vila e cidade, onde encontramos a poesia e arte que sai da pena do Mestre Craveiro Costa.

Como complemento de tão importante trabalho, está no final, um apêndice de Manuel Diegues Junior que mostra "a evolução urbana e social de Maceió no período republicano".

Quem foi João Craveiro Costa?

Nasceu em Maceió, a 27 de janeiro de 1871, vindo a falecer nesta cidade a 31 de agosto de 1934.

Iniciou a sua vida como auxiliar de comércio. Aliás, a profissão de balconista sempre foi o passo de iniciação a vida social para a juventude. Muitos valores tiveram no balcão a única oportunidade motivadora para o crescer sócio-cultural em suas vidas.

Craveiro Costa, por razões políticas passou a residir no Rio de Janeiro e São Paulo. Retornou a Maceió e novamente deixa o Estado com destino ao Estado do Amazonas. Nova crise política o faz retornar a Alagoas, quando se casou com Dona Laura Guimarães Passos. Após o seu casamento resolveu residir no território do Acre. Ali teve uma atuação brilhante, criando o primeiro Grupo Escolar e o Jornal Cruzeiro do Sul.

Faleceu a sua esposa em 1914, sendo que no ano seguinte contraiu segunda núpcia com D. Adelaide Sampaio Figueiredo. Em 1922 retornou a Alagoas, ocupando os cargos de Administrador e Contador da Recebedoria de Rendas, Diretor do Grupo Diegues Junior e Contador-Geral do Estado.

Craveiro Costa foi um homem de uma inteligência privilegiada. Um jornalista de valor, tendo atuado nos jornais: "Correio Mercantil", "A República", "O Rebate", "Quinze

de Novembro", "Correio de Alagoas", e "Guttemberg".

Deixou várias obras, destacando-se: "O Fim da Epopéia", "O Visconde de Sinimbú", "Alagoas em 1931", "História das Alagoas" e "Maceió".

Realmente, re-editar a obra - "Maceió" - de Craveiro Costa é, podemos afirmar, um valoioso presente da Secretaria da Educação e Cultura à comunidade Alagoana.

Ter nas mãos Maceió de Craveiro Costa, é saborear um trabalho sério, onde a pesquisa serviu de base, um estilo suave que envolve o leitor, uma forma elegante que revela ser o autor um qualificado Artista.

A sua pena não serviu apenas para deixar sinais no branco do papel, foi um cinzel a esculpir uma obra de Arte. Era assim Craveiro Costa.

Nossos parabéns ao Prof. José Medeiros e nosso incentivo para que outras promoções dessa feitura sejam concretizadas.

Criar uma consciência Cultural é o grande embasamento para um movimento cultural explosivo e objetivo em prol da comunidade alagoana.

Maceió, 15 de janeiro de 1981
ERNANI OTACÍLIO MÉRO
Diretor - DAC

Sábado: tarde Inglês
Noite → Perspectiva // Lanterna

Domingo: P.2
Sketchup

Índice

A publicação do presente livro pode-se dizer que é o ponto de maior relêvo do largo programa traçado pelo sr. prefeito Eustaquio Gomes de Mello para a comemoração do centenário da elevação de Maceió a cidade e capital do Estado das Alagoas.

Terminado em 1939, Maceió *não recebeu de seu autor — falecido cinco anos depois — a última demão que de ordinário precede a remessa de uma obra para o prelo. Constituem prova disso, além de certos ligeiros descuidos e a omissão de importante documento — o auto de aclamação da vila — que, segundo observação de Craveiro Costa, deveria ser transcrito — a mistura de grafias muitas vezes verificada na transcrição de textos, consequência do fato de usar o escritor uma ortografia simplificada, muito semelhante, por sinal, à que ora se acha em vigor. Os descuidos, procurei corrigí-los, quando possível, e algum que haja ficado será, creio, de pouca monta. Enquanto ao documento, copiei-o no Instituto Histórico Brasileiro. O caso das grafias, resolví-o com o uso da simplificada para a citação de autores ou pequenos trechos de documentos de menor importância, deixando na ortografia do original (com alguma possível infidelidade do dactilógrafo) os documentos, de maior vulto, transcriptos na íntegra, sobretudo aqueles a que a mudança de grafia viria modificar grandemente o sabor típico da escrita original — tais, por exemplo, as escrituras que aparecem no 1.º capítulo.*

Adquiridos da família do ilustre historiador os direitos autorais do volume, confiou-me a municipalidade de Maceió a incumbência de, como diretor interino do antigo Departamento de Estatística e Publicidade, hoje Departamento Municipal de Estatística, promover, no Rio, a edição do trabalho de Craveiro Costa, fazendo-o acompanhar de notas e um estudo complementar pelo sr. Manuel Diegues Junior e mandando-o ilustrar pelo pintor Santa Rosa.

Fiz o possível para dar bom desempenho à tarefa que me foi cometida. Afastado, por licença, das minhas funções, sinto-me satisfeito por ter contribuído um pouco para as realizações com que se solenizou o centenário do acontecimento de máxima significação na vida historica da capital do meu Estado.

Aurelio Buarque de Hollanda Ferreira.

I

O POVOADO

ASCEU espúria a cidade, no páteo de um engenho colonial, sem ascendência conhecida e assentamento autorizado nas crônicas do período histórico da luta pelo domínio do gentio e conquista da terra.

Barleos, em seus mapas, (1) não assinala no ponto da costa da capitania de Duarte Coelho Pereira, onde está hoje a cidade de Maceió, (2) uma só habitação. De praia acima, ante o ancoradouro

(1) Melo Morais, na sua Crônica Geral do Brasil, dá uma notícia minuciosa da topografia de Pernambuco e Alagoas, por ocasião da guerra holandesa, em vista das cartas de Barleos, que examinou. Dessa descrição êste trecho do erudito historiador alagoano: "Continuando pela costa do mar está o pôrto de Jaraguá e mais adiante o de Juçara. O local onde está hoje situada a cidade de Maceió, capital da Província das Alagoas, não tinha uma só casa, e nem vestígio de morador, e o mesmo nos dois portos de mar".

(2) O riacho que dá nome à cidade, dividindo-a em dois bairros principais, tem os seus manadeiros em Taboleiro do Pinto, por dois braços — o Pitanga e o Pau-d'Arco. Desagua no Atlântico depois de um percurso de 6 quilômetros, aproximadamente. Segundo Moreira e Silva, Maçai-ó-k significa: o que tapa o alagadiço.

sem referência na cartografia barleana, havia o de-
serto da era cabralina, deserto maior talvez, pois que
o caeté indomável, combatido a ferro e a fogo, por-
ventura escapo à perseguição legalizada, depois do
naufrágio da nau *Nossa Senhora d'Ajuda*, (3) se
embrenhara, aterrorizado da vingança do coloni-
zador.

Joannes de Laet, (4) diretor e cronista da Com-
panhia das Índias Ocidentais, na sua descrição da
costa da capitania, indicando, minudente, os portos
favoráveis, os abrigos seguros da navegação, os aci-
dentes vários do litoral, os povoados que surgiam
dentre a esperança radiosa dos canaviais, não inclue
o ancoradouro de Jaraguá (5) nem alude a habita-
ção circunvizinha.

O silêncio do cronista, contemporâneo e teste-
munha visual da conquista holandesa, e a indiferença
do cartógrafo, ao traçar mapas coloniais, não signi-
ficam ignorância do ancoradouro; apenas deixam
perceber o seu desvalimento, ao tempo da invasão ba-
tava, como base de operações e ponto de desembar-
que, que se estimassem, pela distância a que ficava
dos povoados mais florescentes, que mais interessa-
vam à invasão.

Todavia documento público, de 1611, refere a

---

(3) Um edicto real condenou a escravidão perpétua todos
os caetés e seus descendentes, sem exceção de sexo e idade, se-
gundo refere Rocha Pita, na sua História da América Portu-
guesa.

(4) História ou Anais da Companhia Privilegiada das
Índias Ocidentais, desde o começo até o fim de 1636.

(5) Jaraguá. de iara (senhor) e iguá (bom) ou guá
(pintado) (João Severiano da Fonseca); Jara (senhor), guá
(enseada) — Enseada do Senhor — (Dias Cabral); Yar-a-
guá (enseada do ancoradouro) ou yara-guá (enseada das ca-
noas) (Moreira e Silva).

existência de uma casa de têlha, em Pajussara, pro-
priedade de Manuel Antônio Duro, a quem Diogo
Soares, alcaide-mor de Santa Maria Madalena, doara
uma sesmaria. (6) A escritura dessa doação, datada
de 25 de novembro daquele ano, indica claramente
que, muito antes da invasão holandesa, em 1609, ha-
via em Pajussara uma habitação definitiva e que Ma-
nuel Antônio Duro era seu proprietário, havendo

---

(6) A escritura de doação a Manuel Antônio Duro é do
teor seguinte:

"Saybam coantos este publiquo (digo este instromento de
doasam E obrigação virem que no anno do nascimento de noso
senhor Jezus Cristo de mil Eseis sentoz E onze Aos Vinte
Esinco dias do mez de novembro do dito anno nos limites da
alagoa nas cazas de morada do Domingos Leitão de Brito da
Villa de Olinda Capitania de pernambuco Estando a hy presen-
te de hua parte henRique de Carvalho Capitam dos ditos limites
E de outra Manoel antonio duro morador nelles logo pelo dito
henRique de Carvalho foi dito perante mim tabelião E das teste-
munhas ao dieute nomeadas que elle hera procurador bastante
de diogo Soares morador na sidade de lisboa Como logo fez serto
por hun Instromento de proCuração feita na dita sidade aos vin-
te dias do mez de novembro do anno pasado deseis Sentos E de
que Esta Sobscrita Easinada Em publiquo por luiz monteiro
Silva tabelião danotas da dita sidade de lisboa Como desta pa-
resia na coal lhe da o dito soares Ceu constetuinte Em seu
nome E como tutor de seu filho gabriel soares de pina alcaide
mor da villa madalena que se ora fez na dita lagoa puder Re-
partir alguas terras pellos moradores da dita villa E povoasam
por virtude da coal procuração E data que foi dada Pello Ca-
pitam E governador desta capitania ao dito seu constetuinte
disso ello Enrique de Carvalho Em nome e Como procurador
do dito diogo soares E seu filho gabriel soares dépina que por
este Einstromento dava e doava E fazia doasam de Sesmaria
ao dito manoel Antonio duro de oito Sentas Brasas de terra
por Costa na pajucara a saber da caza de telha que o dito
manoel Antonio duro ahy tem Coatro sentas Brasas para o
norte E coatro sentas para o sul E para o sertão toda a terra
que ouver atho Entestar na alagoa donorte Eo rio que para
ella sae a Coal sorte de terra lhe da pella sobre dita maneira de
Xismaria forra livre E izenta semforo nem tributo algum mais
que dizimo a Deos Com todas as agoas E madeiras que na dita
data ouver resalvando os paos riaes para Engenhos E mais
madeiras de mangue que servirem Para ularia E armasam
dellas E paos que servirem Para Serar a Coal data lhe da com
condisam que fará hua Casa de sobrado coberta de telha na
dita povoasam do dito diogo soares E seu filho cita Em Subahu-
ma E isto deutro Em hum anno para o que outrosy lhe faz

também, por aí, legalmente estabelecido, um outro indivíduo, cuja localização o novo sesmeiro era obrigado a respeitar, caso a demarcação que se ia proceder alcançasse-lhe o sítio.

Manuel Duro, isto percebe-se, era pessoa de haveres avantajados, capaz de realizar a exploração da terra pelo sistema das grandes propriedades, que a metrópole adotara, um daqueles "homes de pose

---

doasam dos xanos que forem necessarios para dita Casa Equin-
taes na forma Em se dão aos mais moradores E povoadores E
não fazendo a dita Caza perdera a dita terra E Esta doasam
não teravigor nem sera de Hefeito nunhu E pudera dar a
quem quizer E o dito manoel antonio comprindo ditas obriga-
sois farada dita terra o que bem lhe Estiver por coanto elle
Enrique de Carvalho Em nome dos ditos Constetuintes lhe
faz doasam della para elle E sua mulher e filhos E erdeiros
descendentes E ascendentes que apoz delle vierem E sucede-
rem a coal obrigação digo a coal se obriga a lhe fazer boa se-
gura paz de toda a pesoa ou pesoas que alguma duvida ou
Embargo quizer Por Essa doasam E assim nos ditos Xanos que
se obriga a comprir como nelle se contem para o que obrigou
por virtude da dita procuraçam os bens de dito seu Conste-
tuinte E do dito seu filho E pello dito manoel Antonio que
elle aseitava a dita sorte de terra e Xanos Com a obrigação de
povoador e morador E Com todas as mais Clauzullas E condi-
sois E obrigasois nesta doasam declaradas que se obriga a
Comprir asim e da maneira que nelle se contem E he declara-
do sob obrigação de seus bens que para isso obrigou E Eu tes-
temunho de verdade asi outorgarão Emandarão ser feito Este
Instromento nesta nota onde assinarão que pedirão E aseita-
ram E Eu tabelião o aseite Em nome de quem tocar auzente
como pesoa publiqua Estipulante e aseitante sendo tistemu-
nhas prezentes Manoel da Costa Calheiros E domingos lopes
que todos conhecemos as ditas partes serem proprias E assi-
narão E Eu luis Mareiros tabelião escrevi E declararão ellas
partes que sendo Cauzo que com a demarcação que o dito ma-
noel Antonio fizer tome sitio .... em que ora Esta ma-
noel .... o deixara estar livremente E elle Enrique de
Carvalho dara ao dito manoel antonio outra tanta terra em
satsiafação de hua banda ou de outra de sua data E assi o
outorgarão dito Escrevi Eu luis mareiros tabalião do publiquo
judicial e notas nesta villa de olinda capitania de pernambu-
co por duarte coelho de albuquerque Capitam E governador
della por El-rey nososenhor que este Instromento Em meu li-
vro de notas tomei E delle o fiz trasladar a que me reporto e
consertei sobrescrevy E assinei do meu publiquo sinal E não
continha mais o dito treslado de Escritura que eu Bernabé de
Couto lemos tirei do proprio treslado, etc.".

assim de gente como de criasões q'ha um morador san pertencentes", a que alude o Sr. Oliveira Vianna. (7)

Mas de Manuel Duro apenas se sabe, ao certo, o que dêle ficou escrito nesse papel oficial do comêço do século XVII. Seu nome não teve outra repercussão no passado, apagando-se na desvalia das existências obscuras. A própria casa que levantara em Pajussara acompanhou-lhe o desaparecimento, parecendo já não existir ao tempo da ocupação holandesa, se a não destruíram, por conveniência de ordem militar, os invasores.

Num documento do Instituto Histórico de Alagoas, datado de 1679, relativo à recusa de auxílio às obras da cadeia da vila das Alagoas, figura, entre os signatários, Manuel Antônio Duro. Eram decorridos 68 anos da doação da sesmaria de Pajussara, devendo ser, então, muito velho o sesmeiro. Assinam também o mesmo documento A. Duro de Távora e Francisco Duro Romão. Houve um outro Duro, Pedro Afonso, que foi padrinho de Calabar.

A família Duro deve ter sido numerosa e importante nesta parte da capitania de Pernambuco, localizando-se principalmente na vila de Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul (Alagoas). Antes da doação de 1611, Manuel Duro procurou situar-se na costa, na enseada de Pajussara, mas nas imediações das terras que, posteriormente, lhe foram doadas, já existia um proprietário, Manuel de tal, cujo nome completo Melo Morais não pôde decifrar na escritura que para aquí, documentativamente, trasladamos.

---

(7) O Povo Brasileiro e sua Evolução.

A sesmaria de Manuel Duro parece ter sido transferida ao capitão Apolinário Fernandes Padilha, antiquíssimo proprietário de terras em Maceió, pois foi êste quem fêz trasladar para o livro de notas do tabelião Bernabé do Couto Lemos, em julho de 1708, a escritura de doação feita em nome de Diogo Soares da Cunha e seu filho Gabriel Soares de Pina. Apolinário Padilha deve ter substituído a Manuel Duro na posse e direitos da sesmaria.

Expulso o batavo, após combates que assolaram e despovoaram a capitania, cessando ao mesmo tempo a autoridade dos donatários, em virtude da nova orientação da metrópole em relação à colonização, o govêrno português procurou resguardar a costa imensa pernambucana, naqueles pontos ainda desprovidos de defesa militar, contra possíveis agressões. E D. Pedro II, em 1673, ordenou ao governador geral, Visconde de Barbacena, fizesse fortificar o pôrto de Jaraguá e povoar a comarca das Alagoas com ilhéus dos Açores.

O governador, porém, preocupado com as minas de prata, que tantos desgostos lhe acarretaram, não se deu a tais canseiras defensivas, e tudo, militarmente, continuou como dantes, até Melo e Póvoas, quasi século e meio.

A invasão holandesa encontrou florescentes os três principais núcleos da população do território alagoano — *Bom Sucesso* (Pôrto-Calvo), ao norte; *Santa Maria Madalena da Alagoa do Sul* (Alagoas), ao centro, e *Penedo do Rio de São Francisco* (Penedo), ao sul. Foram os burgos fundamentais da formação geográfica das Alagoas. Matias de Albuquerque, ao retirar-se para a Europa, em 1635, substituído na chefia do exército em operações pelo malogrado Rojas y Borjas, deu-lhes as franquias de vila, em 12 de abril daquele ano, grato à preeminência dos serviços prestados na luta holandesa.

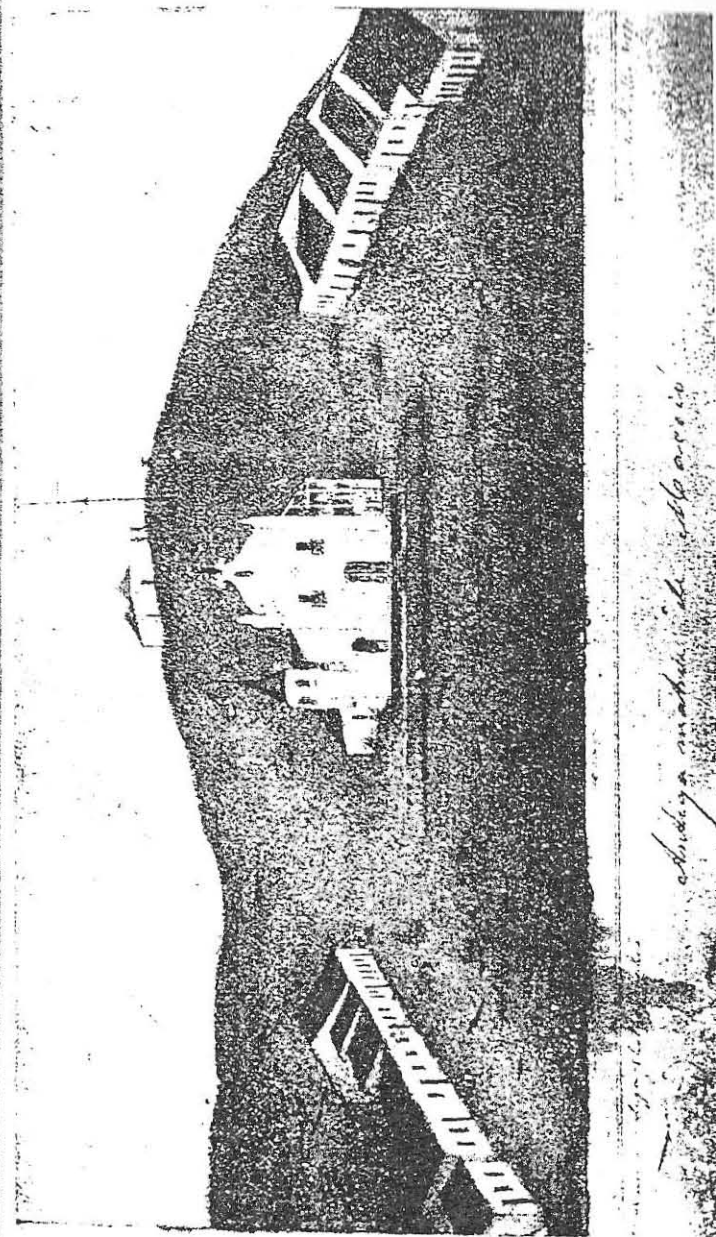
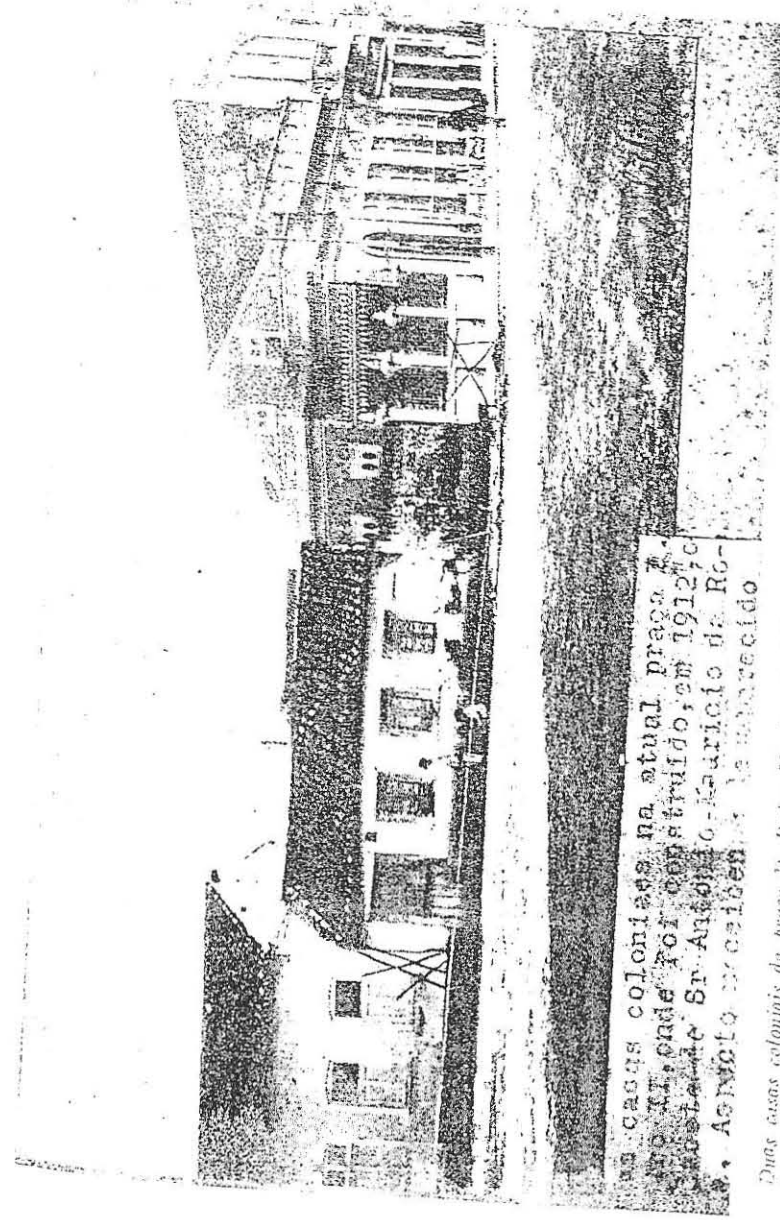
Em tôrno dessas vilas, vários povoados formavam-se, tumultuariamente, na imensidão das sesmarias. E cada núcleo que surgia, rodeando o engenho de açúcar, dominando o campo pastoril, beirando os cursos fluviais, ou emergindo ao longo das lagoas, procurava, pela necessidade irresistível das relações sociais e permutas de interêsses mercantis, ligar-se aos outros núcleos, anastomosando-se para a vida que irrompia da inclemência tropical. E, pouco a pouco, se foram rasgando no seio da mata os caminhos que conduziam aos centros de maior população e mais acentuada preponderância, que levavam do centro para o litoral as produções agrícolas e da orla marítima para o sertão o socorro das armas, quando a truculência das oposições indígenas se levantava contra a expansão colonial, ou quando estrugia a revolta dos próprios colonos, tocados fundamente nos recessos da dignidade ou do interêsse ofendido pelo desregramento e cobiça dos senhores da terra e das próprias autoridades reinóis. Porque, "ao passo que pela granjearia e pelo comércio crescia a opulência dos súditos, a licença e a demasia dos governadores cresciam, tão absolutos, que não havia honra, vida nem fazenda que não estivesse à disposição de seu gôsto". (8)

Com o advento da vida judiciária nestas paragens

(8) Frei Rafael de Jesús, Castrioto Lusitano.

alagoanas, por onde imperavam a prepotência dos sesmeiros e o arbítrio rude dos capitães-mores, e medidas outras complementares, de polícia e administração, que vinham, de-súbito, quebrar as asperidões do regime despótico vigorante, a autoridade dos grandes proprietários, em seus feudos, e dos diversos representantes da metrópole, nas vilas e povoados, ficou limitada, pairando sôbre ela a autoridade do rei e as imposições rígidas da lei.

Santa Luzia do Norte, à margem da lagoa do Norte, é contemporânea dessa fase de formação geográfica e crescimento social e econômico do território alagoano. Segundo Gabriel Soares, um cego se estabelecera próximo à embocadura do rio Mundaú, invocando a misericórdia da santa protetora dos que perdem a vista. E o cego fundou o povoado. E' a lenda. A história, porém, firma a origem da povoação na doação de Diogo Gonçalves Vieira a Antônio Martins Ribeiro, em 1610, de uma légua de terra com a condição de fundar engenho e povoar suas terras. Ribeiro cumpriu as condições que lhe haviam sido impostas. Ao tempo da guerra holandesa, eram três os engenhos de açúcar que alí existiam — o *Santo Antônio,* à margem do riacho Satuba, o *Nossa Senhora d'Ajuda* e o *Nossa Senhora da Encarnação,* à margem do Mundaú, todos com capelas. O povoado era considerável e resistiu heroicamente à invasão batava, rechaçando-a.

Depois da restauração é que deve ter tido início o povoado de Maceió, pelo engenho de açúcar que aí existiu no local que está hoje ocupado pela praça D. Pedro II.

Antiga Matriz de Maceió. Um pouco mais à frente começou a ser construída, em 1850, a Catedral atual, cuja inauguração foi presidida pelo Imperador D. Pedro II, em dezembro de 1859. Detalhes sôbre a construção da atual Catedral na Revista do Instituto Histórico de Alagoas (primeiro volume).

Duas casas coloniais da praça D. Pedro II. A assinalada com o número 1 existiu até alguns anos atrás, quando foi demolida e nela construído um edifício, onde está hoje a agência da Panair; a outra foi demolida, em 1912, para construção do palacete do cel. Antônio Maurício da Rocha.

Alguém, certamente de Santa Luzia do Norte, desgarrou-se do burgo lacustre, com escravaria e gado, à aventura da indústria do açúcar, e, à margem do riacho *Maçayó*, fundou um engenho.

Quem teria sido o proprietário dessa fábrica colonial? Seu nome perdeu-se. Os mais laboriosos investigadores do passado, que se embrenharam nos arquivos dos povoados ancestrais da comarca, não no encontraram para a consagração póstuma do patriarcado da cidade.

O local era o da escritura de 1611, a sesmaria de Manuel Antônio Duro, com oitocentas braças de costa e fundos até encontrar o rio Mundaú. Outros sesmeiros por aí se estabeleceram. Um dêles, e dos mais antigos, foi Apolinário Fernandes Padilha, que, em 1762, constituía o patrimônio de Nossa Senhora dos Prazeres, doando-lhe os terrenos de sua propriedade.

A capela de Nossa Senhora dos Prazeres é antiguíssima e deve ter sido contemporânea do engenho. Antes dessa inovação, era consagrada a São Gonçalo e pertenceu ao padre Antônio Ferreira da Costa, que, em 1787, a doou ao seu afilhado Bento Ferreira da Costa. (9) A capela existiu até 1850,

(9) "Em nome de Deos amen Saibaõ quantos este publico instrumento d escritura ou Como imdireito para sua validade milhor nome e lugar haja edizer sepossa virem que no Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus christo de mil esete sentos e oitenta esete annos aos vinte esinco dias do mez de Abril do dito anno neste Lugar dacapella de Maçayó na mesma capella termo d villa do santa Maria Magdalend asAlagoas doSul cabeça de comarca districto dacapitania de pernambuco em a mes ma capella aondo se... ortogrante o Reverendo Padre Antonio Ferreira da Costa aparecerão parte prezentes ortorgante e asseitantes a saber de hum como a Doador o dito Reverendo Padre Antonio Ferreira da Costa e do outros como Doados Bento Ferreira Guimarains e João Ferreira da

como matriz, quando foi demolida. Já tinha alterada a sua primitiva fisionomia, por aumentos e reconstruções que lhe fizeram.

Do engenho encontraram-se vestígios em 1850, mas o nome do fundador nunca foi sabido.

O cronista Claudino Jaime escreveu uma Memória sôbre a Matriz de Maceió, e dêsse trabalho o trecho que se segue:

"Convém aquí notar que essa capela de S. Gonçalo, segundo tradições, dizia-se ter pertencido ao proprietário do engenho de fabricar açúcar, que aquí houve antigamente, engenho assentado, mais ou menos, no lugar onde existe o palacete da Assembléia Provincial, sendo uma das provas da existência dêsse engenho ter-se verificado distintamente a bôca da fornalha do

Costa e Rita Maria cazada com Luiz José Guimarains peçoas que reconheço pellas proprias deque Setrata eo que dou fe epor elle Doador foi dito que entre os mais digo que os Seos beins que poSuhia são a saber hum criollo por nome Antonio hum criolinho por nome Benedito e huma criolinha por nome nicacia e esta propriedade com huma capella na mesma propriedade com todo os seus aSeSorios cujos beins... dava a Saber a João Ferreira da Costa hum digo da Costa dou ocriollo de nome digo aSeSorios etão bem as cazas de telha em que moro cujos beins dava a saber a João Ferreira da Costa lhe dou um criollo de nome Antonio tro bentero huma criolinha por nome nicacia ehuas cazas detelha as dava a minha afilhada Rita digo afilhada pelo amor de Deus a Rita Maria da Boa hora ea Bento lhe deixo esta propriedade com todos os seos aSeSorios ehum criolinho por nome Benedito e todos os trastes que se acharem do seo huzo e declarou que huma escrava por nome Antonio avendeo ao defunto Domingos Pereira Marido de Clara Rodrigues por preço ecoantia de Setenta mil reis, que se haxa naSua mão opapel de venda cujos beins doava a elles ditos... dos ditos os doava por todos os Logar epo Suhir como o fazia elle Doador e milhor si em direito poder eser o que para mayor realidade d apresente doação demitia todo odo minio e acção e ratificava na poSe os doados e que renunciava todos os previlegios que a seo favor fação e porque então de nada se queria valer e si cumpri... apresento escritura como nella si com tem

mesmo, ao descambar da ladeira, nessa mesma direção do palacete, ao tempo que se estava edificando; lugar presentemente aterrado e que ficou dentro do muro que circunda a área e jardim do mencionado palacete." (10)

Uma consideração sugere a reminiscência histórica de Claudino Jaime. A capela primitiva, a capelinha de S. Gonçalo, que, reconstruída ou aumentada, sob a invocação de Nossa Senhora dos Prazeres, chegou a 1850, quando foi demolida, para em seu lugar construir-se a atual catedral, pertencera ao proprietário do engenho. E devia ser contemporânea da fábrica tradicional, pois era costume, ao lado do engenho, construir-se uma ermida. Quasi todos os engenhos existentes à invasão holandesa tinham capela.

Pela escritura de doação de 1817, o padre An-

pello que pedia e rogava as Justiças de Sua Magestade fidelicima decem a prezente escritura toda avalidade e cumprimento de direito e querendo elle doador vir contra esta a juizo o afora el... ainda seus erdeiros aSendentes ou desSendentes que apos delle vierem lhe fosse denegado todo remedio e direito por quanto fazia a presente adoação pelo amor de Deos epor aver criado seos afilhados elheter muito amor epor eSa razão hera com tente que detudo tomem posse por Sua morte posse judicial... e que quer a tome quer não desde ja lhes havia dado real eac tual corporal epoçoal pela clauzula constituti edice o doador prometia cumprir a prezente doação não hir e nem vir em tempo algum co m tra a sua validade epor sua peçoa e beins prometia tirar aos doados dequalqr duvida que lhes for movida Logo pellos adoados foi dito que aSeitavam a prezente Doação como nella secontem emfe e testemunho deverdade asim o dicerão eortorgarão pedirão eaSeitarão eeu Tabelliam oaSeito em nome de quem aozente tocar e de tudo mandarão fazer este instrumento em que aSignarão e como testemunhas assignarão Francisco Machado Rebello e João guedes Marinho e a rogo de Rita Maria daboa hora aSignou oseo marido Luiz José de Magalhães depoes do lherser esta lida ente todos e eu Francisco José de Andrade Tabelliam o escrevi — o Pe. Ant.º Fer.ª da Costa. A Sino a rogo de minha mulher Rita maria da boa hora, Luiz José demagualhais, João Ferr.º Da Costa."

(10) Revista do Instituto Histórico de Alagoas.

tônio Ferreira da Costa era proprietário, não só da capela, como do sítio *Maçayó* e casas de têlha nêle existentes. A escritura, porém, não faz referência ao engenho, prova de que, já naquele ano, não existia, ou, pelo menos, não funcionava. Mas o padre era dono de tudo. Teria sido êle o fundador do sítio, o seu primitivo dono, ou o houve por compra ou herança? Teria sido o capitão Apolinário Fernandes Padilha, casado com D. Beatriz Ferreira (sobrenome do padre), que, em 1762, instituíra o patrimônio de Nossa Senhora dos Prazeres?

Nada de positivo pudemos averiguar. A escuridão é completa sôbre o assunto.

Uma verdade, porém, é inconteste. A célula *mater* do povoado foi o engenho com a sua ermida de S. Gonçalo, que existiram na atual praça D. Pedro II. Aí vinham morrer os longos caminhos que serviam à fábrica — o que demandava a lagoa do Norte e o vale do Mandaú e o que, marginando o litoral, conduzia à capital da capitania, por Pôrto-Calvo e povoados circunvizinhos, que dêle se iam emancipando — a velha estrada que desembocava no Poço, perlustrada por holandeses e lusitanos na luta pelo domínio colonial.

O engenho ficava ao sopé da montanha, ao *descambar da ladeira,* com a ermida de S. Gonçalo sobranceira. A seguir, a falda do monte à margem do riacho, o pântano adjacente, a restinga onde o riacho desagua, mais tarde conquistada por aterros sucessivos e pela ação do próprio riacho, a área antigamente conhecida por *Bôca de Maceió,* sôbre a qual foram construídas as ruas atuais — Pontes de

Miranda, Imperador, Libertadora Alagoana e outras. (*)

Uma gravura de 1850, existente no Instituto Histórico de Alagoas, restaura a ancianidade da praça, anteriormente a José Bento, o velho.

Não existia a ladeira hoje chamada da Catedral. (**) Esta só no ano seguinte foi cavada na montanha para dar acesso mais suave ao planalto, onde aquele presidente fêz construir o farol e a Casa da Pólvora, mais tarde aproveitada para capela de S. Gonçalo, o primeiro padroeiro do povoado. O morro descia sua aba imensa até além da atual rua Nova, (***) depois, descambando pela orla direita do riacho, estendia-se pela estrada do Poço, por um lado, e, por outro, estirava-se pelas atuais ruas 15 de Novembro e Comércio, rumo da Cambona. (****)

Na gravura, no alto, ao centro da aba da montanha, a igrejinha, como um marco da fundação da cidade plantado pela crença católica dos nossos

(*) Estas três ruas tiveram os seguintes nomes: rua da Estrada do Poço, e, depois, das Verduras, a primeira; do Imperador, Floriano Peixoto, voltando a receber o primeiro, que ainda hoje mantém, a segunda; da Praia, a terceira.

(**) Na época em que Craveiro Costa escreveu êste livro, a primitiva ladeira das Pedras ou da Matriz tinha o nome de ladeira da Catedral; hoje se chama Rosalvo Ribeiro, começando no oitão da Catedral e terminando no Farol, ao principiar a rua Dr. Ângelo Neto.

(***) Há em Maceió quatro ruas com o nome de Nova: uma em Fernão-Velho, outra em Bebedouro, a terceira no Farol e, finalmente, a do centro da cidade. A esta é que se refere Craveiro Costa. Chamada a princípio rua Nova, foi depois denominada do Governador ou Barão de Traipú, voltando em seguida ao nome primitivo. Atualmente é rua Barão de Penedo.

(****) A rua 15 de Novembro, do tempo de Craveiro Costa, denominou-se antes rua do Sol, do Rosário e da Imperatriz; hoje é rua João Pessoa. A do Comércio chamou-se outrora rua Sinimbú; depois foi denominada Dr. Rocha Cavalcante, voltando, em 1933, a chamar-se do Comércio. A Cambona é atualmente rua General Hermes.

maiores; aos lados a casaria colonial, acaçapada, de porta e janela, o sobradinho onde se reuniram os *homens bons*, no grande dia da aclamação da vila.

A gravura não acusa um só vestígio do engenho; mas adivinha-se-lhe a existência no conjunto desgracioso do largo êrmo. Alí, realmente, êle devia ter existido, alí foi a sua existência sem repercussão na vida econômica da comarca. Tudo aquilo, que a gravura deixa ver e era um avanço material considerável em 1850, evoca a velha fábrica, movida a bois ronceiros, e a labuta diária da escravaria, lançando, inconcientemente, os fundamentos das grandes usinas açucareiras. A paisagem triste e patriarcal sugere a vida monótona dos primeiros dias da indústria do açúcar, e o campo, então transformado em núcleo principal do povoado, era a bagaceira imunda de todos os engenhos, era a senzala sórdida e trágica, a poucos passos da casa senhorial, onde a escravaria, ao cair da tarde, recolhia ao repouso, exausta, tangida e contada, às cabeças, uma a uma, pelo feitor; era a pastagem do gado lerdo, a contemplar pacificamente carros guinchantes, que rodavam aos solavancos, estrada fora, pejados de caixas de açúcar; era o canavial imenso, verdejando, na direção do riacho, a esperança das produções opimas...

Para a fundação do engenho devia ter concorrido a excelência do local, à margem do ancoradouro, que se deparava, franco e vasto, o atual pôrto de Jaraguá, até a enseada de Pajussara, onde Manuel Antônio Duro edificara a casa de têlha a que alude a velha escritura de 1611. O pôrto, frequentado de quando em vez por corsários franceses, em contacto

comercial com os habitantes das adjacências, provavelmente de Santa Luzia do Norte, porque em Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul a vigilância seria maior e capaz de frustrar o contrabando pelo pôrto do Francês, favorecia a clandestinidade da exportação e do comércio interno. E foi precisamente para evitar êsse intercâmbio clandestino que a metrópole, agora cautelosa, recomendara ao governador geral, Visconde de Barbacena, fizesse fortificar o pôrto de Jaraguá.

Pôrto de fácil acesso, permitia a saída do açúcar e demais produtos, sem embaraços e sem grandes despesas de transporte e talvez longe das vistas dos dizimeiros ávidos, oferecendo aos produtores maiores compensações.

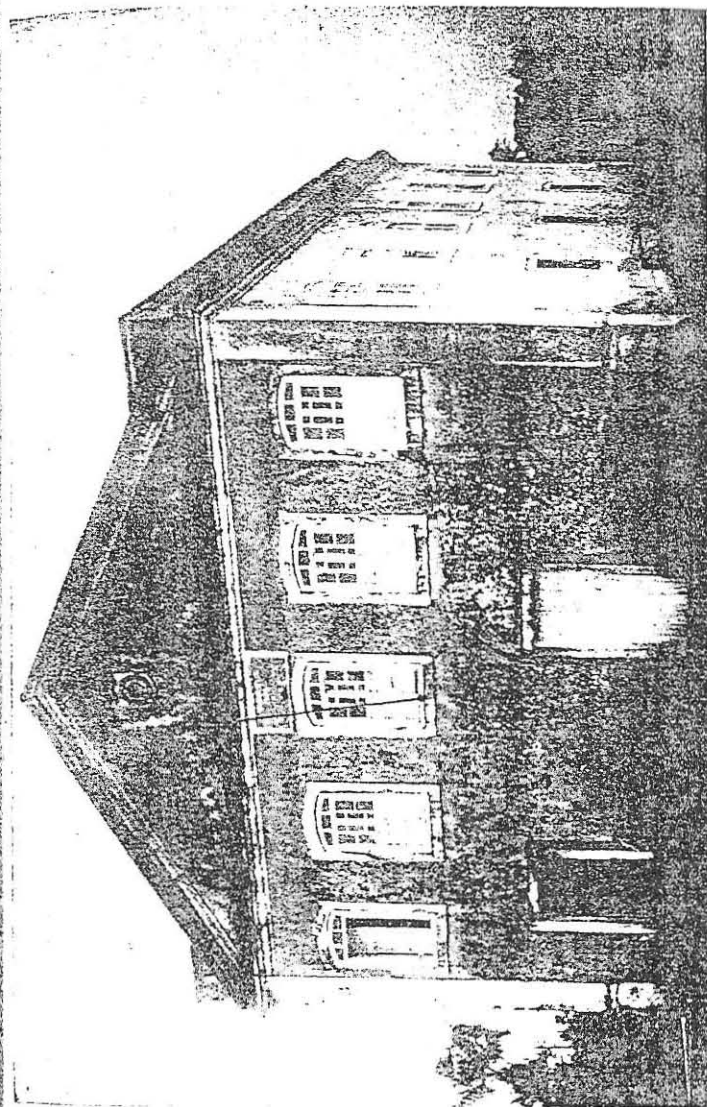
A exploração agrícola fartamente remuneradora, mesmo sem os recursos das contravenções às exigências do fisco, atraíu outros aventureiros, da agricultura e do comércio, de vários pontos da capitania, que se foram localizando vantajosamente, prendendo-se à terra, que era feraz e hospitaleira, pela família e pela propriedade, talvez açorianos recomendados pela metrópole ao Visconde de Barbacena.

A sesmaria de Manuel Antônio Duro dividira-se razoavelmente, como convinha ao desenvolvimento local, constituindo pequenas propriedades rurais, que, pouco a pouco, se transformaram em propriedades urbanas, cedendo os sítios lugar às construções das vias públicas e dos prédios marginais. E a povoação, que se foi formando derredor do engenho, absorvendo-o, por fim, a expansão do povoamento e a sub-

divisão das terras, cresceu e prosperou. O engenho *pejou* definitivamente.

Talvez a mesma razão que fizera alí surgir o engenho, à beira do pôrto, para facilidade da exportação do açúcar, possivelmente escapo às exigências rigorosas e às vezes extorsivas do fisco, houvesse concorrido para a sua extinção ou o seu recuo. Talvez a morte do proprietário houvesse paralisado para sempre as moendas ronceiras que os grandes bois pacientes faziam mover, enquanto o povoado crescia, estrada do comércio em fora, acompanhando as construções primitivas, que por aí se fizeram, as tortuosidades do caminho, que ficaram, como um padrão da incúria dos tempos, na rua principal. E, quando o engenho e plantações circundantes cediam lugar à vida do burgo, que emergia em frente ao ancoradouro, a população rural, recuando, localizava-se na estrada do Poço, até Pioca, ao norte, e, ao sul, fixava-se pelo caminho que conduzia à lagoa do Norte e rumava o vale ubérrimo do Mundaú.

Documentadamente o nome do mais antigo proprietário de terras em Maceió, que aparece no começo do século XVIII, é o capitão Apolinário Fernandes Padilha, fazendo transcrever nas notas do tabelião Bernabé do Couto Lemos a escritura de doação feita em 1611, a Manuel Antônio Duro. Temos como fundamental a data daquela transcrição — 1708. Deve ter datado daí o início, mais autorizado, do povoamento desta parte da costa da capitania, onde hoje está a capital do Estado.

Pela morte de Padilha, sua viúva, D. Beatriz Ferreira, em processo judicial que lhe moveram o al-

Edifício da Cidade de Alagoas, antiga capital, onde funcionou a Câmara. Hoje é cadeia pública. Tem na sua fachada as armas do Império.

feres Antônio Fernandes Teixeira e sua mulher, d. Maria de Aguiar, perdia o sítio do Poço, tendo sido essa propriedade doada, pelos vencedores na demanda, a Nossa Senhora dos Prazeres. (11)

Um terceiro proprietário de terras aparece — o padre Antônio Ferreira da Costa, dono do sítio denominado *Maçayó*, por êle doado com a igreja e casas aos seus afilhados Bento Ferreira da Costa e João Ferreira da Costa.

Um outro nome aparece constantemente nas recordações dêsse tempo, o de Reginaldo Correia de Melo, proprietário de vastas datas rurais, que se estendiam da margem do riacho, galgando o planalto pela ladeira que se chamou do Algarve e pela estrada do Poço, tendo seu nome ficado num trecho do riacho que corta a cidade.

Outros nomes surgem ainda, ao findar daquele século, que figuraram amplamente nos primeiros avanços do povoado, troncos de famílias maceioenses, umas totalmente decaídas, nos seus últimos rebentos, do esplendor dêsses tempos, outras, porém, ainda conservando o patrimônio herdado de seus maiores.

Ao findar o regime colonial, a povoação de Maceió já era um grande centro comercial de alguma importância, servindo de empório a uma vasta zona agrícola, que se desenvolvia pelo vale do Mundaú e do Paraíba, cortada por dois grandes caminhos abertos ao acaso da penetração sertaneja, com diversos centros açucareiros marginais.

---

(11) Espíndola, Geografia Alagoana.

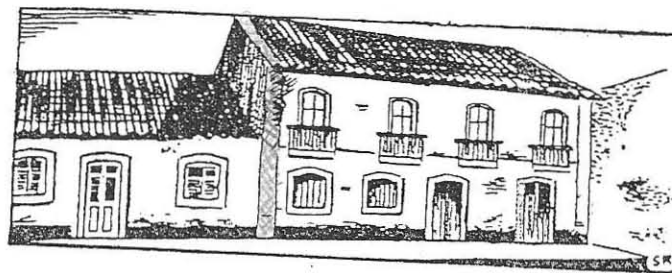
A produção, procurando saída mais fácil para o mar, fizera, naturalmente, o desenvolvimento comercial da povoação.

O sítio do padre Antônio Ferreira da Costa perdia, aos poucos, a sua fisionomia rural, tomando o aspecto e vida movimentada de um burgo comercial. O comércio fazia a prosperidade do povoado. Criou-se, então, uma classe dominante na comunidade próspera — a dos comerciantes, na sua quasi totalidade portugueses de nascimento. Eram êles agora os senhores da terra, os detentores da riqueza, que se antepunham à aristocracia rural, cujos brasões datavam dos primeiros dias da colonização. Esta ia ficando nos sítios rurais e nos engenhos, ciosa das suas tradições e dos seus pergaminhos, "vivendo à maneira fidalga, cultivando as gentilezas dos salões, o gôsto das mundanidades elegantes, o amor das suntuosidades, os excessos da indumentária luxuosa e brilhante". (12)

Mas a aristocracia agrícola, pouco a pouco, se tornou dependente, pelas relações comerciais e pela pressão da dívida, da fidalguia emergente e espúria dos mascates. Trabalhava para esta como os escravos trabalhavam para ela. Era a lei punidora das compensações...

Ao norte, os engenhos ficavam mais dependentes do comércio do Recife, saindo por diversos portos marítimos a produção agrícola, que, aliás, de tôda a comarca para lá se dirigia, para o efeito da exportação direta e pagamento do dízimo à Fazenda Real.

(12) Oliveira Viana, ob. cit.

A velha Alagoas via alarmada a prosperidade da povoação litorânea. Definhava, lentamente, ficando ao abandono o seu pôrto de mar, a quasi sete léguas da vila legendária...

II

A VILA

o alvorecer do século XIX o povoado tornara-se um empório comercial de certa notoriedade. O ancoradouro criara o comércio, e o comércio, dilatando o povoado, operava o desenvolvimento econômico e demográfico.

De tôda parte chegavam ádvenas ao novo burgo da comarca das Alagoas, com a sua ânsia de riqueza rápida na mascataria, por sítios e engenhos, espalhando, a bom preço, as novidades do reino. Alguns, porém, vinham com a idéia de fixar-se na vida agrícola, acendendo, sob tetos abrigadores, novos lumes propiciatórios. Ainda outros se aboletavam nos labores comerciais, em casas tôscas, que contruíam apressadamente, para lojas e vendas, com balcão e prateleiras, que depois eram empórios da indumentária aparatosa da época e ucharias fartas para a gente endinheirada cobiçosa das gulodices reinóis.

O açúcar, o algodão, o fumo, os cereais, as madeiras de construção civil e naval, a farinha de mandioca e os couros eram os produtos que vinham do centro em demanda do litoral, em carros de bois e combóios de bêstas, guiados por escravos de confiança, escolhidos a dedo para a almocrevaria.

O comércio do povoado comprava diretamente êsses produtos ou os recebia em consignação. A exportação fazia-se nos veleiros que vinham ao pôrto de Jaraguá, de quando em quando, atraídos pelas vantagens dos carregamentos, e destinava-se a Salvador e Recife.

O açúcar era o gênero principal de exportação, em caixas, e a sua hegemonia na vida econômica das Alagoas ficou até hoje, atestando a ausência de iniciativas agrícolas e a falta de previsão dos lavradores na exploração racional da terra, propícia às mais variadas culturas.

O açúcar fôra, pelo volume de sua produção, depois do exhaurimento da indústria da mineração, objeto de severa legislação aduaneira, acauteladora dos dízimos reais, e sôbre êle, de preferência, recaíam as vistas suspicazes do fisco. Em 1810, a Junta da Real Fazenda avisava do Recife a tôdas as povoações e vilas da capitania que "todo o açúcar de produção da mesma capitania, reduzido a caixas ou feixes", deveria conter a marca do engenho, a data de sua fabricação, quer se destinasse a exportação, quer ao consumo do país, devendo ser mandado aos trapiches do Recife "para nêles ser dizimado segundo o valor corrente, a dinheiro, conforme o tempo dos despachos, ou vendas do dito gênero, que hão-de constar

dos assentos de entrada e saída dos ditos trapiches". (13)

Alagoas, cabeça da comarca, ciosa da sua supremacia, via com despeito o evoluir do povoado, que lhe ia arrebatando, lentamente, o cetro, precisamente pela excelência do pôrto, relegado ao abandono, o do Francês, ou, melhor se diria, dos Franceses. E entre os homens representativos dos dois povoados surgiam, amiúde, as competições regionalistas, disputando primazias nas ostentações mundanas, no aparato das exibições sociais, no luxo da indumentária, na largueza ostentosa do crédito comercial, ferindo-se mutuamente com os alfinetes da rivalidade.

O certo é que Maceió fizera jus aos privilégios de vila e a Mesa do Desembargo do Paço, em 1815, tomando em consideração as informações do ouvidor Antônio Ferreira Batalha, reconhecia-lhe o direito à mercê, justificando-o perante a coroa. O príncipe D. João, regente do reino, em nome de sua mãe D. Maria, louca, deferiu o pedido, assinando a 5 de dezembro o Alvará de criação da vila, cujo território, segundo o foral, decorreria "até o rio Santo Antônio Grande e Mundaú, que ficava desmembrado da vila das Alagoas".

Anteriormente a 1828, quando o Império organizou a vida municipal, existiam as câmaras, como se dizia, nas cidades e vilas do vasto domínio lusitano e cuja existência se regulava pela legislação da metrópole.

A criação de uma vila ficava assinalando na

(13) Documento do Instituto Histórico de Alagoas.

existência modesta do povoado um surto notável de progresso, porque a vila, com a sua câmara, adquiria quasi autonomia administrativa, tanto maior quanto mais distante ficava da autoridade do governador da capitania. Eram as câmaras uma instituição de funções, a um tempo, administrativas e judiciárias, mas, não raro, dilatavam, de moto próprio, a esfera legal de suas atribuições, invadiam a alçada política, usurpavam à autoridade do governador uma parte da amplitude dos poderes outorgados pela onipotência da coroa, chocando-se, às vezes, as duas peças essenciais da engrenagem do regime — a que representava a autoridade do rei e a que, eufemisticamente, dimanava da vontade do povo.

Assim, não só pela fôrça peculiar às suas atribuições legais, também pelas funções que usurpavam, as câmaras, principalmente as dos centros mais importantes, adquiriram um poder imenso em tôda a colônia. "E era tal o poder da instituição, sem que, seja dito em abono da metrópole, a coroa procurasse restringí-lo, que, não raro, se mostrava sobranceira à própria côrte, e nunca deixava de dizer a el-rei o que lhe parecesse de razão e justiça. Não trepidava em censurar a metrópole por quaisquer desconsiderações de que se ressentisse: por não dar ela o govêrno da colônia aos que a tinham defendido; ou por não admitir ela que os filhos da terra ocupassem os primeiros cargos, da magistratura por exemplo. E o caso é que o govêrno da metrópole é quem cedia quasi sempre, acudindo a recomendar aos governadores que não deixassem de ter no devido respeito as prerrogativas das câmaras, mesmo aquelas que

não tivessem por si mais que a tradição ou o *costume da terra*, a que se dava uma fôrça de lei". (14)

Quando Maceió alcançou a categoria de vila e instalou sua câmara, as arestas seculares do regime colonial se haviam lentamente desbastado pela presença no Brasil da côrte portuguesa e consequente conquista de prerrogativas peculiares à sede da monarquia. Mas o espírito tradicional da instituição era o mesmo.

Razão, pois, havia para júbilo popular no povoado. Agora Maceió ia emancipar-se, com a sua organização administrativa própria, raiando pela autonomia; a sua Câmara, com três vereadores e um procurador eleitos; com a sua alçada policial na pessoa de um alcaide; com a sua organização judiciária emanente da mesma câmara — dois juízes ordinários, um juiz de órfãos, dois tabeliães do público judicial e notas.

Se bem que no eclesiástico ficasse ainda dependente da freguesia de Santa Luzia do Norte, o avanço era grande, e grande foi a alegria popular ao espalhar-se a nova alvíçareira entre os cinco mil habitantes do povoado, esparso pelo território compreendido nos limites estabelecidos pelo foral e que se estendiam até Murici.

Não encontrámos estatística dêsse tempo. Todavia podemos aventurar aquela estimativa censitária, porque pelo recenseamento de 1825 a população da vila era de 9.109 almas, contadas pelo processo deficiente da época.

(14) Rocha Pombo, História do Brasil.

No núcleo central da povoação, do qual o páteo da capela era o ponto de convergência, constituído pelo comércio e habitações definitivas, que se erguiam ao longo dos caminhos tortuosos, formando ruas e vielas, a população seria, talvez, de um têrço da massa geral povoadora; mas era a população principal, a gente que enriquecera e representava a totalidade da comuna, nas suas aspirações, na sua sociedade, na sua vida econômica, senão pelo número, pela qualidade.

Para efetivação do Alvará era indispensável a formalidade da inauguração da vila, sob a presidência do ouvidor geral, dr. Antônio Ferreira Batalha; e só teria lugar a instalação oficial quando estivessem construídos o pelourinho, a cadeia, a casa da câmara e "mais oficinas necessárias", cujo onus o rei entregara à própria população. (15) Cotizou-se para isso a nobreza local, ficando encarregado da coleta José Soares dos Prazeres, que à idoneidade reunia o entusiasmo. A subscrição atingiu a 1:135$040. Não se tenha por despiciendo a quantia arrecadada, porque ela corresponde a mais de quarenta e cinco contos da moeda atual. (16) Havia, como se vê, gente rica em Maceió, gente possuidora de vastos cabedais aferrolhados em arcas de couro com pregaria dourada, que eram os cofres-fortes da época.

Antônio Firmiano de Macedo Braga foi munificente — tomou a seu cargo a construção do pelou-

(15) ..."se levantará pelourinho e a Casa da Câmara, cadeia e mais oficinas necessárias, edificadas à custa dos moradores" — Alv. de 1815.

(16) Para comparação da moeda adotei o cálculo do sr. Alberto Sousa, no seu livro *Os Andradas*.

Dr. Eustaquio Gomes de Mello, atual prefeito de Maceió

rinho, obra de vulto, *um magnífico pelourinho de tijolo*, na opinião de José Gregório da Silva, o escrivão da correição inaugural. E o símbolo da vila, ereto no páteo da capela, custou à prodigalidade patriótica de Macedo Braga a soma fabulosa de trezentos e sessenta mil réis, sejam hoje mais de 12:000$000! Era Firmiano medularmente um patriota. Nascera no Rio de Janeiro e se fixara em Maceió, onde prosperara no comércio. Nacionalista extremado, jacobino rubro, ao tempo da independência do Brasil e da reação contra o predomínio português, foi em Maceió uma figura singular e sugestiva. Levou a sua exaltação ao ponto de substituir o seu nome de família — Macedo Braga — por *Brasileiro Carioca*, num assomo de desprêzo pela sua ascendência lusitana, legítima de... Braga. E quando, em 1817, Pernambuco revoltou-se contra a metrópole, Antônio Firmiano, suspeitado de liberalismo exaltado, foi preso e enviado para a Baía, onde o Conde dos Arcos fê-lo permanecer, presidiado, por mais de três anos. Foi pai do comendador Brasileiro Maceió, capitalista e figura prestigiosa na sociedade maceioense.

José Elias Pereira, outra figura representativa da vila, ricaço, tronco de uma estirpe notável, agricultor, não se amesquinhou na contribuição devida à honraria do povoado, que ajudara fundar — doou à vila uma casa para servir de cadeia e pôs à disposição do govêrno o seu sobrado do páteo da capela para nêle funcionar a câmara, aquele mesmo sobradinho da praça D. Pedro II, em que, agora, para modernizá-lo, puseram uma platibanda, alterando-lhe a venerabilidade de sua fisionomia histórica.

Destacaram-se também pelo vulto dos donativos — Manuel Joaquim Pereira da Rosa, subscrevendo principescamente trezentos mil réis; Reginaldo Correia de Melo e Ambrósio Machado da Cunha, cem mil réis cada um. Subscrições menores, muitas. Todos contribuíram.

Estava a vila com "tôdas as oficinas necessárias" à sua prerrogativa, e disso teve ciência o ouvidor.

O doutor Antônio Ferreira Batalha, "do Desembargo de Sua Majestade Fidelíssima e seu ouvidor geral, corregedor e provedor de defuntos e ausentes, capelas e resíduos, auditor da gente de guerra da guarnição paga dos Palmares e mais milicianos da comarca e na mesma superintendente da décima e novos impostos tudo com alçada, pelo mesmo Senhor, que Deus guarde", títulos que êle, pomposamente, enumerava à basbaquice plebéia de bufarinheiros e lavradores, fêz público, em 16 de dezembro de 1816, que "em devido cumprimento das ordens reais determinava criar a vila sobredita no dia 29 do corrente mês, às nove horas da manhã, para que os povos da vila concorram não só em sinal de reconhecimento e gratidão de haverem merecido a real atenção, como para elegerem as justiças que hão-de servir nos três anos próximos". (17)

O páteo da Capela, depois largo do Pelourinho, praça da Matriz e, por fim, praça D. Pedro II, era o centro social, o coração da vila, primazia que lhe vinha, por direito de nascimento, do antigo engenho

(17) Edital de inauguração da Vila de Maceió. Rev. do Inst. Histórico de Alagoas.

de açúcar a que substituira. No largo, no sobrado destinado à câmara, se aboletaria o ouvidor. No largo teria lugar, pois, o grande acontecimento inaugural da vila.

Como seria Maceió por êsse tempo, Maceió dos nossos avós, Maceió de mais de um século atrás?

Pela planta, mandada levantar por Melo e Póvoas, em 1820, por José da Silva Pinto, existente hoje, por cópia, no Instituto Histórico de Alagoas, podemos, fácil e seguramente, restaurar a fisionomia do povoado por ocasião de sua elevação a vila em 1817.

E' um documento interessantíssimo, geralmente desconhecido, êsse, que fomos descobrir no Instituto Histórico Brasileiro e do qual obtivemos uma cópia autêntica. A planta primitiva, que não só assinala a parte do burgo já habitada e menciona, minuciosamente, tôdas as indicações necessárias a um estudo topográfico completo, como traça os lineamentos da expansão urbana, por largas ruas e avenidas, retificando os defeitos originários do povoamento, para que a cidade crescesse linda e bem ordenada, a planta primitiva, dizíamos, perdeu-se. Seu desaparecimento deve ser posterior ao ano de 1841, porque, nesse ano, a pedido do coronel Francisco Manuel Martins Ramos, o engenheiro Carlos Mornay tirou uma cópia da planta de Melo e Póvoas, acrescendo-a do bairro de Jaraguá e de indicações do estado da cidade por ocasião dêsse trabalho. Essa é a planta existente no Instituto Histórico Brasileiro, à qual nos reportaremos daqui por diante.

Como temos dito, a atual praça D. Pedro II bem

mostra ainda, nesse velho documento, o seu aspecto característico de núcleo fundamental da cidade. Chamava-se, então, *Largo do Pelourinho*, e o Pelourinho, símbolo da vila, mandado construir por Macedo Braga e que já não existia em 1841, lá está, no centro do largo, na planta de 1820.

A cidade começou a povoar-se pelo sopé da montanha, que lhe fica a cavaleiro, o qual se estendia da igreja de Nossa Senhora dos Prazeres até muito além da rua Nova, a atual, que já tinha êsse nome em 1817. A falda do monte acompanhava as tortuosidades do *Brejo do Ôlho-d'Água*, também chamado *Lagoa de Manuel Fernandes* e ainda *Lagoa d'Água Negra*, quasi tôda extinta. Entre a lagoa e o riacho de Maceió ficava extensa área quasi deserta. Meia dúzia de casebres cobertos de palhas e uma estiva sôbre a lagoa estabeleciam certa ligação entre essa área despovoada e o centro da vila. Era a *Bôca de Maceió* todo êsse deserto paludoso. Era o brejo, o mangue, o pântano, que a expansão urbana conquistou e saneou, e estende-se da praça Sinimbú à rua Pontes de Miranda e vai até a Enfermaria Militar e ruas adjacentes. O nome, mais tarde, parece ter ficado circunscrito à rua Barão de Anadia e imediações, por onde, ainda em 1840, quem vinha de Jaraguá ou para Jaraguá se dirigia, atravessava o riacho em uma jangada, mediante o pagamento de 40 réis. A jangada foi substituída por uma pinguela e esta por uma ponte de madeira, ao lado da atual Enfermaria Militar, mais ou menos onde Melo e Póvoas levantou o forte de São João, em 1820. Por essa ponte passou o trem de ferro que fazia o serviço de cargas e passageiros,

de Jaraguá a Maceió e de Maceió ao Trapiche da Barra, e mais tarde por ela passaram os primeiros bondes de tração animal.

Atravessada a estiva, entrava-se na *Rua da Estrada do Poço* (Pontes de Miranda), com poucas casas, predominando as cobertas de palhas. Quatro ladeiras ligavam a estrada do Poço ao centro do povoado — a da *Rua Nova*, ainda hoje com vestígios bem pronunciados; a da *Rua do Comércio*, que José Bento Júnior melhorou e embelezou; a do *Calabouço* (Pinto Martins) e a da *Igreja* (Catedral). Por estas duas últimas ladeiras entrava-se no *Largo do Pelourinho*, vasto, com a sua casaria acaçapada, em geral habitações familiares. Apenas um sobrado no largo, o de José Elias Pereira, por êle pôsto à disposição do govêrno para servir de Casa da Câmara. (*) Bem diante dêle o Pelourinho. Das casas que ficavam à direita e à esquerda do sobrado, Melo e Póvoas ocupou algumas. Aí funcionaram o Trem Real, o Armazém do Almoxarifado e a Casa da Junta, à esquina, esta, da *Rua do Rosário*, no local onde está atualmente o edifício da Delegacia Fiscal.

Defronte, no terreno hoje ocupado pelo Tesouro do Estado, entre as ladeiras do *Calabouço* e da *Igreja*, algumas casas se notam. Uma delas era a cadeia, doação de José Elias Pereira. Em outras o governador da capitania instalou o Calabouço, a Guarda da Cadeia e o Hospital.

(*) O sobrado de José Elias Pereira, depois de ter sofrido algumas modificações no seu estilo colonial, foi derrubado há poucos anos, sendo levantado no local o edifício do Instituto dos Funcionários Públicos de Alagoas.

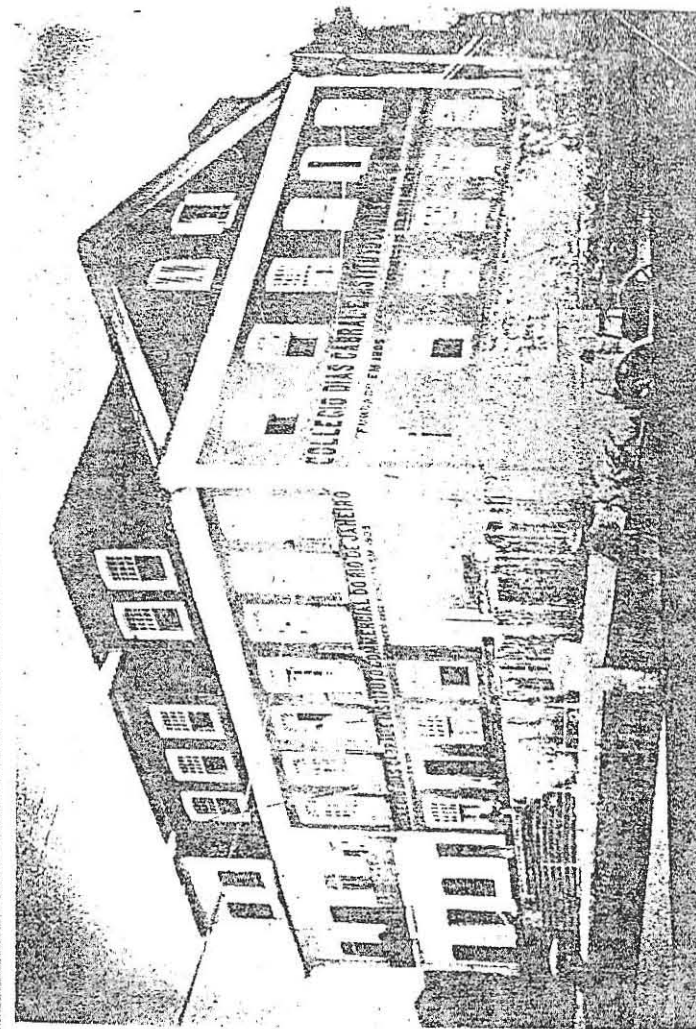
Aí, quando tôda essa velharia colonial veio abaixo, em 1850, pela picareta reformadora de José Bento, *senior*, foi encontrada a fornalha do engenho inicial do povoado, de que falava a tradição popular.

A antiga igreja de Nossa Senhora dos Prazeres ficava no alto, no meio da falda do monte, dominando o largo desgracioso, no local em que está agora a Catedral. De um lado e do outro da igrejinha do padre Antônio Ferreira da Costa, algumas casas. Acima da igreja, no planalto, a Casa da Pólvora e a semáfora.

A planta menciona as seguintes ruas:

Comércio, com o mesmo traçado e desenvolvimento da atual. Era a via pública principal da vila, tortuosa e longa, conservando as curvas do caminho aberto para carros de bois que vinham do interior para o povoado. Quasi tôda construída em sua extensão, da *Rua da Ladeira* à *Cambona do Machado*.(*) No vértice do ângulo, que tem um lado para a rua do Livramento e outro para a mesma do Comércio, o sobrado de Francisco José da Graça, que serviu de Palácio do Govêrno desde Melo e Póvoas até Manuel Felizardo, demolido em 1912.

Rua da Ladeira, que é a atual Barão de Anadia, compreendendo tôda a área onde está o sobrado que serviu de Palácio do Govêrno até depois da República.

(*) A rua da Ladeira é atualmente o comêço da rua do Comércio, entre o Hotel Bela Vista e o escritório da Companhia Fôrça e Luz Nordeste do Brasil. Cambona do Machado — chamava-se assim, popularmente, um sítio localizado entre o Bom-Parto, Jacutinga e Maceió; o nome passou à rua, que é hoje a General Hermes.

Palacete do Barão de Jaraguá, que serviu a partir de 1855 como Palácio do Govêrno. Nêle funcionaram depois o Instituto Comercial e o Colégio Dias Cabral.

Rua da Boa Vista, paralela à do Comércio. (*) Cento e tantos anos depois, já nada existindo do seu aspecto primitivo, o povo conservou-lhe o nome. Ao começo uma simples derivação da estrada principal, e logo as habitações foram surgindo, tornando-se em breve a rua elegante do tempo.

Rua do Rosário, nome provindo da capela que aí existiu, levantada e mantida por escravos, e que depois se transformou no belo templo dos nossos dias. Começava no *Largo do Pelourinho* e, em 1817, terminava precisamente na capela. Melo e Póvoas delineou o atual prolongamento.

Rua da Rosa. E' a nossa rua do Livramento. (**) Principiava na rua do Comércio e terminava na da *Cotinguiba*. Já em 1817 existia a capela de Nossa Senhora do Livramento, coberta de palhas, e é o lindo templo atual.

Rua da Igreja, (***) era um lado do *Largo do Pelourinho*, que se prolongava em direção à rua do Comércio.

Rua do Alecrim, (****) não é a que hoje tem êste nome popular. A planta a localiza na posição

---

(*) A rua da Boa Vista prolongava-se pela rua da Lama; têm hoje, respectivamente, os nomes de Conselheiro Lourenço de Albuquerque e 12 de Junho.

(**) A rua da Rosa chamou-se depois do Livramento, por nela estar localizada a igreja de Nossa Senhora do Livramento; hoje é a rua Senador Mendonça.

(***) Há em Maceió quatro ruas com êsse nome: em Jaraguá (hoje oficialmente chamada Barão de Jaraguá); em Bebedouro, a Chã de Bebedouro; no Trapiche da Barra, e no Pontal da Barra. A nenhuma destas é que se refere Craveiro Costa; a citada no livro é a antiga travessa do Comércio, hoje denominada rua 2 de Dezembro, e cujo nome primitivo era rua da Igreja.

(****) O nome de rua do Alecrim continua a ser dado pelo povo ao trecho entre a rua Melo Morais e a praça Deodoro; a denominação oficial é, hoje, rua Barão de Alagoas.

exata da nossa rua 1.º de Março. Póvoas prolongou-a, rumo do canal que dá comunicação com a lagoa do Norte, cuja abertura teve comêço em 1840.

Rua do Ferreiro, (*) que, segundo a planta, deve ser a atual Melo Morais.

Rua da Cotinguiba, (**) meia dúzia de casas, rumando à *Lagoa do Reguinho*. Melo e Póvoas traçou aí uma praça, a que, atualmente, tem o nome do Proclamador da República.

Travessa da Boa Vista, é a nossa bela rua Augusta; *Travessa do Rosário*, é a rua Domingos Moeda; *Beco do Padre Francisco*, que por muito tempo também se chamou das *Pedras* e é, hoje, um prolongamento da rua Augusta. (***)

Havia a *Estrada do Trapiche da Barra*, que, pela lagoa Manguaba, punha a vila em comunicação com a velha Alagoas.

Melo e Póvoas traçou o plano magnífico de uma cidade, que não invejaria as melhores de agora, rasgando avenidas, que começavam no mar e terminavam na lagoa. Pena foi que a incúria municipal do tempo e as administrações compadrescas que acom-

(*) A atual rua Melo Morais, além do nome de rua do Ferreiro, teve os de Davi e do Apolo; com esta denominação ainda é conhecida pelo povo.

(**) A rua da Cotinguiba foi alargada e transformada em praça da Cotinguiba; depois recebeu o nome de largo das Princesas; hoje é praça Deodoro.

(***) A travessa da Boa Vista chamou-se depois rua Augusta e beco das Pedras; hoje é a rua Ladislau Neto, mas o povo a conhece como Augusta. A travessa do Rosário, depois travessa do Moeda, é atualmente rua Prof. Domingos Moeda, com a designação popular de beco do Moeda. Para o beco do Padre Francisco vale o que está no texto e o que foi dito antes sôbre a rua Augusta, pois está hoje com o nome de rua Ladislau Neto.

panharam o desenvolvimento da cidade tivessem pôsto à margem o plano do primeiro governador da capitania. Depois de 1841 a planta perdeu-se. Dela apenas ficou a cópia de Carlos Mornay.

Cambona era o comêço do que podemos hoje chamar zona suburbana, no rumo da lagoa do Norte. Aí começavam os sítios pitorescos do povoado. Eram Bebedouro, Frechal, Carrapato, Goiabeiras, Tombador, Rocha, Rio-Morto, Fernão-Velho, Pedreiras, Bom-Jardim, verdejando em pomares frondosos e sítios pitorescos de veraneio dos abastados ou residência permanente dos lavradores.

Era, rumo norte, pela estrada do Poço, no perlongamento do trilho imenso e tortuoso, beirando o litoral, a exuberância dos canaviais e o verdor esplêndido das roças, o sustento da população e a riqueza da vila. Era, da margem esquerda do riacho afora, além do alagadiço, diante do mar, uma ou outra habitação rústica de pescadores e gente de labores marítimos. O bairro de Jaraguá começava a surgir. Foi o português José Antônio Martins quem primeiro construiu aí e levantou a capela de Nossa Senhora Mãe do Povo.

Os caminhos que serviam à vila nascente, penetrando o interior, não obedeceram a um traçado previamente estudado. As necessidades da locomoção, as exigências comerciais do transporte, abriram, ao acaso da penetração, longos trilhos, aos combóios e veículos pesados que bois arrastavam, ao trote dos cavaleiros e ao palmilhar penoso dos peões. Êsses trilhos se iam alargando e estendendo à medida das necessidades do trânsito. Por êles se faziam as morosas

comunicações do govêrno, do comércio e da sociedade.

A vila que se ia inaugurar tinha duas estradas importantes e indispensáveis ao seu desenvolvimento econômico — a do norte, que levava a Pôrto-Calvo, o velho feudo de Cristóvão Lins, e povoações circunvizinhas, e, marginando o litoral, conduzia também à capital de Pernambuco pelo antigo trilho das aventuras batavas; a do sul, que seguia o curso do Mundaú, ramificando-se em várias direções, à medida que surgiam novas oportunidades de expansão comercial.

Com a vila das Alagoas e povoados ribeirinhos as comunicações eram lacustres, por canoas, sendo o Trapiche da Barra o interposto de todo o movimento. Depois, em 1840, deu-se comêço à abertura do canal da Levada para facilitar o trânsito e as relações comerciais com a lagoa do Norte.

Barcaças, sumacas, brigues e escunas faziam o serviço de cabotagem, entre Maceió, Baía e Recife, praças abastecedoras da comarca, e punham o povoado em comunicação com a capital do país.

Em 1816, Maceió, centro comercial, abastecia as propriedades rurais do vale do Mundaú e atraía para o seu escoadouro marítimo a produção dos engenhos. O pôrto do Francês anulava-se ante as vantagens do de Jaraguá, e Maceió, em pleno florescimento comercial e na eclosão do seu povoamento, ia, lentamente, aniquilando a velha vila do Subaúma, cada vez mais alarmada por êsse deslocamento do progresso regional, do centro para o litoral, na previsão da perda fatal da sua hegemonia.

No povoado, a vida social, sem movimentação, vida patriarcal, de bisbilhotices e mexericos, corria plácida e sonolenta nos casarões senhoriais, da gente abastada, que era a que se chamava, na papelada oficial, a *nobreza*.

Das construções dêsse tempo pouco resta. As diversas remodelações por que tem passado a cidade, têm feito desaparecer os vestígios materiais do passado, a documentação de pedra e cal de uma idade extinta. Na praça D. Pedro II, que foi o ponto de irradiação urbana, ainda existem dois prédios dêsse período de formação, ambos mais ou menos exteriormente reformados — o sobradinho de José Elias Pereira, que foi o Paço da Câmara Municipal, nos primeiros dias da vila, e a casa onde reside a família do comendador Manuel Ramalho, ao lado do palacete do falecido Barão de Jaraguá.

O sobrado baixo, de largas biqueiras, de taipa, com grades de pau pintadas às janelas, era o tipo da habitação da gente rica, que ia, aos poucos, abandonando as casas térreas. Marca um estilo arquitetônico, que o português deixou no Brasil, transplantado da terra natal. Era o avanço. E, dessa fase da evolução da cidade, o sobrado n.º 590 da rua Sá e Albuquerque, em Jaraguá, que data de 1837, é um documento curioso e autêntico.

Só posteriormente a 1840 as construções começaram a apresentar outro estilo mais elegante, o greco-romano. As casas dêsse período de remodelação são ainda numerosas.

A habitação média, diríamos burguesa, de porta e janela, ao rés-do-chão, com rótulas em xadrez,

pelas quais, discretamente, as donas bisbilhotavam as ruas pacatas e as casas fronteiras; as casas para lojas e vendas, casas comerciais, sem janelas, com três ou mais portas de frente e o interior atravancado de mercadorias, eram a maioria do burgo.

Havia ainda, nas vielas que se abriam e se iam povoando, como que marcando a hierarquia social — a classe rica, a classe média e a gente ignara — havia a choupana, coberta de palhas de coqueiro e uricurí, onde a plebe, a arraia-miúda, condenada à degradação do assalariamento, vegetava na sordícia de uma existência miserável. Além dessa classe, que na gradação social do tempo já era ínfima, uma outra, que não chegava mesmo a constituir uma classe, pois a própria legislação baixara-a ao nível do gado — era a escravaria. As ordenações manuelinas dão-nos uma idéia nítida da instituição do cativeiro, como a adotara Portugal e existia no Brasil, no simples título de um dos seus capítulos — *De como se podem enjeitar os escravos e bêstas, por se acharem doentes e mancos.*

Na escravidão repousava a existência econômica da colônia, e a nossa vila, parte do todo colonial, não podia escapar a essa vilta do trabalho no Brasil. Nos engenhos, nos campos pastorís, nos sítios de lavoura e pecuária, o escravo era o músculo da prosperidade, recaindo também sôbre êle os árduos encargos da vida doméstica. Aí, se bem que a autoridade do marido, por êsse tempo, fôsse um fato, exercendo-se sem contestação, todo o govêrno do lar pertencia à mulher. E êsse governo sôbre os escra-

vos, asseveram todos os que estudaram o assunto, era demasiado rude.

"E o que é mais curioso, escreve Rocha Pombo, invocando as afirmações visuais de Koster, o que é mais curioso é que a tirania da mulher era quasi sempre mais impiedosa que a do marido". E Koster, citado pelo ilustre historiador, refere, veridicamente, esta observação lamentável: "Eu tenho ouvido falar muitas vezes — e não posso negar que em parte é realmente assim, pelo que vi nos pontos do país que visitei — que as mulheres têm geralmente menos humanidade com seus escravos do que os homens; mas isso provém seguramente do estado de ignorância em que se criam: elas não recebem quasi nem uma educação e não contam com a vantagem de poder instruir-se comunicando com pessoas estranhas à sua maneira de viver, nem adquirir novas idéias na conversação geral. Elas nascem, crescem e continuam a viver sempre cercadas de escravos; sem sentir a menor contradição (obedecidas ao mais ligeiro gesto) concebem as mulheres uma exagerada opinião da sua superioridade sôbre as outras criaturas humanas". (18)

As observações de Koster, referidas pelo sr. Rocha Pombo, são incontestáveis. Em geral, a mulher, na colônia, mesmo na metrópole, era analfabeta e permanecia prisioneira no lar paterno, donde saía para o cárcere de outro lar, pelo casamento, com todos os vícios seculares de uma educação que levava fatalmente ao asfixiamento da delicadeza dos sentimentos feminís. E é de ver-se que não podia

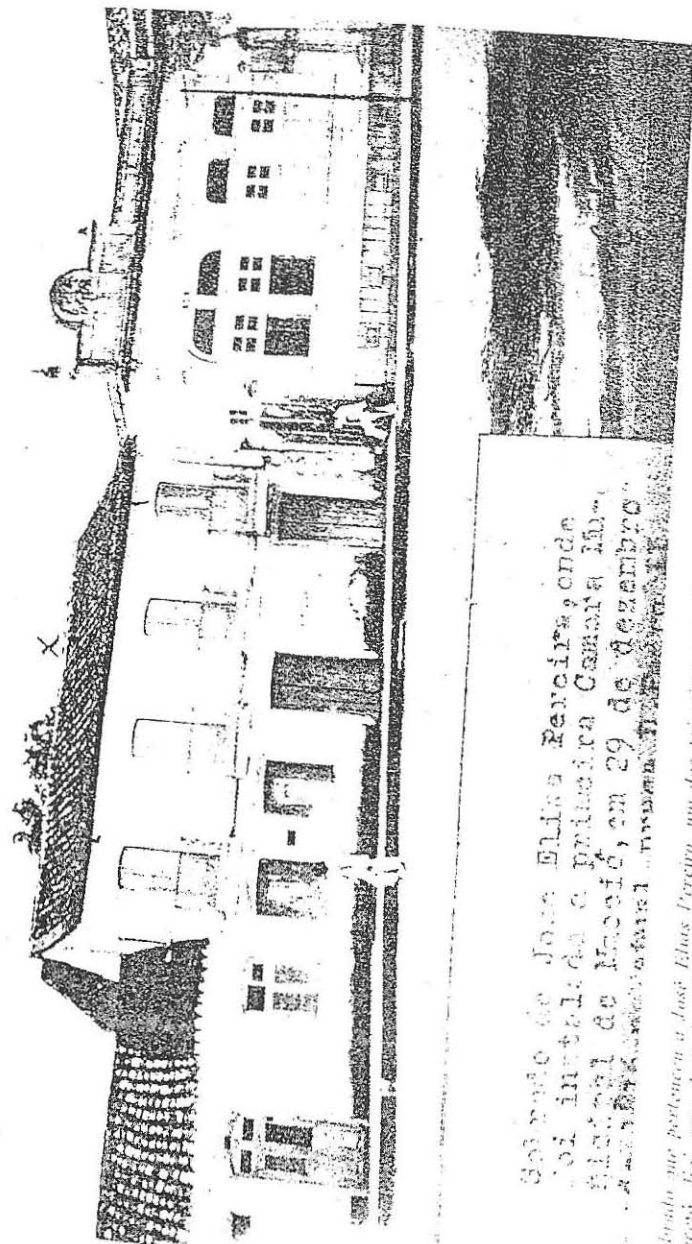
(18) Rocha Pombo, História do Brasil.

ser de outra forma na povoação que se investia agora nos privilégios de vila. Só em 1829 fundou-se em Maceió uma escola primária para meninas, regida pela professora Rosa Senhorinha de Sousa Leitão, que a inaugurou a 24 de janeiro daquele ano. Ao fundar-se a vila, cremos poder afirmar, tôdas as mulheres eram analfabetas.

Os homens, êsses, além das viagens que faziam, das relações sociais exteriores que mantinham e que lhes apuravam a educação, instruíam-se em Recife, em Salvador e Lisboa. Alguns havia com boa instrução para a época. Em relação, porém, ao cativeiro que lhes firmava a prosperidade, essa instrução não quer dizer que êles também se não desmandassem na maneira de tratar os escravos. Os suplícios infligidos a êsses infelizes, no Brasil, chegaram, algumas vezes, a mover a piedade da metrópole, recomendando aos governadores que fizessem evitar, por meios prudentes e eficazes, os rigores de tais castigos, "porque êste procedimento é deshumano e ofende a natureza e as leis".

De-resto, o açoite era oficialmente reconhecido um direito recomendado pelo poder público.

Em 1828 a Câmara Municipal de Maceió estabelecia que "a pessoa que lavasse roupa nas cacimbas de água potável existentes na vargem por detrás do parque de artilharia, *se fôsse escravo, levaria cincoenta bolos pela primeira vez e cem na segunda;* sendo livre, pagaria 1$000, e na reincidência, 2$000. (19)

(19) Revista do Instituto Histórico de Alagoas.

Sobrado que pertenceu a José Elias Pereira, um dos primeiros moradores do município, ricaço, tronco da família Pereira, de Maceió. Foi, com José de Sá Peixoto, o primeiro juiz ordinário da vila. Nêle se instalou a 1.ª Câmara Municipal, em 1816. Derrubado, em 1938, para construção do edifício do Instituto dos Funcionários Públicos.

De quando em vez a gente rica se reunia num solar pretensiosamente nobre. Então o casarão escancarava as janelas envidraçadas, jorrando o clarão das velas, que ardiam em candelabros de prata e lanternões de vidro com pingentes irisantes, à rua momentaneamente alvoroçada pelo *sereno* plebeu da festança.

No interior da casa, na sala iluminada, juntavam-se os amigos, cavalheiros circunspectos e damas veneráveis, na intimidade do solar, afundados em *marquesas* vastas ou solidamente refestelados em enormes cadeiras de jacarandá, cavaqueando maledicências elegantes ou comentando maliciosamente o último escândalo familiar, enquanto os janotas de bom nascimento faziam, timidamente, o seu pé-de-alferes às meninas casadouras, das quais se não afastavam os olhares vigilantes das matronas.

Depois era o bródio, no salão de jantar, a dependência mais vasta da casa, a mesa coberta de linho alvo e sobrecarregada de prata de lei, o saboreio dos bons-bocados, das mães-bentas, do doce de côco, regados a vinho do reino ou a chá da Índia.

De dansas, o lundú e a gavota, e, mais tarde, dansou-se o solo inglês, em que, dizem, era exímio o presidente da província, D. Nuno Lócio.

Essas festanças, porém, eram raras, uma vez por ano, pelo Santo Antônio, S. João, S. Pedro ou Natal.

As festas públicas só nos grandes acontecimentos. Havia luminária nas ruas, determinada pela Câmara, musicata e vivório. A igreja não era dispen-

sada nessas ocasiões solenes, com a sua missa em ação de graças ou o seu *Te-Deum*. Devem ter sido notáveis as festas que comemoraram a inauguração da vila, como teriam sido as da aclamação de D. Pedro e da independência...

Onde, porém, a população se democratizava, realmente, era na igreja, na capela de Nossa Senhora dos Prazeres, (*) nos dias de missa, na grande festa da padroeira, ou mesmo nas novenas e tríduos, que se faziam amiúde.

Quando havia missa, num domingo ou num grande dia festivo, o vilarejo e os subúrbios, os sítios e os engenhos, despejavam multidões devotas. As senhoras ricas, vestidas de fazendas caras, saias imensas de muitos côvados de pano, recamadas de braceletes, brincos e anéis de ouro maciço, saíam de casa, processionalmente, meninas e mucamas à frente, a senhora dona ao centro, e, fechando o préstito, o chefe da família, chefe, então, em tôda a extensão da autoridade familiar.

A gente média formava a onda humana, a massa anônima, acotovelando-se, premindo-se, na ponta dos pés, para alcançar no templo acanhado um lugarzinho.

E vinham cavaleiros dos arredores, montados com aparato, arreios de prata, seguidos de pagens,

(*) A capela de Nossa Senhora dos Prazeres é hoje a Catedral de Maceió. A pedra fundamental do nosso templo foi lançada em 22 de novembro de 1840, à frente da antiga matriz, demolida em 1850. Lentas e demoradas, as obras do nosso monumento religioso tiveram incremento na administração de José Bento. Em 1852 começou a igreja a ser coberta. A 29 de dezembro de 1859, com a presença do Imperador, dava-se a bênção da matriz. A obra, porém, não estava concluída. Ainda em 1872 havia trabalhos; e data de 1875 a capela do S. S. Sacramento.

apeando-se a distância e marchando, gravemente, a pé, para a igreja, fazendo tinir as rosetas das esporas, enquanto os almofadinhas da época demoravam pelo páteo, mais à espera das namoradas que da missa...

Tudo, então, se confundia na turbamulta devota. A fé punha no mesmo nível pobres e ricos.

A vila agora estava criada, e a população satisfizera, de pronto, as condições impostas para vigência da honraria. O Pelourinho lá estava, na praça principal, alvo da admiração pública, "um magnífico pelourinho de tijolo", que custara a Macedo Braga uma fortuna. A cadeia lhe ficava perto, numa casa térrea fronteira ao símbolo vilarengo, e o sobrado de José Elias Pereira ia transformar-se em paço da vila, preparado a primor para hospedar o ouvidor geral, à custa do povo.

Os ouvidores, nas suas correições, eram como que desdobramento da personalidade do rei. As Câmaras deviam-lhes hospedagem fidalga e a população porfiava em gentilezas. Era preciso aplacar a austeridade da toga onipotente, naqueles ásperos tempos em que a justiça falava preferentemente pela bôca do bacamarte...

A presença do ouvidor, em correição, era mais para recear que festejar. E daí a ânsia de homenagens da parte dos *homens de qualidade*, aos quais a autoridade recebia, de alto e carrancudo, numa soberana ostentação de desprêzo pela vassalagem.

Em 1732 a Câmara da vila de Penedo impetrava a el-rei a mercê de serem ao seu Senado concedidas as mesmas regalias outorgadas ao do Pôrto.

E solicitava: "Pedimos nos conceda mais, que vindo em correição qualquer Ministro, e indo a Câmara formada visitá-lo, a receba com todo o respeito devido, assim estando incorporados, como em particular aos que estiverem servindo..." Donde se pode inferir que os ouvidores, na arrogância da sua autoridade, não ligavam grande importância às prerrogativas das Câmaras, mesmo quando, coletiva e oficialmente, os visitavam.

Ao tempo de Batalha os costumes haviam abrandado um pouco; todavia a presença do ouvidor, a quem se devia a criação da vila, para presidir o grande acontecimento, fôra motivo de alvorôço no seio da população.

No dia designado lá estava a autoridade judiciária, que era a maior autoridade da comarca. O largo da Capela, já crismado de Pelourinho, se engalanara. A população tôda do têrmo, a gente dos sítios e o povo dos engenhos, afluíra ao local da solenidade, misturando-se, democraticamente, a nobreza com a arraia-miúda.

Às 9 horas da manhã, apareceu no largo, majestoso na sua toga, acompanhado dos *homens bons*, o doutor Antônio Ferreira Batalha, ouvidor geral da comarca. Caminha solene a autoridade judiciária, ombreando com as figuras principais da terra, seguido em aparatosa procissão pela massa anônima dos vivórios oficiais.

Ao pé do Pelourinho, simbolizante da justiça de el-rei e das prerrogativas que o povoado ia receber, o ouvidor falou ao povo, gravemente, sôbre a munificência do rei para com o povoado, e, após a declaração de estar inaugurada a vila de Maceió, fêz a aclamação do estilo, a "El-Rei Nosso Senhor, gritando em altas vozes e mais pessoas do povo em sinal de reconhecimento — Viva El-Rei de Portugal!" (20)

E o povo miúdo, o povo da gritaria, mesmo sem compreender o que tudo aquilo significava, vibrou de entusiasmo, "ao som das caixas, tiros de salvas, repiques de sino", porque (no dizer do auto) "esta pública demonstração segurava o grande prazer com que todos saudavam esta criação."

O escrivão da correição, José Gregório da Silva, consignou o acontecimento num têrmo redigido em estilo empolado, que o ouvidor e pessoas gradas assinaram.

Convém reviver os nomes dos signatários dêsse importante documento, que o nosso Instituto Histórico conserva. São nomes de mais de um século, muitos dos quais extintos já, outros, porém, subsistindo pela intensidade de sua atuação no desenvolvimento de Maceió, ou pela descendência que deixaram, honrando-lhes as tradições.

Foram: Manuel Joaquim Pereira da Rosa, Antônio Firmiano de Macedo Braga, Manuel Fernandes de Farias, João Batista de Vasconcelos, Francisco Pereira Guedes, Manuel do Nascimento Pontes, João Gomes Calheiros, José de Sá Peixoto, Manuel Clemente de Vasconcelos, Francisco Inácio de Lima, José Cavalcante de Melo, Ambrósio Machado da Cunha, Francisco de Paula Cavalcante Melo, José Soares dos Prazeres, Pedro Antônio Seabra, Fran-

(20) Revista do Instituto — Auto de aclamação da vila de Maceió.

cisco Dias Cabral, João Francisco Coimbra, José Gomes de Amorim, Manuel Rodrigues Calheiros, Venâncio José Teixeira Rêgo, Jerônimo Cavalcante de Albuquerque, Reginaldo Correia de Melo. (*)

Todo o dia foi de festa popular. No dia seguinte o regozijo cedia lugar às responsabilidades supervenientes aos privilégios que a povoação adquirira. Ia-se proceder a "eleição e limpa das pautas das justiças que tinham de servir nos seguintes tempos".

"Apuradas as pautas e lacrados os pelouros, foram êstes para o cofre, donde se tirou logo um que, aberto, continha os nomes das justiças para o ano de 1817". (21)

A eleição das Câmaras seguia processo muito diferente do nosso atual sistema eleitoral. Era o que se pode chamar o censo alto, pois o direito de voto era privativo dos *homens bons*, que formavam a nobreza — meia dúzia de indivíduos possuidores de

(21) Dias Cabral — Revista do Instituto.

(*) E' do teor seguinte o documento a que alude Craveiro Costa, e que deveria ser transcrito, de acôrdo com a observação existente no original dêste livro:

"AUTO PARA ACLAMAÇÃO DA VILLA

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, de mil oito centos e desaseis, aos vinte e nove dias do Mez de Dezembro do dito anno, nesta Povoação de Massaió, onde foi vindo o Doutor Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca Antonio Batalha comigo Escrivão de seo cargo ao diante nomeado, para effeito de aclamar esta Povoação em Villa que será reconhecida com o nome de Villa nova de Massaió, na forma do Alvará porque S. M. F. foi servido que subisse, para o que mandou o dito Ministro fixar Editaes não só nesta dita Povoação senão tambem nos lugares mais povoados do termo, pelos quaes se fez manifesto que no dia de hoje se aclamaria a dita Villa, para comparecerem e reconhecerem como tal, e para cada hum dar e offerecer aquellas sommas que se compadecerem com as possibilidades de cada hum para as obras da Cadeia, Caza de Camara e Pelourinho, e logo juntos os moradores deste dito Lugar e seo termo, na Praça della onde se achava levantado um

bens de fortuna angariada no comércio e na lavoura e que, pela riqueza, se haviam tornado independentes. Os que exercitavam ofícios, os que viviam dependendo de salários, os que ainda não haviam galgado a situação privilegiada da *fidalguia* enfatuada e compressora — mascates, bufarinheiros, almocreves, a arraia-miúda, enfim — em cujo nome se falava constantemente, invocando-se uma entidade sem existência política, êsses não votavam nem eram votados. Os homens admitidos ao voto é que podiam ser votados. A eleição realizava-se anualmente, pois que o mandato do Senado era por um ano.

Parece que essa eleição se fêz realmente ao sabor da livre escolha do eleitorado: não houve combinata, não houve designação prévia de pessoas para os cargos, em conciliábulo entre o ouvidor e os magna-

magnifico Pelourinho de tijolo, ali pelo dito Ministro foi aclamada esta nova villa de Massaió a obediencia e sujeição de El-Rei de Portugal Nosso Senhor gritando em altas vozes e mais pessoas do povo em signal de recomhecimento — Viva El-Rei de Portugal; e assim continuou esta demonstração com repetidos vivas, ao som de caixas, tiros de salva e repiques de sinos; porque esta publica demonstração segurava o grande prazer com que todos saudavão esta creação, houve o supradito Ministro a dita Villa por aclamada, e para constar mandou fazer este auto em que assignou com as pessoas da Nobreza e Povo que presentes se achavão. E eu José Grigorio da Silva Escrivão da correição escrevi. — Antonio & Batalha. — Manoel Joaquim Pereira da Roza. — Antonio Firmiano do Macedo Braga. — Manoel Fernandes de Farias. — João Baptista de Vasconcellos. — Manoel do Nascimento Pontes. — João Gomes Calheiros. — José de Sá Peixoto. — Manoel Clemente de Vasconcellos. — Francisco Pereira Guedes. — Francisco Ignacio de Lima. — José Cavalcante de Mello. — Antonio Feijó de Mello .— Ambrozio Machado da Cunha. — Francisco de Paula C. de Mello. — José Soares dos Prazeres. — Pedro Antonio Seabra. — Francisco de Barros Rego. — Antonio José de Omena. — Francisco Dias Cabral. — José Gomes de Amorim. — Manoel Roiz Calheiros. — João Francisco Coimbra. — Venancio José Teixeira Rego. — Jeronymo Cavalcante de Albuquerque. — Reginaldo Correia de Mello."

tas locais, tanto assim que um dos eleitos era de menor idade e outro não aceitou a honraria.

Foram eleitos: *Juízes Ordinários* — José Elias Pereira e José de Sá Peixoto, dois varões acatados, que substituíam a ausência das letras jurídicas pela austeridade e isenção nos pronunciamentos da justiça.

Vereadores — Antônio José Gonçalves Branco, Antônio Rêgo Pontes e Domingos de Almeida Calheiros.

Procurador — Manuel Inácio do Rêgo.

Juiz de Órfãos — Reginaldo Correia de Melo.

Mas à soberania das urnas, pela primeira vez manifestada, leal e livremente, em Maceió, talvez a única vez em que assim se pronunciou, falhara na sua escolha, prova mesmo da imparcialidade de seu pronunciamento: o procurador eleito era de menor idade e o vereador Domingos Calheiros não esteve pela escolha eleitoral, achando a honra demasiada para a sua modéstia — não quis a prebenda e não houve como demovê-lo do propósito.

Nova eleição se procedeu para preenchimento das duas vagas, sendo eleitos — vereador, Francisco Dias Cabral, e procurador, Antônio Maria de Aguiar.

No dia seguinte, 1.° de janeiro, o ouvidor geral deu posse aos eleitos, e Maceió era mesmo, desde então, uma vila com todos os sacramentos da lei. A vida local, dagora por diante, pertencia à Câmara, anualmente renovada. Perante ela, reunida, compareciam as autoridades para tomar posse de seus cargos; ela registrava-lhe os títulos de nomeação; ela ficava com o direito de fiscalização sôbre êsses fun-

cionários, assistindo-lhe o direito de contra êles representar, por excesso ou omissão de poder, podendo dirigir-se diretamente ao rei.

Aos vereadores competiam funções puramente administrativas, podendo tomar cada um dêles uma atribuição especial, dividindo entre si os diferentes encargos.

O procurador era uma espécie de intermediário entre a Câmara e o povo. O cargo surgiu no Brasil colonial, observa o sr. Rocha Pombo, à revelia da coroa, tornando-se um daqueles *costumes da terra*, que a metrópole sempre respeitou, acabando por tornar-se o cargo um complemento das Câmaras.

O juiz ordinário tinha o encargo de processar todos os feitos, qualquer que fôsse a sua quantia. Julgavam, porém, em última instância as causas até 1$000, em bens móveis, e até $400, em bens de raiz. Sob pena de multa de $500 eram obrigados a trazer uma vara vermelha, símbolo do cargo.

O juiz de órfãos era um cargo muito mais importante que o de juiz ordinário. Para exercê-lo, exigia-se a idade de 30 anos, o estado civil de casado e uma fiança de 400$000. Cumpria-lhe cuidar da situação dos órfãos, quer tivessem bens, quer fôssem desvalidos; procedia inventários, recebendo por cada um 40 réis, e tomava conta aos tutores, pagando-se-lhe de custas 60 réis.

De nomeação da Câmara, que era constituída pelos três vereadores, pelo procurador e pelos dois juízes, funcionavam o alcaide, os almotacéis, o escrivão, o tesoureiro, etc.

As autoridades que se vinham de investir na ad-

ministração da vila eram pessoas da maior respeitabilidade e independência. De alguns Pedro Paulino deixou apontamentos sugestivos, aos quais recorro ilustrativamente.

Antônio José Gonçalves Branco era português de nascimento, mas perfeitamente identificado com a terra em que fixara residência, procurando no comércio a abastança, que chegou a adquirir. Trabalhador invencível, venceu na vida e ajudou herculeamente o engrandecimento econômico de Maceió. Em 1831 a efervescência jacobina envolveu-o, dando-o como suspeito à causa nacional. Suspeitado do partidarismo que procurava entregar o Brasil à dominação portuguesa, retirou-se precipitadamente para escapar à furia nacionalista. Morreu em Portugal.

Manuel Inácio do Rêgo, que era ainda de menor idade por ocasião da inauguração da vila, foi opulento agricultor, proprietário do engenho *Mundaú,* no município de Santa Luzia do Norte. Tornou-se, com o correr dos tempos, uma influência política poderosa, irradiando o seu prestígio por muito além dos limites de sua vasta propriedade rural. Por ocasião da independência e lutas subsequentes a sua autoridade política tornou-se incontrastável.

Francisco Dias Cabral foi um nome que ficou e dilatou-se pela fama e benemerência do filho, dos mais ilustres das Alagoas, o dr. João Francisco Dias Cabral. Homem de boa instrução, nascido mesmo na província, ocupou cargos importantes, principalmente a Inspetoria da Alfândega, que exerceu por largos anos. Faleceu em 1860.

Antônio Maria de Aguiar, eleito procurador da Câmara, era português, fixando-se em Maceió, onde constituiu família e adquiriu fortuna no comércio. Foi o edificador da capela de Santo Antônio, em Bebedouro. Ainda hoje existem numerosos descendentes dêsse esforçado cooperador do progresso de Maceió.

Antônio José de Bittencourt Belém, proprietário abastado, que, pelo casamento com a viúva D. Teresa de Jesús Barros Leite, teve de dirigir a educação de Manuel Joaquim Fernandes Barros, seu enteado e uma das glórias mais fúlgidas de nossa terra.

Francisco José da Graça, português, vindo para o Brasil em 1812, transportando-se, tempos depois, de Pernambuco para Maceió, onde se firmou, enriquecendo no comércio. Construiu na rua do Comércio, esquina da rua da Rosa (Livramento), o sobrado que serviu de residência de Melo e Póvoas e outros presidentes, até Manuel Felizardo, prédio que não existe desde a transformação que se operou na cidade com a administração do general Clodoaldo da Fonseca. Deixou grande prole, oito filhos. Era avô do almirante Calheiros da Graça.

José Antônio Pereira da Silva, que foi proprietário do engenho *Conceição,* em São Miguel dos Campos, donde se retirou para a Baía, com haveres e família, vindo depois fixar residência em Maceió, como negociante. Foi um português útil ao progresso local.

E muitos outros...

Constituída a Câmara, entrou logo a funcionar,

celebrando suas sessões no sobrado de José Elias Pereira, ao largo do Pelourinho.

No mesmo dia de sua posse, a Câmara discutiu e aprovou uma moção de agradecimento a el-rei pela criação da vila, e tratou de outro assunto de uma importância capital para Alagoas — a independência administrativa da comarca. A Câmara endereçou a el-rei uma mensagem no sentido da separação da comarca das Alagoas da jurisdição administrativa de Pernambuco, para constituir uma capitania, em consideração ao seu desenvolvimento e também à sua fidelidade.

Êsse ato da maior relevância política traduzia uma aspiração coletiva, latente na conciência popular, que, dois meses depois, punha a vila ao lado do rei, não tanto, talvez, para servir-lhe à causa, antes para aproveitar a oportunidade que se deparava à obtenção das franquias políticas, o que se não obteria, de certo, com a adesão à aventura pernambucana de 6 de março.

O Alvará de 16 de setembro de 1817 não foi uma simples consequência da rebelião de março, visando ao enfraquecimento de Pernambuco, pela mutilação de seu território; mas um fato oriundo do progresso material a que atingira a comarca e das fôrças locais que operavam, perseverantemente, êsse surto político, sopitando, talvez, em seus homens mais representativos, investidos da autoridade, os anseios de liberdade colonial, para que primeiro se desse, naturalmente ou por efeito de alguma transigência, a transformação ambicionada.

Assim, pois, ao iniciar as suas funções deliberativas, a Câmara da vila de Maceió frisava nobremente um estado da alma coletiva, que era aspiração muito legítima do povo todo, conciente do engrandecimento que imprimira à comarca a capacidade de, ela própria, criar os órgãos locais da administração pública.

Em reuniões sucessivas, a Câmara tomou outras providências. Foram escolhidos almotacéis, de dentro e fora da vila: Pedro Antônio Seabra, Manuel Fernandes de Barros Júnior, Antônio Gomes de Amorim, Antônio da Silva Lisboa, Antônio José, Manuel Joaquim Pereira e Pedro Fernandes Prado.

Dêstes, Antônio Gomes de Amorim, com seus irmãos Joaquim e José, foi um dos fundadores de Jaraguá e dos primeiros que alí edificaram casas de caráter definitivo, ao mesmo tempo que José Antônio Martins construía à sua custa a igreja de Nossa Senhora Mãe do Povo.

Completo o quadro de almotacéis, aos quais incumbiam deveres vários — a vigilância assídua dos pesos e medidas, para que a ganância dos mercadores não fraudasse o povo; a limpeza das vias públicas e caminhos vicinais; a conservação das estradas e logradouros públicos, além de outros encargos — a Câmara nomeou o seu pessoal, criou a sua burocracia: escrivão, José Antônio Pereira Lima, com o ordenado de 50$000 anuais (atualmente corresponde a dois contos), e o seu porteiro do auditório, Albano da Fonseca Teles, vencendo anualmente 12$000, sejam 480$000 da moeda atual.

Cabia à Câmara a nomeação do alcaide, não com as funções civis e militares dos alcaides-mores,

mas simplesmente oficiais de justiça com o poder de efetuar prisões e exercer certas atribuições policiais. A essas atribuições juntou a Câmara as de carcereiro. A nomeação recaíu em José Gomes de Sousa, a quem foi marcada a gratificação anual de 20$000, sejam 800$000 do nosso pobre dinheiro dagora.

A vila já tinha despesas a fazer. Seu funcionalismo exigia, por ano, 82$000. Havia, pois, despesas inevitáveis; havia obras públicas a empreender; havia melhoramentos a realizar, exigidos dia a dia pelo desenvolvimento da localidade. Era, portanto, indispensável criar a receita pública.

"A 2 de fevereiro, reunido o povo, acordou a Câmara em assentar as bases de sua receita", escreve Dias Cabral. Veja-se o contraste. E' desnorteante. Naqueles duros tempos de escravos e senhores, de nobres e plebeus, tempos ásperos de despotismo, em que predominava a aristocracia dos donos de latifúndios, que sucedia à aristocracia militar, a existência do município, embrionária, manifestava-se mais democraticamente do que hoje, em pleno regime republicano! A Câmara fôra eleita; a Câmara, pois, era a expressão da vontade popular. Mas essa Câmara ao povo se reunia para deliberar em comum sôbre os impostos que lhe ia exigir. E a Câmara, de acôrdo com o povo, lançou os primeiros tributos municipais:

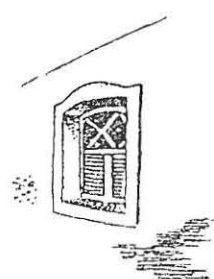
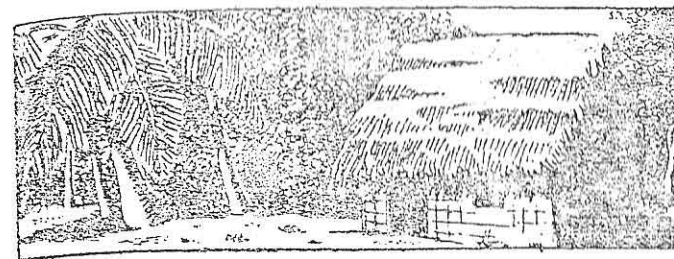
Loja e venda	$320
Ofícios de mecânico	$640
Aferição de pesos e medidas . .	$080
Licença para trânsito de carros de bois nas ruas da vila	1$600

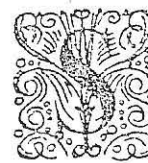
Multas:

Abertura de buracos em lugares públicos	6$000
Construção de casas sem licença .	6$000
Lançamento de pedras de lastro no mar	12$000

Ao findar o exercício de 1817, a arrecadação dêsses impostos e multas atingiu a 435$840, e a despesa efetuada foi de 421$610, verificando-se um saldo de 32$230.

Pouco pudera fazer a Câmara; as necessidades públicas eram muitas e os réditos foram poucos. Pôde, porém, a Câmara construir uma ponte sôbre o rio Sapucaí e comprar pela quantia de 45$700, para a cadeia, *um sino com badalo*...

Quasi todo o ano passou-se na agitação produzida pela revolução pernambucana e advento da autonomia das Alagoas.

III

NO TEMPO DE PÓVOAS

ó a 27 de dezembro de 1818, Melo e Póvoas, (22) nomeado governador da nova capitania, criada por ato de 16 de setembro de 1817, desembarcava no pôrto de Maceió, aonde o conduzira um veleiro direto do Rio de Janeiro.

Custara ao governador desprender-se dos liames da côrte, da qual o tio e sogro, Marquês de Pombal, filho do grande primeiro ministro de D. José, era figura auspiciosa, embora revivesse mediocremente o nome ilustre que herdara com a glória paterna.

À estirpe pombalina a confiança real entregara a organização administrativa da capitania das Ala-

---

(22) Sebastião Francisco de Melo e Póvoas, fidalgo da casa real, comendador da Ordem de Cristo, cavaleiro da Tôrre e Espada, verificara praça em 1807. Alferes no mesmo ano; tenente e capitão em 1808; sargento-mor em 1811; tenente-coronel em 1817. Foi governador da capitania do Rio Grande do Norte, em 1812.

goas e o seu encaminhamento nos primeiros passos da vida política que se lhe deparava.

Póvoas, parece, vacilara em aceitar o encargo, preferindo a continuação de sua permanência na côrte, mais próximo da munificência real, que já se lhe manifestara favorável no aceleramento vertiginoso de sua carreira militar. De 16 de setembro de 1817, data de sua nomeação, à sua chegada, decorreram quinze meses de ansiosa expectativa da população a cujos destinos vinha presidir.

Então, não existia o bairro de Jaraguá. No areal escaldante e alvo do litoral, para os lados da atual praça 11 de Junho, o português Antônio Martins, numa lúcida previsão da importância comercial do local, construíra as primeiras habitações e a igrejinha de Nossa Senhora Mãe do Povo, que, anos mais tarde, havia de ser seu refúgio e seu túmulo, quando a refrega jacobina de 1831, apavorando-o, deparou-lhe o asilo sagrado, no pânico da fuga, ante a masorca estrondante nas ruas da vila assanhada. Outros procuraram localizar-se por alí, entre êsses José Gomes de Amorim e seus irmãos Joaquim e Antônio, que foram dos primeiros na fundação do bairro.

Do atual ponto de desembarque à vila, palmilhando a areia batida de rijo pela canícula causticante, era uma caminhada de estafar. Sôbre o riacho, ainda em 1840, uma jangada fazia a passagem de pedestres, mediante quarenta réis, no local onde existiu a ponte de madeira que dava acesso ao bairro de Maceió, ao lado do Hospital Militar, em cujos arredores, mais tarde, Melo e Póvoas levantou a fortaleza de *São João*. Na atual rua Barão de Anadia,

ainda naquele ano, uma pinguela permitia a passagem, a pé enxuto e livre dos atoleiros.

Certamente o governador não desembarcou onde hoje tôda a gente embarca e desembarca, e como teria êle desembarcado não nos disseram os cronistas da província, os raros escavadores das nossas velharias históricas, que, aliás, não nos deixaram grandes coisas... Póvoas, em canoa ou jangada, veio de bordo para terra, transportando-se à vila em carro de boi.

Teria chegado de surpresa? Seria esperado? Não sabemos. O certo é que a chegada de um navio era motivo de alvorôço no burgo. O que conduzia o governador não teria escapado a essa regra. Para as imediações do pôrto, ao primeiro sinal da aproximação do veleiro, afluíu certamente a população grada da vila. E quando se soube que vinha o governador, o mundo oficial movimentou-se para facilitar o desembarque da primeira autoridade da capitania, ansiosamente esperada.

Ao encontro do governador deviam ter ido as autoridades da vila: os capitães-mores Manuel Joaquim Pereira da Rosa e Felipe Santiago de Almeida; o sargento-mor José Elias Pereira; os juízes ordinários Antônio Maria de Aguiar e Ambrósio Machado da Cunha; os vereadores de barrete Francisco Dias Cabral, Manuel do Nascimento Pontes e João de Araújo Teixeira; o procurador Félix da Costa Morais, e o juiz de órfãos Reginaldo Correia de Melo, que eram as *justiças indigitadas por pelouro* e em exercício. E com êles os almotacéis, os escrivães, os negociantes, os proprietários, todos os *homens bons*, em suma, pressurosos nas homenagens ao

depositário da confiança real e, por isso, na vila, quasi rei.

A fisionomia da vila, no seu conjunto de ruelas tortuosas e habitações rústicas, com a mata à beira do casario, o pântano da Bôca de Maceió e os mangues da lagoa, não seria de animar a um cortesão, mas não seria de escandalizar ao governador. Póvoas governara, anteriormente, a capitania do Rio Grande do Norte e, de-certo, se afizera à rudeza da terra e dos homens. Demais, aquilo, que já era alguma coisa no deserto litorâneo, fôra obra genuinamente portuguesa, firmando a conquista do solo e sôbre êle o domínio lusitano. Cada povoado que se criava na imensidão do Brasil, ao redor do engenho de açúcar, do monjolo, da estância pastoril, da feitoria que se fundava para defender a soberania portuguesa das investidas da pirataria; cada povoado que surgia, arruado em labirinto assegurador da defesa militar, não representava somente a obra formidável da pequena nação que se apossara e conservava, homogênea e íntegra, a maior porção do continente; era mais do que isso, porque era a revivescência da fisionomia do próprio Portugal, o seu tipo arquitetônico, os seus costumes, a sua sociedade, a sua língua, a sua fé religiosa, a própria alma portuguesa que se transplantara para outro cenário, sob os esplendores do sol tropical, palpitando, vivendo, dominando, eternizando-se...

O povoado que o engenho anônimo formara à beira-mar, já tinha bem fundados o seu desenvolvimento social, a sua prosperidade econômica e a sua organização política. Contrariamente ao que sucedera a outros burgos coloniais, o engenho, que o fizera nascer, não chegara a imprimir-lhe os traços do feudalismo, isolando-o no latifúndio, e repousando exclusivamente no trabalho escravo os encargos da vida industrial e da vida econômica. Aquí o povoado vencera o engenho, expulsando-o, para constituir o comércio, varrendo do litoral os magnatas da exploração da terra e da escravidão.

À chegada de Melo e Póvoas, já se podiam notar em Maceió, bem definidos, o espírito de associação criado pelas relações familiares e pelos interêsses individuais, dilatando os interêsses da comunidade; o espírito de emulação desenvolvido entre a população pelo exercício de várias profissões, disputando cada qual, no seu meio de vida, a abastança pessoal que fundava a prosperidade coletiva; o espírito de organização política, elastecendo-se, dia a dia, no aparelhamento administrativo da vila, que já era bem a autonomia municipal, radicando os habitantes ao solo propício, subdividindo em pequenas propriedades urbanas e rurais o feudo inicial do povoado, que não chegara a criar raízes, esmagado pelo avassalamento comercial, que as franquias marítimas ofereciam aos mercadores de tôdas as procedências.

Melo e Póvoas hospedou-se no paço da Câmara, cercado das considerações dos habitantes. Nas homenagens tributadas ao governador por aquela população de comerciantes interesseiros, não havia somente a demonstração do respeito devido à mais alta autoridade da capitania; havia, principalmente, o pensamento oculto do aproveitamento de uma opor-

tunidade que poderia investir a vila de prerrogativas mais largas, desde que ficasse sendo sede do govêrno.

E a Câmara reuniu-se para isso no dia 9 de janeiro, deliberando solicitar do governador essa primazia, a que a vila se julgava com direito, pela excelência do seu pôrto e pelo seu desenvolvimento comercial.

Póvoas recebeu o pedido da Câmara, sem nada prometer. A acuidade mental do governador não se despercebera dessas vantagens; todavia a vereação pareceu-lhe intempestiva e, por isso, não lhe mereceu assentimento imediato. A sede do govêrno da capitania, oficialmente, tinha de ser a velha vila das Alagoas, por ser cabeça da comarca há mais de cem anos. Póvoas bem percebeu que deferir, assim, de ímpeto, o requerimento da Câmara, seria levantar contra sua autoridade o espírito regionalista da vila legendária, ferido abruptamente por uma preferência irritante. E declarou que sua residência ficaria onde se fizesse necessária a direção técnica das obras de defesa militar de que a capitania carecia...

A Câmara de Maceió, antes da chegada do governador, procurara pôr uma certa ordem à anarquia construtora do burgo. As casas da vila haviam sido numeradas, custando êsse serviço 8$000, pagos a Felipe Cavalcante de Albuquerque, que dêle se encarregara. As construções já se não faziam sem licença e alinhamento prévios concedidos pela Câmara, sob pena de multa de 1$600. Os carros de bois, que atravessassem o povoado, pagavam uma licença de 1$600, o que importava a proibição, tamanho era o vulto do onus. Outra casa, em melhores condições de higiene

e segurança, fôra adquirida por cem mil réis, no largo do Pelourinho, para servir de cadeia pública, e ao "carcereiro deu-se um quarteirão de azeite para a iluminação, por cada noite".

Criara-se um açougue público, a requisição do almotacel José Januário de Carvalho, para o talho de carnes verdes destinadas ao consumo, "com balanças, cepos, facas e ganchos". Os padeiros haviam sido intimados, sob pena de multa severa, a vender por $040 o pão de meia libra, e dois dêles, que infringiram a determinação municipal, Joaquim Gomes Coelho e Manuel Joaquim Ribeiro, tiveram sua mercadoria apreendida para distribuição gratuita aos presos.

Uma vereação havia designado a "ladeira nova para reunião de regateiras e mercado de frutas". Antônio Caetano havia sido nomeado juiz do ofício de alfaiate e Domingos Martins da Fonseca do de sapateiro...

A Câmara agia. Era a vida municipal que emergia do caos.

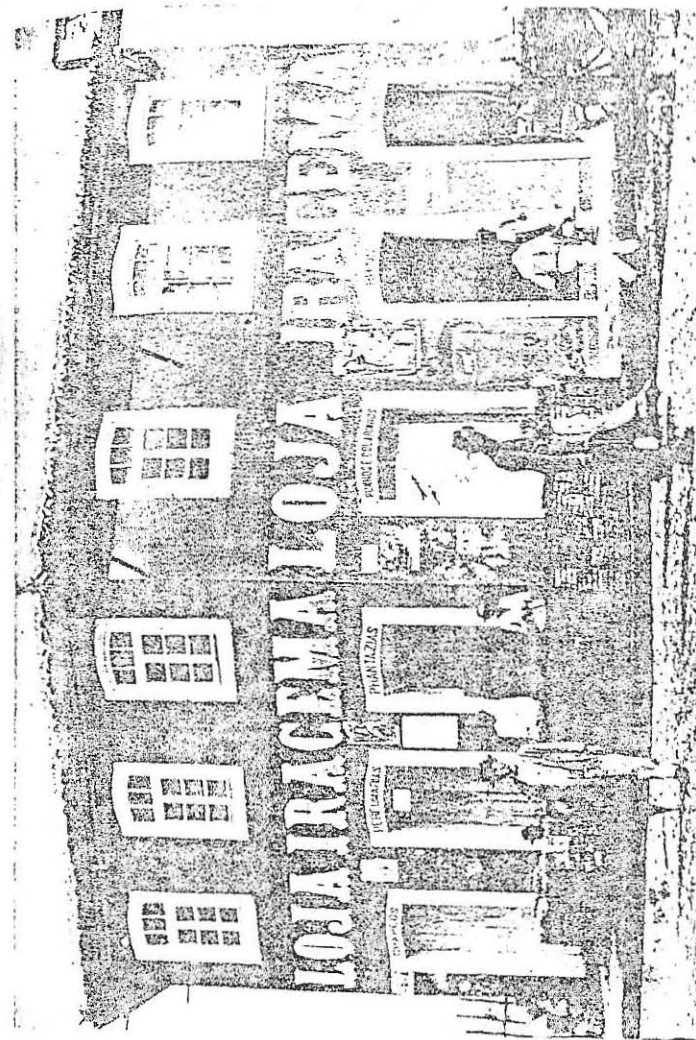
A vila já tinha um professor régio de primeiras letras, o padre Francisco do Rêgo Baldaia, provido por ato de 30 de junho de 1818, vencendo anualmente o ordenado de "oitenta mil réis pagos aos quartéis, constando que tem aula aberta e que cumpre bem com as suas obrigações."

O padre Baldaia era filho do negociante Francisco do Rêgo Baldaia, um dos fundadores da vila. A-pesar-da sua origem genuinamente lusitana, o padre sempre se distinguiu pela lusofobia. A sua exaltação patriótica, da independência à abdicação e acon-

tecimentos que se seguiram, de larga repercussão em Maceió, na luta fragorosa do nacionalismo que culminou na abdicação, levou-o a excessos. Foi um dos cabecilhas do jacobinismo intransigente, o que, parece, lhe valeu a não recondução à cadeira de primeiras letras, sendo substituído por Francisco Pereira Guedes. Mas o padre Baldaia nunca recuou dos seus propósitos e dos seus princípios. As suas convicções notabilizaram-no pela intransigência. Ao sacerdócio sempre juntou o magistério, e, quando em Maceió se fundou a imprensa, Baldaia tornou-se um jornalista veemente, por vezes agressivo. Foi por estas qualidades uma individualidade singular. Faleceu em 24 de dezembro de 1864, velhíssimo.

Póvoas demorou-se até 21 de janeiro em Maceió, examinando detidamente as suas possibilidades econômicas e as suas necessidades de defesa militar. Durante êsse tempo recebeu o governador homenagens de quasi tôdas as vilas da capitania, assediado sempre pelos homens mais influentes da vila das Alagoas, alarmados com as pretensões de Maceió.

A 22 de janeiro, na matriz de Nossa Senhora da Conceição das Alagoas, "em presença da Câmara, do clero regular e secular, dos oficiais maiores e menores de guerra, milícias e ordenanças, da nobreza e do povo", Melo e Póvoas tomou posse do govêrno da capitania, "com as solenidades em tais atos praticadas".

Empossado, Póvoas tinha que estabelecer o aparelhamento administrativo e fiscal consequente da autonomia. Principalmente o serviço do fisco, porque a arrecadação dos tributos reais era, para a co-

Sobrado que pertenceu ao português Francisco José da Graça, um dos povoadores de Maceió. Esquina da rua do Comércio com a do Livramento, onde hoje está o Ponto Central. Nêle instalou-se a presidência, a secretaria do govêrno e a tesouraria provincial, quando da mudança da capital. Foi residência dos governadores Melo e Póvoas e Manuel Felizardo. Francisco José da Graça veio para Maceió mais ou menos em 1814, sendo casado com d. Maria da Assunção Ferreira da Graça, pernambucana,

roa, a questão capital. As repartições fiscais tinham de ser instaladas em Alagoas ou Maceió. Eram, das oito vilas da capitania, as únicas que podiam disputar a primazia de sede de tais repartições.

Póvoas pediu pareceres, habilmente, livrando-se do dissídio que se levantava entre as duas vilas, uma apresentando os seus foros seculares de cabeça de comarca, a outra oferecendo as vantagens irrecusáveis de sua situação topográfica e de seu magnífico ancoradouro.

Alagoas sugeriu a idéia absurda, por impraticável, da abertura de um canal, que a ligasse ao pôrto do Francês. Vieira Perdigão, que viera para o serviço do fisco, num parecer notável, pela elevação da forma e procedência dos fundamentos, emitiu sua opinião:

> "Sua Magestade Fidelissima, El-Rey Nosso Senhor, foi servido por seu real decreto de 16 de Setembro de 1817 nomear a VS. para crear nesta provincia das Alagoas uma capitania, cujo governo independente desveladamente se empregue na applicação dos meios mais convenientes para della se conseguir as vantagens, que o seu terreno e localidade podem offerecer. O estabelecimento de uma junta de administração e arrecadação da real fazenda era, no systema economico uma consequencia immediata deste principio, o que se verificou na carta regia de 15 de Julho do anno proximo passado de 1818, que manda crear aquelle tribunal. As paternas vistas de El-Rey Nosso Senhor são tão demons-

trativas neste passo politico do seu sublime methodo de reinar, que não nos são occultos os fins a que o mesmo Augusto Senhor se propõe: *Primo*: a independencia do governo nesta capital promove a fidelidade destes povos, não só na prompta execução das leis, que se fazia morosa pela longitude da antiga capital do governo, como tambem na manutenção do decoro e respeito devidos as autoridades constituidas; já formando a tranquillidade interna e externa e já finalmente a segurança e livre arbitrio da propriedade particular. *Segundo*: Fomenta e anima a circulação rapida dos movimentos e transacções mercantis, que, dirigidos pelo interesse proprio, caminha ao fim geral da utilidade commum. Com a independencia deste governo se pode quebrar o jugo com que as praças da Bahia e Pernambuco ligão a estes negociantes, se a exportação dos generos commerciaes for directa aos mercados principaes. Este meio é o unico e o mais vantajoso á grandeza de um paiz. A certeza da venda no mercado dilatará as faculdades do agricultor; e o escaimbo maior, que então dará mais força e animará o commerciante a que se entregue aos perigos e riscos mercantis. *Terceiro*: A divisão da parte administrativa torna mais susceptivel uma boa arrecadação. As ramificações dos rendimentos, que constituem o thesouro publico, são mais bem desenvolvidas. Adquirem-se os conhecimentos necessarios para se formar uma idea justa dos elementos, que servem de base á legislação economica.

Eu devia excusar estas razões por serem tão palpaveis, que ninguem as ignora, principalmente V. S. que tem vistas mais dilatadas, e a quem Nosso Augusto Monarcha confiou a execução dos seus planos; porem V. S. que os deseja preencher, V. S. que já tem conhecimento pessoal dos principaes pontos da localidade desta capitania, deve deliberar com a ponderação que lhe é propria, qual será o lugar da fixação da séde do governo, que de uma vez concorre para a prosperidade geral a que El-Rey Nosso Senhor se propõe elevar estes reinos.

A villa de Maceió e esta das Alagoas, são as unicas que se apresentam em concurrencia. O soberano, não obstante incumbir á Camara desta villa, como cabeça de comarca, o dar posse a V. S. do governo, parece na sua provida e premeditada politica não designar qual deverá ser o lugar da sua residencia. Em um destes dois pontos, pois, onde se apresentarem os mais apropriados, ou adequados meios para se obter os fins indicados; este, sem controversia, é o preferivel.

Maceió, pela sua posição topographica, na proximidade de um bom ancoradouro para vasos de mediana grandeza erecta pela expontanea concorrencia do commercio desta capitania, que abandonasse o antigo interposto desta villa das Alagoas, parece-nos indicar dever alli erigir-se a Junta da Real Fazenda, inspecção, alfandega, etc., que fiscalisando com mais exacção os reaes

interesses, promova com mais facilidade os da agricultura e commercio.

O projecto da abertura de um cannal no porto do Francez para esta Alagoas, por futil é inexequivel, não merece attenção; nem podem melhoramentos sonhados ter preferencia a vantagens reaes e existentes. E' este o meu fraco parecer, que, aproveitando, hoje, dia da installação do governo, por ser o da posse de V.S. o submetto as luzes e conhecimentos de VS., que determinará como mais conveniente ao real serviço. Villa das Alagoas em 22 de Janeiro de 1819. *Floriano Vieira Delgado da Costa Perdigão.*"

Era esta, de-resto, a opinião do próprio governador. Mas Póvoas queria eximir-se da responsabilidade direta da preferência. Quis ainda uma opinião de pêso, opinião irretorquível. Perdigão, na sua qualidade de funcionário do fisco, dependente do governador, poderia ser acoimado de suspeição. Remeteu, por isso, o governador o parecer de Perdigão ao desembargador Ferreira Batalha, ouvidor da comarca. O magistrado que dirimisse o conflito. E a opinião do magistrado foi conforme à do funcionário do fisco. Era uma opinião decisiva, não só pelo prestígio da autoridade, como pelo conhecimento direto e pessoal que tinha da capitania. A opinião era imparcialissima. Assim a expressou o magistrado:

"V. S. fez-me a honra de me mandar ouvir sobre a memoria inclusa do escrivão deputado

da junta da administração da real Fazenda que propõe como mais conveniente ao real serviço que ella e outras estações de sua dependencia se estabeleçam antes na villa de Maceió, do que nesta das Alagoas. A villa de Maceió, felizmente situada sobre o porto de Jaraguá, o melhor da capitania, offerece commodidades para o commercio, que lhe dera o ser, e a tem em poucos annos elevado ao nivel das maiores villas da comarca, que contam quasi dois seculos de existencia, é por isso de esperar que o commercio á sombra do governo, que S. M. se dignara de confiar a V. S. prospere naquella villa, para onde elle naturalmente se encaminhava pelas vantagens que ahi encontra; elle sentiria obstaculos, se a junta da administração da real Fazenda, inspecção, alfandega, etc. se estabelecessem em outra parte, que não fosse na villa de Maceió, que domina o melhor porto da capitania e que, como que a divide em duas partes iguaes. A villa das Alagoas, distante seis a sete leguas daquelle porto, não parece por isso apta para aquelles estabelecimentos. Este é o meu parecer, que tenho a honra de sujeitar a V. S. para justa decisão sob o projecto proposto. Maceió, 24 de Janeiro de 1819 — *Antonio Ferreira Batalha.*"

Póvoas, aliás, optara pela vila de Maceió. Os pareceres não passavam de uma formalidade visando a uma satisfação à cabeça da comarca, melindrada pela preferência governamental.

Prestado o juramento, que era a forma de lega-

lizar seu govêrno, Melo e Póvoas não quis demorar-se nas Alagoas, transportando-se para Maceió. Na velha vila demorara-se apenas oito dias, o tempo preciso para conhecer a localidade, aproximar-se de seus homens representativos e examinar detidamente as condições do pôrto do Francês.

Maceió foi, por fim, preferida pelo governador, e êste, em 3 de fevereiro, comunicava ao govêrno os motivos de sua preferência, nestes têrmos:

"Julguei conveniente ao real serviço esta dilação, afim de deliberar com conhecimento de causa, onde devera fixar-se o estabelecimento da Junta da Real Fazenda, se nesta nova villa de Maceió, se na antiga das Alagoas. Das copias juntas da representação que me fez o deputado escrivão da mesma Junta, encarregado da sua creação e da resposta do desembargador ouvidor da comarca, a quem ouvi, como pessoa que, residindo a nove annos nesta capitania deve ter cabal intelligencia das differentes localidades della, conhecerá V. Exa. ser esta villa de Maceió o lugar mais adequado para os novos estabelecimentos; e como El-Rey Nosso Senhor se não dignou fixar qual elle deveria ser, reservando a sua regia deliberação para depois de chegarem á sua Augusta presença informações mais exactas do que as que eu poderia, sem perfeito conhecimento de causa, julguei do meu dever installar aqui a Junta da Real Fazenda, etc."

A velha vila, que presidira à formação geográfica do território alagoano, sentiu profundamente o

repúdio das suas condições topográficas para sede das repartições fiscais, e Vieira Perdigão, por muito tempo, lhe ficou mal olhado como o causador principal daquele golpe formidável, que lhe arrebatava a hegemonia em proveito de uma localidade espúria, sem tradições históricas, constituída por mascates gananciosos.

Floriano Vieira Delgado da Costa Perdigão não era alagoano. Nascido no Rio Grande do Norte, lá se relacionara com Melo e Póvoas, quando governador daquela capitania, talvez em razão das funções públicas que alí exercia. Veio para Alagoas com o governador e aquí fixou definitivamente sua residência. Escrivão deputado da Junta da Real Fazenda, deputado geral por Alagoas, membro do govêrno, deputado provincial muitas vezes, proprietário rural no município de Maceió, foi uma figura política e social notabilíssima pela sua atuação inteligente e patriótica na vida das Alagoas.

No mesmo dia da chegada de Melo e Póvoas a Maceió foi instalada a Junta da Real Fazenda, que ficou composta do governador, como presidente, do desembargador Ferreira Batalha, como juiz dos Feitos da Fazenda, e Vieira Perdigão, como deputado escrivão, encarregado da respectiva escrituração.

Como repartições subordinadas à Junta, foram criadas a Casa da Arrecadação, a Inspeção do Açúcar e Algodão, peças complementares da engrenagem fiscal. Em Penedo e São Miguel dos Campos foram estabelecidas Mesas do Consulado, para facilitar a entrada e saída de mercadorias por êstes dois pontos intermediários.

Não encontramos documento algum que nos pudesse dar uma idéia do volume comercial das Alagoas, à chegada de Póvoas, para ajuizarmos da importância da sua produção e das suas operações mercantís exteriores.

O comércio marítimo, pelos diferentes portos da comarca, era, exclusivamente, de cabotagem, exercendo as praças do Recife e Salvador ascendência comercial sôbre tôdas as vilas e povoações alagoanas — a Baía suprindo a região sanfranciscana e Pernambuco abastecendo o resto do território, por intermédio de Pôrto-Calvo, Maceió e Alagoas. Como baiana e pernambucana, nas estatísticas de exportação, figurava a nossa produção. Depois para o Recife se encaminhou tôda a produção das Alagoas, quer se destinasse ao estrangeiro, quer ao consumo do país, para lá ser dizimada nas respectivas repartições aduaneiras. Lá, consequentemente, passaram a ser registrados os valores do nosso comércio e da nossa agricultura.

De maneira que, não só administrativamente, também comercialmente, a autonomia dada à comarca em 16 de setembro de 1817 alforriava-nos da servidão secular, libertando-nos do monopólio comercial e da exclusividade marítima, para os efeitos de exportação, que Pernambuco exercia e eram o onus terrível que se impunha à comarca, encarecendo a vida da população e empecendo os surtos de seu progresso econômico.

A provisão de 27 de setembro de 1819, depois de louvar o zêlo da Junta da Real Fazenda "no desempenho de suas obrigações" e de lhe dar instruções

acêrca da arrecadação dos impostos e diversas formalidades aduaneiras, recomendava a facilitação "da exportação de todos os gêneros por qualquer pôrto dessa capitania, fornecendo-lhes as competentes guias ou despachos, afim de facilitar e promover o comércio costeiro, limitando somente ao pôrto de Jaraguá, ou aquele onde houver alfândega, a admitir navios nacionais e estrangeiros para alí se cobrarem os direitos de importação e exportação do algodão que sair diretamente para a Europa."

A vassalagem fôra demasiado longa e criara raízes profundas. As relações comerciais continuaram, por muito tempo ainda, diretas com Pernambuco e Baía, que eram os intermediários da colocação comercial dos nossos produtos no estrangeiro, e os abastecedores dos gêneros necessários ao trabalho, à vida, ao confôrto nas Alagoas, por intermédio de suas praças.

A Baía chegou estranhar que se houvesse criado em Maceió uma repartição de inspeção do açúcar e algodão, peça componente do mecanismo administrativo fiscal das capitanias, dirigindo ao rei uma representação para que êle resolvess se aqueles gêneros deviam ser inspecionados em Maceió, ou se na Baía, pôrto de sua exportação e consumo.

A libertação, como se vê, teria de operar-se lentamente.

Não sabemos quando começaram as relações comerciais diretas com a Europa. Com outros países, que não Portugal, só teria sido posteriormente à abertura dos portos nacionais ao comércio de tôdas as nações amigas.

Portuguêses eram os principais comerciantes de Maceió; com Portugal as relações comerciais datam da fundação do próprio comércio, senão por meio de navegação direta, por intermédio dos portos da Baía e Recife. A Inglaterra veio a seguir na concorrência mercantil logo após a libertação comercial para a qual ela tanto influíra junto a D. João VI. De Portugal e da Grã-Bretanha, Maceió começou a importar diretamente os gêneros de seu comércio, os vinhos, os azeites, os panos de lã e algodão, os linhos, os chapéus, as ferragens, as quinquilharias. Mas Recife e Salvador continuaram a ter em Alagoas os seus melhores fregueses.

Melo e Póvoas, montada a máquina administrativa, cuidou seriamente da defesa militar da capitania, em geral, e do pôrto de Maceió, em particular. Assim, dando cumprimento ao decreto de 20 de julho de 1818, que criara duas companhias de infantaria, com 232 homens, e uma de artilharia, com 109, o governador pôs prestemente essa tropa em estado de eficiência militar. Comandou-a o tenente-coronel Manuel Duarte Coelho, vencendo o sôldo de 50$000 e uma gratificação de 25$000, anualmente.

Em maio de 1819, "nos areais em frente da barra, onde permanece agora a enfermaria militar" — informa Dias Cabral — lançou Póvoas os fundamentos de um forte, que recebeu o nome de *S. João*, inaugurando-o no ano seguinte com 4 peças de calibre 24 e pondo-o sob o comando do 2.° tenente de artilharia João da Silva Pinheiro.

Em Jaraguá, fêz Melo e Póvoas construir outro forte, no lugar onde está hoje, mais ou menos, a

Escola de Aprendizes Marinheiros, em cujas imediações ainda se encontravam, até pouco tempo, as velhas peças que nêle estiveram montadas. A êsse forte o governador pôs o nome de *S. Pedro*. As fortificações, porém, nunca foram concluídas, a-pesar-dos esforços de Póvoas e constantes solicitações junto ao Conde dos Arcos, então ministro da guerra.

O Conselho Ultramarino, querendo aproveitar a riqueza florestal das Alagoas, que possuía, "com muita abundância, madeiras para construção de qualquer vaso de guerra, por maiores que fôssem", por aviso de 30 de novembro de 1818, deu ao governador a incumbência da construção de uma corveta, "de 100 pés de roda a roda, 20 1/2 de bôca, devendo receber 10 peças de cada lado". Somente a 20 de setembro de 1820, o governador pôde dar início a essa importante obra, em estaleiro na Pajussara, ficando encarregado da construção o mestre Ângelo Dias Gomes. O arcabouço da corveta, cuja cavilha principal foi solenemente batida em 22 de janeiro de 1821, data natalícia da princesa D. Maria Leopoldina e segundo aniversário do govêrno de Póvoas, recebeu o nome de *Rainha Carlota*. Póvoas era cortesão. Ao primeiro forte deu o nome de *S. João*, onomástico do rei; ao segundo o do príncipe herdeiro. Agora a corveta, ainda em arcabouço, recebia o nome da rainha, ao mesmo tempo que, batida a cavilha mestra a 22 de janeiro, homenageava-se a princesa, esposa de D. Pedro. Dois coelhos de uma só cajadada...

Em setembro de 1823, a corveta foi lançada ao mar e fêz-se de velas para o Rio de Janeiro, com o

nome de *Maceió*, sob o comando de D. Francisco de Sousa Coutinho, o futuro Marquês de Maceió.

O navio do modesto estaleiro alagoano satisfez completamente ao govêrno. Outro foi mandado construir, por aviso de 3 de abril de 1827. O mestre Francisco Lopes dos Santos executou o plano do govêrno a primor, no mesmo estaleiro de Pajussara, e a 8 de abril de 1829, com o nome de *Sete de Setembro*, o brigue largou de Jaraguá para o Rio de Janeiro, onde, mais tarde, mudaram-lhe o nome para *S. Cristóvão*.

Melo e Póvoas era um espírito arguto e culto. Dotado de extraordinárias qualidades de administrador e de grande capacidade de trabalho, procurou atender a tôdas as necessidades públicas.

A vila de Maceió mereceu-lhe especiais atenções. Fêz o engenheiro, José da Silva Pinto, levantar uma planta da vila, no seu estado atual, e sôbre ela delinear um plano geral de reformas materiais, levado a efeito com inteligência. Pretendeu o governador corrigir o aleijão urbano que se estava engendrando, à revelia dos mais elementares preceitos da estética e das condições topográficas da localidade. Êsse plano, porém, foi pôsto à margem, e a vila cresceu, desordenadamente, à mercê dos interêsses de cada um, para tornar-se a cidade, a capital aleijadíssima que conhecemos.

A vida municipal de Maceió seguia, entretanto, o seu curso normal. As eleições faziam-se anualmente, na forma das leis vigentes, e os eleitores entregavam a gestão dos negócios públicos aos cidadãos de maior responsabilidade. Convém recordar nomes,

já desaparecidos, dos que foram, durante o govêrno de Melo e Póvoas, os obreiros assíduos e dedicados do desenvolvimento de Maceió:

Em 1819: *Juízes Ordinarios* — Lourenço Coelho de Lemos e Antônio José de Omena; *Vereadores* — Silvestre José dos Reis, João Batista de Vasconcelos e Pedro Antônio Seabra; *Procurador* — Francisco José da Graça; *Juiz de Órfãos* — Reginaldo Correia de Melo.

Em 1820: *Juízes Ordinários* — Capitão Ambrósio Machado da Cunha e João Gomes Calheiros; *Vereadores* — Francisco Pereira Guedes, Antônio José de Melo e Cláudio Pereira da Costa; *Procurador* — Antônio Leite Pereira; *Juiz de Órfãos* — Antônio Maria de Aguiar.

Em 1821: *Juízes Ordinários* — Antônio Tomaz da Silva e Antônio José de Bittencourt Belém; *Vereadores* — Antônio da Silva Lisboa, Antônio de Araújo Delgado e Joaquim de Santana; *Procurador* — Antônio Gomes de Amorim; *Juiz de Órfãos* — Antônio Maria de Aguiar.

Em 1822: *Juízes Ordinários* — Manuel Rodrigues Calheiros e Antônio José de Melo; *Vereadores* — Luiz Pinto de Azevedo, José Joaquim Teixeira Rabelo e José Miguel de Vasconcelos; *Procurador* — Vicente Nunes Cascais; *Juiz de Órfãos* — Antônio Maria de Aguiar.

Melo e Póvoas governou Alagoas até 31 de janeiro de 1822, quando se constituiu o govêrno das Províncias por juntas eletivas.

Durante seu fecundo govêrno, a velha vila das Alagoas deu as mais positivas demonstrações de se

não conformar com a residência do governador em Maceió. Protestou sempre contra o que dizia ser um esbulho do seu direito como cabeça da comarca. Póvoas, porém, absorvido pelos múltiplos problemas que se deparavam à administração, nunca deu importância às lamentações e às queixas da vila, mesmo quando ela, invocando o decreto de 5 de maio de 1821 e reunindo a solidariedade das outras câmaras, representou em têrmos positivos contra a permanência de Póvoas em Maceió, transformada esta vila, por êsse fato, em sede do govêrno da capitania. Somente depois de proclamada a constituição portuguesa, cessando, consequentemente, suas atribuições como capitão-general, Melo e Póvoas passou-se para Alagoas, onde instalou a Junta do Govêrno, composta de nove membros eleitos.

Não se limitava Alagoas a êsses protestos. A vila, por sua Câmara e por seus elementos representativos, procurou sempre empecer a expansão de Maceió. A rivalidade não se disfarçava; era às escâncaras.

Quando, em agôsto de 1820, Melo e Póvoas propôs ao govêrno a divisão da capitania em duas comarcas, uma ao sul, com sede nas Alagoas, compreendendo Anadia, Poxim e Penedo, com os têrmos e povoações respectivos, e outra ao norte, com sede em Maceió, incluindo na sua jurisdição Atalaia, Pôrto de Pedras e Pôrto-Calvo e têrmos anexos, por ficar, assim, mais fácil e mais eficiente a distribuição da justiça, então entregue em tôda a capitania a um só magistrado, a quem competiam, além de muitos outros deveres judiciários, "a fiscalização da décima e de outros impostos reais, o provimento dos órfãos, a segurança de suas fazendas e a arrecadação da dos defuntos e ausentes, o que dá causa a ficar por muitos anos a maior parte das vilas de sua jurisdição sem a necessária correição, instituída pela lei com o saudável intuito de extirpar os abusos e evitar a impunidade dos delitos"; quando essa proposta se fêz, sem a intenção reservada de preferências odiosas, visando somente aos interêsses superiores da justiça e da administração, a Câmara das Alagoas apressou-se a impugnar a proposta do governador, alegando que "a causa física e moral" dos obstáculos apresentados por Melo e Póvoas à difusão e presteza dos benefícios da justiça provinha "das sedições internas aparecidas nos anos de 1815 e 1817", trazendo como consequência a estagnação das fontes de produção e atividade administrativa da província, e não dos motivos em que o governador se baseara para justificar a sua proposta. "Neste estado pois a divisão da comarca — concluía a Câmara — parece que por ora não se opõe a tranquilização necessária e pelo que diz respeito as fiscalizações e administração da justiça elas não são dificultosas em uma comarca a beira-mar com a largura e extensão de quarenta léguas, espaço curto em comparação de outras muitas comarcas centrais no continente brasílico".

Não se entendem bem as razões apresentadas pela Câmara na sua algaravia oficial; sabe-se ao certo que ela impugnava a proposta porque a morosidade que o governador notava no andamento da justiça, com inúmeros processos paralisados, o ser-

viço de correição inteiramente descurado, dando causa à impunidade dos delitos, tôda a marcha judiciária, na multiplicidade de suas atribuições e alçadas, coxeando pelos caminhos intransitáveis da comarca imensa, eram causas supervenientes do estado de desordem em que se achava a capitania, causas evidentes e reais, mas transitórias, que não justificavam a divisão. Cessadas essas causas, tudo voltaria ao estado normal, à normalidade anterior da procrastinação dos feitos e da impunidade, podendo o ouvidor, de quando em vez, trilhar, tranquila e resignadamente, as quarenta léguas de extensão da sua comarca, mesmo porque havia muito maiores no "continente brasílico".

Os motivos não confessados, êsses, é que haviam determinado a impugnação. Porque Maceió, sede de uma comarca, cresceria de importância. E se essa qualidade, de cabeça de comarca, era a única vantagem que a velha Alagoas levava à sua rival, desaparecida, como poderia ela, dagora por diante, pleitear a continuação de sua supremacia?

A vaidade regional das Alagoas encrespou-se tôda ante a benfazeja proposta do governador esclarecido, que, antes do mais, queria integrar a sua capitania na posse de franquias judiciárias mais amplas, fazendo-a crescer em importância administrativa e política. As múltiplas preocupações do governador levaram-no a não insistir na proposta, e, com a sua retirada, um ano depois, não mais se falou nisso.

Entretanto muito teria lucrado a província

com a divisão sugerida. Para se avaliar das vantagens dessa divisão judiciária basta passar, ligeiramente, uma vista d'olhos sôbre a organização então existente.

Ao tempo da administração tumultuária dos donatários, competia-lhes a organização da justiça. Todos os funcionários judiciários eram por êles nomeados e, conseguintemente, tentáculos do govêrno que se estendiam sôbre as capitanias. A justiça, assim organizada, não podia ser um órgão de proteção dos limitadíssimos direitos individuais, mas antes um aparelho de compressão dêsses direitos, cuja engrenagem se movia a um simples aceno dos donatários.

O regime não melhorou com a criação do govêrno geral. A máquina judiciária, que se montara no Brasil, não se movia com aquela presteza que era mister. E tudo assim continuou, até quando as exigências prementes dos interêsses coloniais induziram a metrópole ao aumento das ouvidorias e à criação de tribunais regionais, que se chamavam Relação.

Só meio século depois (1755) (*) da criação da comarca das Alagoas, foi que a capitania de Pernambuco, das mais prósperas do Brasil, obteve uma Jun-

---

(*) No original há um truncamento de dactilografia na data entre parêntesis. A criação da comarca de Alagoas se deu em 1710, como refere o próprio Craveiro Costa na sua **História das Alagoas**; também é a data assinalada por Venceslau de Almeida, — erudito conhecedor das coisas de Alagoas, cedo roubado à vida, — nos MSS de um dicionário histórico e geográfico do Estado, deixado ainda em notas e dados rápidos na sua maior parte.

ta de Justiça "para prover apelações e agravos de juízes de primeira instância", composta do ouvidor geral, do ouvidor da Paraíba, do juiz de fora de Olinda e de um ouvidor qualquer da capitania, que fôsse convocado, movendo-se as peças dêsse aparelho judiciário à mercê do governador, que lhe presidia as reuniões esporádicas, quando havia necessidade de "sentenciar de morte os índios, os bastardos, os mulatos e negros que cometiam crimes atrozes", porque somente contra êsses é que a justiça se fazia sentir em tôda a sua dureza — pois era essa a jurisdição especial das Juntas.

"Em cada comarca — diz Rocha Pombo — podia haver duas ou mais ouvidorias; e às vezes uma simples vila tinha o seu ouvidor. Em cada comarca a autoridade superior judiciária era o Corregedor, o qual exercia jurisdição sôbre os ouvidores e demais juízes com funções na comarca". Mas não eram essas as únicas autoridades judiciárias de uma comarca. Havia um chanceler; havia um provedor de resíduos, defuntos, capelas e ausentes; havia um contador. Nas vilas havia juízes ordinários e juízes de órfãos; nos povoados havia o juiz da vintena. Havia ainda o juiz de fora, que substituía o ouvidor e só podia ser um bacharel em direito.

Mas parece que nas comarcas de primeira ordem, que tinham por sede uma cidade, é que a metrópole preenchia todos os cargos superiores da magistratura — Corregedor, Ouvidor Geral, Chanceler, Contador.

A comarca das Alagoas, criada em 1706 e só

provida de magistrado em 1712, quando a instalou José da Cunha Soares, sempre teve somente o ouvidor. Ferreira Batalha, em 1817, quando as coisas já tinham abrandado, às suas funções de Ouvidor Geral juntava as de Corregedor, Provedor, Auditor de Guerra e Superintendente da décima e demais impostos. Só em 1815, atendendo-se ao desenvolvimento da comarca, na zona do São Francisco, foi dado a Penedo o juizado de fora.

Com tão amplas atribuições judiciárias, numa comarca que, segundo informação de Melo e Póvoas, tinha mais de 41 léguas de comprimento por 39 de largura, servida por péssimos caminhos, com uma população de cêrca de cem mil habitantes, disseminada por vilas e povoações distantes umas das outras pelo menos sete léguas, um só magistrado não podia satisfazer as exigências imperiosas da justiça.

A proposta do governador, pois, impunha-se como uma providência indeclinável à eficácia da justiça e às necessidades cada vez maiores do desenvolvimento da província. Embargou-a a Câmara das Alagoas, emparedada na estreiteza do seu ponto-de-vista regionalíssimo.

Outra manifestação do despeito das Alagoas encontramo-la no seu esfôrço para que a Alfândega e a Casa da Arrecadação, que Melo e Póvoas instalara em Maceió, fôssem transferidas para o pôrto do Francês.

Para isso a Câmara desenvolveu um trabalho perseverante e inteligente durante três anos.

Em 1823 a Câmara das Alagoas dirigiu aos representantes da Província no parlamento brasileiro um circunstanciado memorial acêrca das necessidades locais. Entre essas necessidades mencionava a conveniência para os interêsses do fisco da mudança das duas citadas repartições para o velho pôrto já abandonado pela navegação. E não se limitou a êsse memorial; invocou a solidariedade das Câmaras que lhe ficavam mais próximas. À de Poxim foi dirigido o seguinte apêlo:

"Remettemos a VV. SS. as requisições juntas que fizemos dirigir aos nossos Deputados do Congresso Augustissimo do Rio de Janeiro, as quaes achamos mais analogas as circumstancias actuaes do nosso paiz. VV. SS. escolherão dellas e augmentarão as que lhe parecerem uteis, pois algumas estão já providenciadas pelo Nosso Augusto Imperante. Agora é chegada a participação que fizemos a S. M. I. para que fosse erecta no Porto do Francez a Casa da Alfandega por julgarmos tanto em beneficio desta capital, como proveitoso as villas circumvizinhas, cujas Camaras foram de unanime parecer. VV. SS. hajão de consultar aos seos povos e fazerem nova requisição ao mesmo Summo Imperante, sobre este facto, que hade informar este governo para resolução do mesmo Senhor, e sendo preciso VV. SS. verem a nossa ultima representação nós lhes faremos ver para em tudo serem concordantes.

Deos guarde, etc. Em Camara na Cidade Imperial das Alagoas aos 21 de Maio de 1823 — *José Barboza de Araujo Pereira, Joaquim Alvares de Pontes, Manoel A. Joaquim Rodrigues, Miguel Joaquim de Castro.*"

Vê-se que Alagoas, mesmo antes de solicitar o apôio da Câmara de Poxim, já tinha agido isolada e diretamente. O que ela agora pleiteava junto a essa vila e a outras, com as quais procurava um entendimento harmonizador da sua pretensão, era uma simples questão de fórmula requisitória. E como, segundo a praxe, o govêrno imperial pediria informações ao govêrno da província, essas informações só poderiam ser no sentido da mudança da Alfândega para o pôrto do Francês.

O govêrno imperial, porém, se fizera surdo às rogativas. Por duas vezes Alagoas apelara em vão. Por duas vezes perdera a partida. Era, entretanto, persistente nos seus propósitos. Consegui-los afigurava-se-lhe conservar os seus privilégios de capital, o seu prestígio político, a sua prosperidade, em franco declínio, desde que deixara de ser o interposto comercial de tôda a província.

Em 1826, a Câmara das Alagoas se dirigiu novamente à Câmara de Poxim:

"Illmos. Senhores. — Tendo esta câmara já por duas vezes representado a S. M. F. as commodidades do porto do Francez com o mappa topographico da planta e local da mesma

barra, onde se procedera uma bem ponderada investigação por pilotos peritos, afim de alli se crear a Alfandega e a Casa da Arrecadação em beneficio dos povos e villas centraes, em cuja comprehensão é esta villa, e a beneficio desta cidade, hoje isolada desde Povoas até o presente, sem que haja outro melhor e mais ajuizado meio de restabelecer, e pela facilidade das exportações dos generos que desses lugares se conduzem, em suas vendas ou embarques, cumpre a VV. SS. nos ajudem de sua parte com a apresentação a S. M. I. da representação que tomamos por ousadia remetter copia, por evitar o trabalho de quem nessa villa a faça, visto que vindo a nossa representação ao Illmo. Sr. Vice-Presidente a informar, ouvindo a Camara de Maceió, tem com toda a força e empenho fabricado um edificio de justificações, certidões e mais papeis que seria difficil destruir um tal collosso, e só temos a esperança nas representações verdadeiras das camaras, qual essa que remettemos a VV. SS. bem ao alcance de ler, e é justo que venha prompta, conclusa e com toda a decencia como é dever e costume de VV. SS., a quem para outro tanto nos offerecemos. Deos guarde etc. Em camara de 5 de Julho de 1826, 5.° da independencia do Imperio. — *Antonio José da Costa Pires, Joaquim José do Rego, Manoel Joaquim da Costa.*"

Maceió defendia-se bravamente. Já agora Alagoas contava com o valor das representações e com a

possibilidade de uma informação do vice-presidente em exercício, Tertuliano de Almeida Lins. Era a sua última cartada. Maceió tinha "fabricado um edifício de justificações, certidões e mais papéis que seria difícil destruir um tal colosso". Mas o trunfo com que jogava Alagoas falhara no jôgo da competição. Maceió ganhara novamente a partida.

Póvoas retirara-se para Portugal, por fôrça da Lei de 1.° de outubro e do decreto das Côrtes, de 29 de setembro de 1821. Governara a capitania de 22 de janeiro de 1819 a 11 de julho de 1821, como governador e capitão-general, e dessa data a 31 de janeiro de 1822, como membro presidente da 1.ª Junta de Govêrno.

Terminara dignamente a sua missão, com brilho para o seu nome e proveito para Alagoas, principalmente para a vila de Maceió, a cujo desenvolvimento material e social presidiu com devotamento.

Foi um administrador esclarecido e realizador. Lançou os fundamentos da administração pública na província, atendeu às suas necessidades mais palpitantes, sugeriu medidas da maior utilidade, e, quando as lutas pela independência começaram a inflamar a população das Alagoas, houve-se com habilidade e raríssimo tino, podendo manter a ordem pública, sem compressão do espírito de liberdade.

Retirou-se em paz e benquisto. Em sua companhia foi seu filho Henrique José de Carvalho Melo e Póvoas, alferes de cavalaria e adido ao Estado Maior. Aos dois, pai e filho, para se retirarem para

Portugal, foi preciso que se lhes mandassem abonar, por adiantamento, três meses de sôldo, na importância de 312$000.

Saíra de mãos limpas o parente de Pombal...

IV

A FREGUESIA

O clero sempre foi no Brasil uma grande fôrça. Esteio do regime colonial, seu prestígio passou das donatarias às capitanias e destas às províncias, estendendo-se e dominando, fora da órbita espiritual, à esfera temporal — no govêrno, na sociedade, na política. E compreende-se essa supremacia. Nação eminentemente, fundamentalmente católica, com reis que chegaram ao auge do fanatismo e uma sociedade que suportou fanaticamente os horrores da Santa Inquisição, o govêrno português sempre encontrou na Igreja um aliado solícito, dedicado, e, por vezes, poderoso, pela influência que exercia sôbre o espírito religioso da nação.

Dêsse aliado a metrópole valeu-se no Brasil, valeu-se na África, valeu-se na Índia. No Brasil selvagem para a evangelização do gentio; no Brasil colonial para a submissão do colono; no Brasil civili-

zado para a implantação e consolidação da fórmula política que se traçara. E, com êle à frente, lançou os fundamentos dos primeiros povoados, abriu os primeiros trilhos à penetração sertaneja, solidificou seu domínio pelo litoral, pacificou o índio, adaptou o colono ao meio hostil tropical, conteve, muitas vezes, a prepotência dos governadores e os excessos dos poderosos, fêz por tôda a parte a sementeira da civilização e a base da soberania lusitana na América meridional.

Foi, de comêço, obra exclusiva do jesuíta, obra benemérita, na verdade. Expulsos de Portugal os discípulos de Loiola, a metrópole lançou mão do clero secular e recorreu às ordens religiosas. E padres e frades tomaram a direção espiritual da colônia, a-par da sua decisiva influência sôbre o poder temporal.

Dominando pelo púlpito, donde os anátemas fuzilavam terrores supersticiosos; dominando pelo confessionário, ouvindo os segredos mais recônditos daquela gente endurecida pela ambição; dominando pela pompa da liturgia, o clero, por seus bispos nas dioceses, por seus vigários nas paróquias, por seus frades nos conventos, tornou-se o guia único dessa sociedade que se formava no tumulto das competições e no relaxamento dos sentimentos de probidade, tocada para diante pelos pastores espirituais, prodigalizadores de absolvições — salvo-conduto para o reino do céu...

O colono lhe pertencia, como lhe pertencera o selvícola. A terra era antes uma feitoria sua que do rei.

Quando o povoado se firmava e o interêsse da administração o erigia em vila, para maiores franquias do govêrno, da justiça, da polícia e do fisco, o padre, até então forasteiro, aparecendo de quando em quando para as consolações espirituais da desobriga, fixava-se no povoado. Criava-se a freguesia. E muitas vezes a freguesia antecedia as prerrogativas de vila.

Cura da sua paróquia, a ascendência do sacerdote, então, tornava-se maior, porque era constante, diária, permanente, ininterrupta. A autoridade do vigário era incontrastável, abrandando-se, é certo, ante os poderosos, que estipendiavam com maior liberalidade as exigências do culto, constituíam o patrimônio paroquial e legavam, quando morriam, centenas de cruzados para centenas de missas; ríspida, porém, para com o resto da comunidade, a plebe de serviçais e assalariados, cuja existência estava na dependência dos senhores feudais...

Todavia, a-pesar-dessa imensa ascendência espiritual do clero, desde os jesuítas, sôbre a sociedade colonial, a moral baixara de nível e atingira os últimos pontos da degradação. Neste particular, a obra da Igreja não se equipara à sua ação material, à sua colaboração construtora no desbravamento da asperidão da terra e na conquista do selvícola.

O desregramento de costumes atingira, principalmente, os maiorais da colônia, pela impunidade em que ficavam, intervindo algumas vezes o próprio rei para que cessasse a desordem moral, como acontecera com Jerônimo de Albuquerque.

Assim foi durante mais de dois séculos, duran-

te todo aquele tempo em que a metrópole tinha em menosprêzo a educação moral e intelectual do Brasil, só se preocupando com as compensações materiais provenientes do seu domínio.

Na comarca das Alagoas, nos seus conventos de Penedo e Santa Maria Madalena, frades alagoanos ou alagoanizados exerceram grande influência, e, no recolhimento monástico de suas celas, se davam, de contínuo, ao mister patriótico de difundir as luzes da instrução, procurando formar a mentalidade que iria orientar a província. Os frades, porém, em geral, se limitavam a isso. A sua influência era de portas a dentro. Os frades não procuravam ingressar na vida local exterior, procurando posições de mando e responsabilidades.

O clero secular, porque vivia cá fora, em contacto com a sociedade, era parte ativa e preponderante da vida coletiva.

Quando se fundou a vila de Maceió, Alagoas já contava sacerdotes que sabiam dividir a sua atividade entre o sagrado e o profano. Dois padres culminaram nessa época de formação política e mental — Antônio Gomes Coelho e Francisco de Assiz Barbosa.

O primeiro, vigário das Alagoas de 1793 a 1827, português de nascimento, foi incontestavelmente uma figura moral e política proeminente. Colaborador prestimoso de Ferreira Batalha, na repulsa à revolução de 1817, que precipitou a autonomia das Alagoas, foi depois membro das 1.ª e 2.ª juntas provisórias do govêrno provincial, vivendo sempre cercado da consideração pública e do acatamento

dos orientadores da política local, entre os quais era êle dos mais notáveis.

O outro, Assiz Barbosa, temo-lo, e realmente o foi, por um belo tipo de sacerdote e de político militante, a cujo tato se deve o não comprometimento dos elementos oficiais da província na aventura separatista de Pais de Andrade. Quando o emissário da República do Equador, o padre Muniz Tavares, aquí esteve à cata de prosélitos, o padre Barbosa era chefe do govêrno da província. Acolheu amavelmente o seu colega, não se recusou a indicar-lhe os elementos prováveis de solidariedade, ao que se disse. Mas, quanto à gente que compunha o govêrno, quanto a êle, chefe dêsse govêrno, o caminho reto era o da legalidade, era o da fidelidade ao Imperador, para que não ficasse comprometida a província, a cujos destinos presidia, na subversão separatista, que, felizmente, fracassou. Pode ter sido uma atitude dúbia, mas foi hábil, maquiavélica, se quiserem...

Outros padres dêsse tempo: José Luiz de Barros Leite, que figurou nas eleições de representantes às Côrtes Portuguesas, como suplente, donde se depreende o seu prestígio político; José Antônio Caldas, deputado à Constituinte Brasileira, nacionalista extremado, sofrendo, no Rio, depois da dissolução do parlamento, as consequências da sua imoderação política, na enxovia da fortaleza de Santa Cruz, donde logrou evadir-se dramaticamente, para morrer, anos depois, de-repente, sem mais rever a terra natal, como vigário de Itaboraí; Afonso de Albuquerque Melo, vigário das Alagoas, deputado provincial muitas vezes, deputado geral num quatriênio,

figura política prestigiosa e sempre atilado no pastoreio do seu rebanho; Cipriano Lopes de Arroxelas Galvão, latinista profundo, poeta satírico, político moderado e homem de princípios arraigados, que dava a nota sensacional, de quando em vez, nas Alagoas, quebrando a monotonia patriarcal da cidade, com o arremêsso de suas sátiras improvisadas e que logo corriam de bôca em bôca; José Vicente de Macedo, mais político que sacerdote, cujo formidável prestígio só o assassínio, de tocaia, pôde extinguir; Lourenço Vanderlei Canavarro, influência política em Pôrto-Calvo e cabecilha de sedições; José de Sousa Machado, conselheiro do govêrno provincial e presidente interino da província, em 1834, e muitos outros.

Quando Maceió era ainda o modesto povoado que surgiu derredor do engenho colonial, existia a capela de São Gonçalo, que depois foi matriz, sob a invocação de Nossa Senhora dos Prazeres.

Erigiu-a, de-certo, o dono do engenho, segundo o costume do tempo, para a devoção da gente rural — terços e ladainhas intermináveis, que se rezavam em tríduos e novenários, em honra dos santos mais populares do agiológio católico.

Desaparecido o engenho, a ermida ficou — marco da cidade plantado pela fé dos habitantes do burgo. Pertencera ao padre Antônio Ferreira da Costa, que a transmitiu por doação a Bento Ferreira Guimarães, seu filho. Mas, ao tempo dessa transmissão de propriedade, a capela já não era integralmente a mesma, nem São Gonçalo seu orago — o padre a reconstruíra ou aumentara, e a invocação fôra mudada. Era o que afirmava a tradição, confirmada pelos netos do padre, anos adiante.

O capitão Apolinário Fernandes Padilha foi o primeiro instituidor do patrimônio da capela. Padilha parece ter sido o dono do engenho e pai do padre Antônio. O sacerdote, por sua vez, proprietário no povoado, fêz doação de terras à capela, dilatando-lhe o patrimônio. Antônio Fernandes Teixeira, em 1872, assegurava a manutenção do culto de Nossa Senhora dos Prazeres com vultosa doação de terras. O patrimônio era considerável — terras pela estrada do Poço, terras pela margem da lagoa do Manuel Fernandes ou d'Água Negra, terras pela estrada do Trapiche da Barra.

Antes mesmo da elevação do povoado à categoria de vila, a população aspirava à emancipação eclesiástica.

Pertencia Maceió à freguesia de Santa Luzia do Norte, regida pelo cônego Antônio Alves de Miranda Varejão, o mesmo que, em março de 1817, convidava a Câmara da Vila, recentemente fundada, a acompanhá-lo, "para maior desafio dos povos", num *Te-Deum* na capela dos Prazeres, na "presença de Nosso Senhor Sacramentado em ação de graças pela salvação de tantas almas que escaparam da mão da tirania e felicidade que o céu nos tem concedido pelo govêrno provisório".

As ovelhas, por êsse tempo, não estavam satisfeitas com o pastor. O vigário não cumpria bem os seus deveres espirituais, e contra êle se levantavam acusações e se faziam constantes queixas ao bispo

da diocese, que o tinha na conta de imprudente e extravagante.

De maneira que, cada dia, mais se fazia sentir a necessidade da separação da vila de Maceió da jurisdição eclesiástica da freguesia vizinha.

Por duas vezes a população foi à presença do rei requerer a criação da freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres. Da primeira, o pedido foi indeferido, em vista das razões apresentadas pelo prelado de Olinda. A gente de Maceió, porém, não se deu por vencida.

Em fins de 1818 voltou à presença de D. João VI com a sua velha aspiração.

A criação de uma freguesia exigia processo moroso e papelada volumosa, que ia do rei para o bispo, do prelado para a Mesa da Conciência e Ordem, desta para o Desembargo do Paço, e, por fim, tudo minuciosamente examinado e rigorosamente esmerilhado e relatado, voltava às mãos do soberano para despacho definitivo.

A representação dos maceioenses teve de passar por todos êsses trâmites da formalística oficial recomendada em tais casos. Do rei foi ao bispo de Olinda. O prelado da diocese, D. Frei Antônio de S. José Bastos, informou que, como da vez anterior, a sua opinião era que a freguesia de Santa Luzia do Norte, por sua pequena extensão e insuficiência de rendas, não podia ser dividida, achando mesmo que o motivo principal da pretensão havia desaparecido com a providência, já dada, da conservação do Santíssimo Sacramento na igreja dos Prazeres e um administrador permanente. Todavia os moradores

tinham razão nas queixas formuladas contra o vigário, porque "suas imprudências e extravagâncias têm desafiado a cólera da maior parte dos seus fregueses". Entretanto, se S. M. quisesse atender ao requerimento, a nova freguesia poderia ter os seguintes limites: a "linha que corre pela costa desde o pontal da barra das Alagoas athé o Rio Jacarassica que serve de termo a freguezia da Pioca, com as Ilhas que intermedeão da boca da Caixa para o Norte e todo o terreno desde Jaraguá athé o Riacho Fernão Velho, e daqui correndo ao Norte athé as nascenças do Rio Jacarassica inclusivamente com os moradores, que ahi existem no lugar chamado Messias, ficando desta maneira dividido o antigo total do terreno em duas porçoens, real ou approximadamente iguaes". (23) Baseava o bispo o seu parecer nas informações do vigário das Alagoas.

---

(23) "Senhor — Já tive a honra de informar em outro tempo a V. M., que a Freguezia de Santa Luzia do Norte da Comarca, digo, da Capitania das Alagoas não me parece susceptivel de divizão, attendida a sua pouca extensão, e diminutos reditos, e actualmente se acha de mais onerada esta Freguezia de hum Parocho Encomendado, ou Coadjuctor pela gravissima molestia do Parocho proprietario, que sendo atacado de huma ophtalmia, e cahindo em cegueira total em ambos os olhos me consta ter assim requerido aos Rev. Governadores do Bispado. O principal motivo que pretextão os Requerentes da nova Divizão, parece-me estar já sanado com o expediente de haver, e de se conservar sempre na Capella da Povoação de Massaió o Santissimo Sacramento com hum administrador fixo, que acuda as precizoens espirituaes dos Fieis que, nos seos contornos habitão, donde venho a concluir q. a representação tem sua origem no descontentamento dos povos com seo Parocho Antonio Alves de Miranda Varejão cujas imprudencias, e extravagancias tem dezafiado a colera da maior parte dos seos freguezes. Se comtudo parecer justo a S. M. que se faça a divizão da mencionada Parochia, aponto como justa linha da demarcação da nova Parochia, a que corre pela costa desde o pontal da barra das Alagoas athé o Rio Jacarassica que serve de termo a freguezia da Pioca, com Ilhas que intermedeão da boca da Caixa para o Norte e todo o terreno desde Jaraguá athé o Riacho Fernão Velho, e daqui correndo ao Norte athé as

A 10 de março o processo recebeu o parecer do Procurador Geral da Mesa da Conciência e Ordem, e a 24 o Procurador da Coroa e Fazenda emitia sua opinião. Ambos foram favoráveis ao deferimento. Depois a papelada foi ao Desembargo do Paço, que, a 30 de abril, concordava com a pretensão dos habitantes de Maceió, respeitados os limites traçados pelo bispo de Olinda. Assinaram a consulta — Visconde de Vila Nova da Rainha, Bernardo José da Costa G. e Vasconcelos, Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira, Antônio Soares de Andrade Brederode, sendo voto vencido o do deputado Monsenhor Miranda.

O processo, enfim, subiu à decisão real, e D. João VI deu o seu assentimento à pretensão, sendo então expedido o Alvará de 9 de julho de 1819, criando a freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres, com sede em Maceió.

Foi Venceslau de Almeida, erudito e paciente investigador, quem me habilitou a essas minúcias. Êle examinou no Arquivo Nacional todo o processo, tirando cópia das peças principais.

Um pouco retardada chegou a notícia ao conhecimento da população. Os limites traçados à nova

nascenças do Rio Jacarassica inclusivamente com os moradores, que ahi existem no lugar chamado Messias, ficando desta maneira dividido o antigo total do terreno em duas porçoens, real ou approximadamente iguaes na conformidade das informações, a que tenho procedido, e me forão em outro tempo communicadas pelo Parocho da Freguezia limitrophe das Alagoas, que he justamente o Foraneo do Districto, e pelo R. M. Escola da Cathedral de Olinda, que foi vizitador daquella repartição os quaes ambos por isso mesmo são intelligentes da Topographia daquelle Territorio cujas informações originaes forão incluzas na minha antecedente informação. Eis o que posso informar a S. M. etc. Corte do Rio de Janeiro em 26 de Fevereiro de 1818. — Fr. Antonio de S. José Bastos."

freguesia não satisfizeram aos habitantes. Levantaram-se acusações ao vigário das Alagoas, Antônio Gomes Coelho, e, por isso, nova representação foi endereçada ao rei.

Queixavam-se de que o vigário, "querendo fazer favores com os incômodos dos suplicantes", deixara à freguesia de Santa Luzia do Norte a capela da Divina Pastora, que ficava além do Mundaú, da parte de Maceió, e as "ilhas inclusives da Barra do Pontal das Alagoas para o Norte, entrando pelo canal do Cadoz em linha reta até o rio Mundaú, e por êle acima" até os limites da freguesia. Tudo isso que o vigário, em suas informações ao prelado de Olinda, omitira em proveito de Santa Luzia do Norte e para favorecer o seu colega, os moradores de Maceió procuravam reivindicar.

A reclamação, demandando novas informações, fêz demorar a instalação da freguesia.

O govêrno provincial foi ouvido, e quis pôr tudo em pratos limpos. Abriu-se um inquérito, tomando-se os depoimentos de vários cidadãos que figuravam entre os signatários da reclamação. Assim, foram ouvidos: o sargento-mor José Elias Pereira, Antônio Maria de Aguiar, Pedro Antônio Seabra, Reginaldo Martins Pimentel, Félix da Costa Morais, 1.º tenente Francisco Pereira Guedes e José Soares dos Prazeres.

Êstes, que eram dos principais da população, mostraram-se surpreendidos. Não haviam assinado coisa alguma. Ou se retratavam, para evitar complicações com o vigário das Alagoas, ou haviam sido realmente vítimas de algum abuso de confiança. De-

clararam-se, pois, inteiramente estranhos a tal movimento.

Segundo o resumo do inquérito feito pelo Desembargo do Paço, estavam êles "summamente satisfeitos com a Divizão pronunciada no Alvará de 5 de julho de mil oitocentos e dezenove que a creara e desmembrara da Freguezia do Norte a que dantes estava unida, e por isso nada mais desejavão do que hum Parocho, pois que o provido naquelle curato ainda não appareceu para tomar posse, e igualmente estimavão que não houvesse alteração nos limites, sendo de toda a evidencia que não tinhão requerido até agora, relativamente a este objecto, pois como exhuberantemente se mostrava a face do summario, que vinha junto a supplica copiada no reverso da Provisão, fora fabricado sem audiencia e assignatura dos individuos, que na mesma se dizião assignados, e se declaravão como seos autores, não tendo elles de modo algum concorrido para o sobredito fim".

Diante disso, o Desembargo do Paço opinou pela conservação dos limites e o príncipe regente lançou, em 21 de fevereiro de 1822, o seu despacho — *Como parece*, referendado por José Bonifácio.

A freguesia de Maceió ficou, pois, com os limites traçados no Alvará de 5 de julho de 1819. Dentro dêsses limites ficavam 1.932 habitações e 4.734 almas. Além de Fernão-Velho, ficava Santa Luzia do Norte, de fundação antiguíssima e já em começo de decadência, com muitas igrejas, capelas e nichos dependentes do curato e uma crescida população. Além de Jacarecica, ficava a freguesia de Pioca, hoje anexada à de Jaraguá, com 12 capelas sufragâneas, uma matriz que se notabilizara pela riqueza de seus ornamentos e esplendor do culto, e da qual era vigário o venerando padre Francisco de Assiz Barbosa.

Para o paroquiato de Maceió foi nomeado o padre Antônio José de Caldas, pela resolução de 3 de março de 1820. Todavia, em janeiro de 1822 ainda êle se não havia habilitado a exercer o cargo, tirando a competente carta de apresentação.

A consulta a que acima nos referimos trata do caso, e o desembargador procurador opinou para que fôsse o padre intimado a munir-se da respectiva habilitação. Antônio José de Caldas foi, de-fato, intimado, a 7 de agôsto do mesmo ano, pelo vigário geral.

Mas o certo é que êsse sacerdote não chegou a exercer o cargo de vigário de Maceió. Caldas era político militante e exaltado. Eleito deputado à Constituinte, em setembro de 1822, seguiu para o Rio de Janeiro a desempenhar seu mandato, filiando-se à corrente liberal chefiada pelos Andradas. Tornou-se notado pelo arrôjo das suas opiniões. Dissolvida a Câmara, Caldas continuou a pregar desassombradamente as suas idéias, tomando atitudes hostís ao govêrno. Foi por isso preso e recolhido à fortaleza de Santa Cruz, donde logrou evadir-se num lance dramático. Refugiou-se algures, e, quando passou a onda, o padre reapareceu, sendo, então, nomeado vigário de Itaboraí, na província do Rio de Janeiro, onde morreu repentinamente — informa Pedro Paulino. Nunca mais volveu à terra natal, desde que dela saíu, eleito deputado.

O padre Antônio Caldas, que não exerceu o curato de Maceió, parece que só teve substituto definitivo quando aceitou a vigararia de Itaboraí.

Interinamente, ocupou o cargo de vigário de Maceió o padre José Joaquim Domingues da Silva, que deve ter sido o inaugurador da freguesia. Nesse caráter visou êle, em 1825, o compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento, ereta na matriz de Nossa Senhora dos Prazeres, juntando à sua assinatura a declaração — *vigário interino.*

Anos adiante, em 1831, assinava êle a representação dos nacionalistas de Maceió, pedindo a expulsão de portuguêses, apondo ao seu nome simplesmente a palavra — *vigário* — donde se conclue que já nessa época era o cura da freguesia, tendo sido, portanto, o primeiro vigário de Maceió.

Entre êsse sacerdote e Pedro Fernandes Prado, que era um dos homens representativos da vila, deve ter havido uma desavença terrível. Isso depreende-se da leitura de um requerimento de Fernandes Prado ao Conselho Geral da Provincial, datado de 12 de setembro de 1831, impresso na Tip. Patriótica, à rua do Livramento, n.° 3, e existente no Instituto Histórico de Alagoas. E' um libelo formidável contra o vigário. Prado acusa-o de deshonestidade pessoal, felonia, concubinagem e falta de exação no pastoreio da paróquia, citando fatos e narrando episódios que deviam ter feito corar a todos os frades de pedra das esquinas das ruas de Maceió.

O Conselho Geral resolveu que, em vista da resposta do pároco, que interinamente substituía o acusado, fôsse o suplicante ao juízo competente.

Talvez despeitado com o resultado de seu escandaloso requerimento, Fernandes Prado mandou imprimir o seu libelo, fazendo larga distribuição.

A julgar o padre pelo que disse Prado, a sua moral havia chegado ao extremo da degradação.

Com a emancipação eclesiástica de Maceió e a presença de um vigário, o sentimento religioso da população intensificou-se. Em pouco a pequena matriz tornou-se insuficiente para o serviço da Igreja, e a necessidade de novos templos apresentou-se como um problema a resolver.

À rua da Rosa (Livramento) uma devoção especial levantou uma capelinha consagrada a Nossa Senhora do Livramento. A primeira, a que existia ainda em 1824, era coberta de palhas, prova de que os devotos que aí se reuniam eram todos muito pobres. A planta de Melo e Póvoas, que data de 1820, já a assinala, e, quando Maceió hospedou o general Lima e Silva, de passagem para Pernambuco a assumir o comando das fôrças legais contra os rebeldes da República do Equador, ela estava ainda no mesmo estado de pobreza. O noticiador da chegada daquele general, dando uma ligeira notícia do aspecto geral da vila, alude à capelinha: "Consta a vila de uma rua principal que finda ao norte de um largo, tendo em frente a matriz; à esquerda, em um sobradinho, aposentou-se o general. À direita a cadeia, em casa térrea. Nos fundos das casas, do lado do poente, há uma capelinha coberta de palhas. . ."

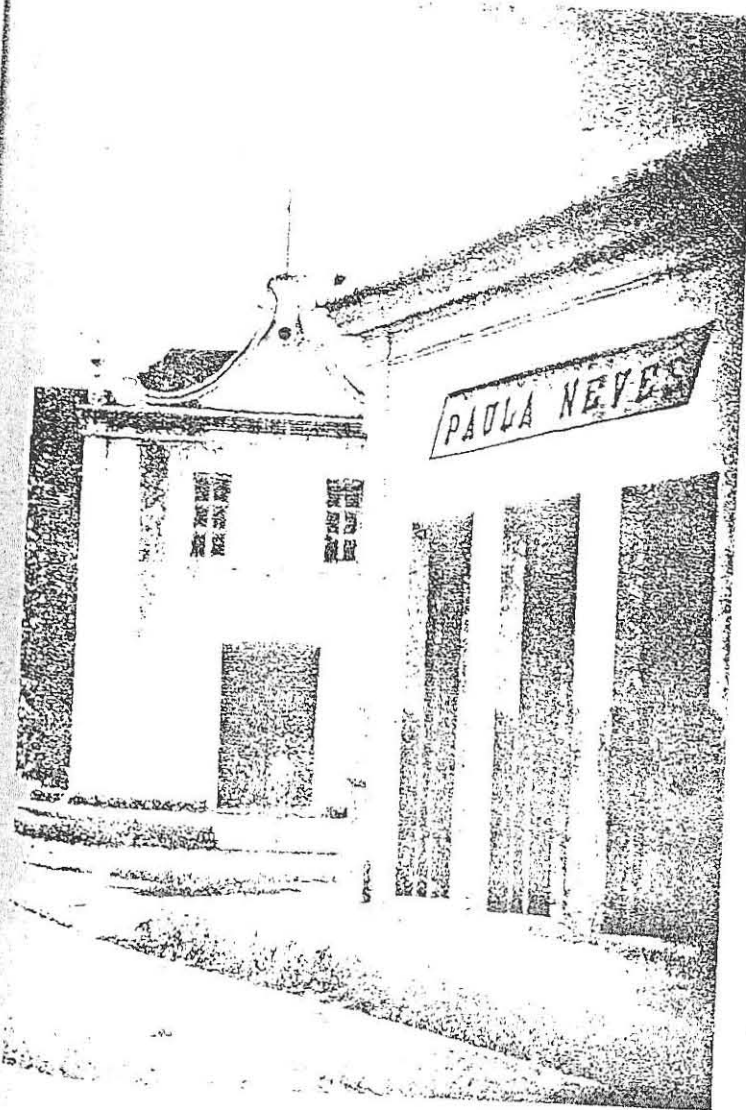
Contemporânea da capela de Nossa Senhora do Livramento, também assinalada na planta de Póvoas, era a capela de Nossa Senhora do Rosário, ao tempo

um simples nicho, construído, em horas de folga, por homens de côr já libertos e também escravos, para as suas necessidades religiosas.

O fervor religioso que exigira a emancipação eclesiástica da vila não se fazia sentir no sentido de construções condignas de templos. O que se ia fazendo era paupérrimo. Os católicos dos primeiros dias da vila não nos legaram uma só obra de arte, um único templo que se possa apontar como demonstração do seu zêlo e fervor de sua crença.

Em 1.º de maio de 1825 constituiu-se a Irmandade do Santíssimo Sacramento, ereta na Matriz. A sua primeira Mesa Regedora ficou assim composta: Juiz — Joaquim José Gomes de Amorim; Escrivão — Reginaldo Correia de Melo; Mesários — José do Egito de Jesús, Pedro Correia de Castro, Pedro Vieira de Lima, José de Araújo Teixeira, Antônio José Vieira, Antônio da Silva Lisboa, José Viveiros, Antônio Bias, Agostinho José Monteiro, Francisco Solano da Fonseca, Manuel Francisco Lopes e Joaquim Machado da Cunha.

No mesmo ano e no mesmo mês, no dia 2, era instalada outra Irmandade, a de Nossa Senhora do Livramento, na sua modesta capelinha de então. A Mesa Regedora da Confraria ficou assim constituída: Juiz — Manuel Joaquim da Apresentação; Escrivão — Manuel Apolinário de Araújo; Tesoureiro — Manuel Antônio da Fonseca; Procurador — José Antônio Barbosa; Mesários — José Joaquim Firmino, Feliciano José da Silva, Domingos Carvalho Monteiro e José Apolinário de Araújo.

Em antiguidade seguem-se as Irmandades de

Primitiva capela de N. S. do Livramento, na praça que tem hoje o nome de d. Rosa da Fonseca, chamada então rua do [illegible]. Primitivamente fôra coberta de palha, estado em que ainda se achava em 1824. No mesmo local, [illegible] ergue-se hoje a Igreja de N. S. do Livramento, cuja construção foi iniciada dep[ois] de 1825.

Igreja de N. S. do Rosário, construída por homens de côr libertos e escravos: fôra a princípio um pequeno nicho. O seu consistório foi designado para a reunião da Assembléia Legislativa Provincial, em 1840, mas esta se recusou a reunir-se no local escolhido por Sinimbú.

Nossa Senhora do Rosário, constituída em 28 de fevereiro de 1829, e do Bom Jesús dos Martírios, em 3 de maio de 1833, ambas organizadas por gente humilde, homens de côr, inclusive escravos com o consentimento prévio dos senhores. A confraria dos Martírios, com o correr dos anos, aristocratizou-se, mas a do Rosário, mais ou menos, vai mantendo a sua tradição democrática.

A velha Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres ficou de pé até 1850, quando a demoliram, com as catacumbas da confraria do Sacramento, que lhe ficavam aos fundos, para dar lugar ao novo templo, o atual.

Crescera Maceió, já cidade e capital da Província, e a velha capelinha do padre Antônio Ferreira, contemporânea do engenho anônimo, tinha fatalmente de desaparecer. A Irmandade do Sacramento decidira construir uma igreja nova, à rua da Alegria. Seria a nova Matriz. A velha ficaria de pé, respeitada na sua ancianidade, como um documento autêntico do passado colonial e dos primeiros dias do povoado. O presidente Cansanção de Sinimbú dissuadiu a Irmandade dêsse propósito, quanto ao local, ficando assentado que a construção seria no mesmo local da igreja velha, pela sua magnífica posição topográfica.

O presidente Manuel Felizardo de Sousa e Melo, que substituíu Sinimbú, fêz solenemente o assentamento da primeira pedra, a 22 de julho de 1840. Uma comissão composta de Lourenço Cavalcante de Albuquerque Maranhão, depois Barão de Atalaia, José Antônio de Mendonça, mais tarde Barão de Jaraguá,

e Antônio da Silva Lisboa, ficou encarregada, por designação presidencial, da construção da igreja, executando o plano grandioso que lhe traçaram. As obras, porém, por falta de recursos, pararam. Estavam nos alicerces, poucos palmos acima do solo, quando o presidente, conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo, deu-lhes andamento, promovendo perante a Assembléia Provincial a preferência dessa construção sôbre quaisquer obras públicas.

A Província, desde então, passou a subvencionar a construção da Matriz. Conseguiram-se cotas de loterias do Rio de Janeiro, animou-se o sentimento religioso da população, vieram de tôdas as bolsas donativos valiosos. Um frade benemérito, Frei Eusébio de Sales, pôs-se à frente da cruzada. Infelizmente a febre amarela, no ano seguinte, abateu o missionário valoroso, em plena labuta, apenas iniciara a jornada. O pôsto vago pela morte de Frei Eusébio foi preenchido, a esforços do presidente José Bento, por dois capuchinhos — Frei Henrique e Frei Luiz da Grava, que levaram a têrmo a jornada piedosa.

O artista português José Antônio Maximiniano Neves veio do Rio para fazer as pinturas do teto; entalhadores famosos foram mandados vir para a feitura dos altares principais. Gastaram cêrca de duzentos contos.

Em 31 de dezembro de 1859, com a presença do Imperador D. Pedro II, de sua espôsa e comitiva, que nesse dia haviam chegado a Maceió, inaugurou-se a Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres, com festas sacras imponentes, cantando-se um *Te-Deum* e pregando o cônego Afonso de Albuquerque Melo.

Hoje a Matriz é Catedral Metropolitana. Internamente, já não é a mesma do dia festivo da chegada do Imperador. Obras novas foram feitas, entre as quais a capela do Sacramento, com a sua porta monumental, que data de 1875.

Ultimamente o alto senso artístico do cônego Antônio Valente, aliado ao seu zêlo no curato da Sé, tem modernizado o interior do templo majestoso. Os altares de madeira, que haviam sido obras primorosas, foram substituídos por lindas construções em cimento armado, com pinturas preciosas. Externamente a igreja sofreu considerável modificação — o município reformou-lhe a escadaria, que dá acesso ao templo, pondo-a em harmonia com o alinhamento urbano e a própria majestade do edifício.

A capelinha de Nossa Senhora do Livramento transformou-se. A confraria fundada em 1825 tomou o encargo dessa obra, e, pouco a pouco, a transformação se foi operando. Um capuchinho, frei Catanicetta, principalmente, operou o milagre. Depois a abnegação do cônego Antônio Procópio da Costa, um santo que tôda a cidade venerava e cuja figura afável e impressionante ainda se não apagou da memória do povo, fêz o resto.

A capela de Nossa Senhora do Rosário foi, com o correr do tempo, demolida, construindo-se a igreja atual. Em 1840, Sinimbú designava o consistório dessa igreja para a reunião da Assembléia Legislativa Provincial. E' certo que a Assembléia aí não se reuniu, alegando a *indecência do lugar e a sua inconstitucionalidade...* Na igreja do Rosário abrigou-se a padroeira da cidade, quando, em 1850, lhe

demoliram a Matriz, e Nossa Senhora dos Prazeres aí permaneceu durante nove anos.

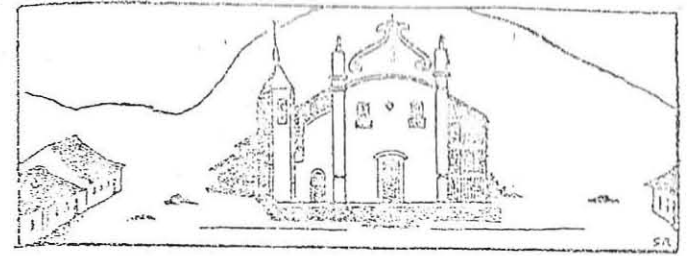
A igreja do Bom Jesús dos Martírios teve sua origem numa modesta capelinha que a Irmandade levantara à devoção de seu patrono. Desaparecidos os homens humildes que fundaram a Irmandade e ergueram a ermida, outros vieram, mais corajosos e, sobretudo, mais endinheirados, e a associação foi aos poucos selecionando os elementos que a constituíam. Em frente à capela fizeram o templo atual. Veio Frei Cassiano de Camacho e, com o favor popular, construíu o lindo templo que tanto orgulha a cidade.

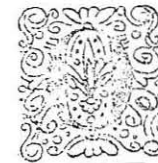
Não há igrejas históricas em Maceió. Quando o povoado emergiu em redor do engenho, havia passado a época das construções dos conventos de franciscanos, beneditinos e carmelitas. Depois, com o declínio dessas ordens religiosas no Brasil, as construções de igrejas suntuosas foram-se tornando um tanto difíceis. A Catedral, a-pesar-do auxílio do govêrno provincial, levou um decênio para ficar terminada. Assim as demais. A fé, que se exterioriza na prática do culto, parece contentar-se com o que já se fêz.

A construção da igreja de São Benedito é um exemplo.

Com o crescimento da população e o aumento da cidade, a freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres dividiu-se em duas: foi criada a freguesia de Jaraguá, que, mais tarde, absorveu a de Pioca.

A Matriz de Nossa Senhora Mãe do Povo foi oriunda da capela construída pelo português José Antônio Martins, que, com os irmãos Amorim, primeiro construíu habitações definitivas no bairro. Jaraguá, ainda em 1840, era o que vulgarmente se chama uma biboca. Casebres pelo atêrro (Avenida da Paz), casebres em outros pontos, por entre coqueirais. Somente depois de José Bento, júnior, o bairro tomou outro aspecto e outro desenvolvimento.

A cidade cresce sempre, Maceió desenvolve-se cada dia. As necessidades do culto católico já determinaram a criação de novas freguesias. Atualmente são quatro: Nossa Senhora dos Prazeres (Maceió), Nossa Senhora Mãe do Povo (Jaraguá), Nossa Senhora das Graças (Levada) e Santo Antônio de Pádua (Bebedouro).

V

DA INDEPENDÊNCIA À ABDICAÇÃO

Fico e acontecimentos posteriores que culminaram no Ipiranga tiveram nas Alagoas larga repercussão.

A primeira manifestação, diremos nacionalista, que se registrou na Província, foi a recomposição da Junta Governativa presidida pelo desembargador Ferreira Braklamy, francamente solidário com as Côrtes de Lisboa.

Entretanto, na própria Junta, essa solidariedade não era aceita sem protestos; prevalecia, porém, a opinião do magistrado, sempre amparada pelo voto caloroso de Manuel Duarte Coelho, comandante das armas e membro do govêrno. A desharmonia entre os homens da governança era latente.

Quando, na Maçonaria, Gonçalves Ledo e o brigadeiro Muniz Barreto propuseram conferir-se ao príncipe D. Pedro o título de *Protetor e Defensor*

Perpétuo do Brasil, como meio de precipitar a independência, e o príncipe aceitou desvanecido a distinção, excluindo o qualificativo de *protetor*, porque, disse, o Brasil a si mesmo se protege, êsse episódio ecoou fortemente nas Alagoas, levando o povo às armas.

A Junta, pela sua maioria, propôs se fizesse uma demonstração de solidariedade ao príncipe regente, convocando-se o povo para, reunido ao govêrno, aclamar o príncipe *Defensor Perpétuo do Brasil*. Os dois portugueses da Junta, até então preponderantes, recusaram seu assentimento à proposta.

Houve então um pronunciamento armado, chefiado por Manuel Mendes da Fonseca, Colaço Amado, Jerônimo Cavalcante de Albuquerque, proprietário em Maceió, e outros, e êsse movimento, tomando proporções de uma irresistível manifestação popular, à qual aderiu a tropa, forçou a recomposição da Junta Governativa, pela retirada dos dois portugueses, que a mantinham solidária com as Côrtes de Lisboa, constituindo-se um govêrno genuinamente brasileiro.

Além dessa consequência, que era inevitável, a rebelião impôs a retirada da Província de todos os funcionários lusitanos, bem como de outros portugueses notoriamente contrários à independência do Brasil.

Isto passou-se a 28 de junho de 1822. Foi Alagoas a primeira Província brasileira que assumiu atitude de franca hostilidade às Côrtes, depondo autoridades portuguesas e instituindo um govêrno essencialmente brasileiro.

Êsse pronunciamento repercutiu em Maceió. Nem podia deixar de ser assim. A paixão desvairava os mais ponderados e avessos à exaltação. Não se admitiam meios-têrmos.

Contra os *pés-de-chumbo*, os *marinheiros*, alcunhas escarninhas designativas dos portugueses, fremia o rancor popular.

Havia na Câmara de Maceió portugueses, antigos elementos do progresso local — os vereadores Luiz Pinto de Azevedo, José Joaquim Teixeira Rabelo e José Miguel de Vasconcelos, e o procurador Antônio Maria de Aguiar. Foram expulsos dos cargos e logo substituídos pelos brasileiros João de Araújo Teixeira, Miguel Arcanjo de Melo, Antônio José Vieira e Reginaldo Correia de Melo.

A proclamação da independência não acalmou os ânimos. A campanha contra o elemento português intensificou-se, ao mesmo tempo que a dissenção política, solapando a Província na sua vida administrativa e impedindo a organização inteligente do seu aparelhamento econômico, por um conjunto de medidas governamentais em que colaborassem todos os homens de boa vontade, dividia os espíritos, que deviam representar pela moderação os fatores da ordem naquele transe tormentoso do país.

A sedição de Pôrto-Calvo, consequência dêsse mesmo dissídio, depondo a Junta Governativa que se manifestara solidária com o príncipe, foi recebida em Maceió com frieza. Era uma rebelião essencialmente militar, insuflada pelo rancor político, que acabou envolvendo a disciplina dos quartéis. Vitoriosa a bernarda, em breve se intrusa na capital um novo go-

vêrno, comprimindo nas malhas da perseguição os antagonistas.

Maceió, pelos seus elementos oficiais e pelos seus homens de representação, não lhe deu apôio. O govêrno foi considerado ilegal. Mas a repulsa não saíu dessa manifestação puramente platônica. Seguiu-se o império do fato consumado. O govêrno oriundo da sedição de Pôrto-Calvo ficou no poder. Então a gente de Maceió amoitou-se na neutralidade.

Ficou mal vista a Câmara pelo govêrno da capital.

Um mês depois o comandante Xavier dos Anjos lhe deprecou o concurso da guarnição da vila a um novo pronunciamento, que irrompera. A resposta da Câmara é típica: "Em tal conjuntura a fôrça é perigosa; só a Deus compete decidir".

A evangélica resposta da Câmara, entregando aos desígnios da Divina Providência a solução do conflito, que aos homens cumpria resolver, desagradou formalmente ao militar. A soldadesca, por êle insuflada, amotina-se, e a Câmara, coacta no exercício de suas funções e sem elementos para resistir à desordem, apelou para Deus, abalando para as margens do Jacarecica, arrastando atrás de si a procissão timorata dos que não compram brigas...

O govêrno da capital interveio, e tudo voltou à normalidade. A Câmara regressou pressurosa à sede da vila e, por editais, convidou o povo a voltar aos seus lares e a retomar os seus labores, tranquilamente.

Ninguém morreu. Não houve sequer a lamentar derramamento de sangue. A arruaça militar, que não

obedecia a princípio superior algum, foi abafada por fôrça maior, acabando na prisão os cabecilhas. Do que se conclue, afinal, que a Câmara tinha razão — a Deus competia decidir...

O general Madeira caudilhava a capital da Baía, ensanguentando-a, no propósito de realizar, dali, o pensamento das Côrtes visando à recolonização do Brasil.

A Baia, heroicamente, reagia. Tôda a Provincia estava em armas, e a Junta Governativa da Cachoeira foi, por muito tempo, o baluarte da independência nacional.

Madeira, da capital, procurava, de quando em quando, estender seu domínio pelo litoral. Por mais de uma vez o pôrto de Maceió foi alvo das tentativas do general português. Pretendia Madeira apoderar-se da corveta que se estava construindo nos estaleiros de Pajussara, ou inutilizá-la.

Manuel Mendes da Fonseca dirigia a defesa do litoral, conseguindo, mais de uma vez, frustrar os planos do inimigo.

A 22 de agôsto a esquadrilha brasileira, composta de quatro navios, sob o comando do chefe de divisão Rodrigo Antônio Delamare, em cujo bordo vinha o general Pedro Labatut, fundeia em Jaraguá. A população estava a postos na defesa da costa. O desembarque só foi permitido quando as autoridades militares se certificaram que eram realmente amigo os que chegavam.

A Câmara hospedou Labatut no sobrado em que se reunia e prestou-lhe todo o préstimo de seu valimento oficial. Um contingente da guarnição da vila,

sob o comando do tenente Antônio de Noronha Fortes, foi pôsto à disposição do general. Pouco se demorou Labatut. Tinha pressa em chegar à Baía. E para lá se dirigiu, via Penedo, aumentando sempre a sua tropa com milicianos das Alagoas.

Olímpio Galvão, em seu *Memorial Alagoano*, registra o seguinte episódio:

"No horizonte marítimo de Maceió e Jaraguá, pelas 5 horas da manhã, surge uma esquadrilha, que demanda à barra; a população assusta-se e se põe em movimento, supondo ser de procedência inimiga, enviada pelo general Madeira, que, como se sabe, defendia o antigo regime na Província da Baía. O povo em massa corre às armas, improvisa-se uma defesa para o que desse e viesse.

"A autoridade providencia sôbre os cofres públicos e o rebate chegou assim à capital (vila das Alagoas) donde marchou à pressa o governador das armas, tenente-coronel Oliveira Belo com 300 homens, em socorro da vila de Maceió. Ao cair da tarde, fundeia a esquadra, que desfralda pela primeira vez à vista dos alagoanos o novíssimo pavilhão auriverde, símbolo da nascente nacionalidade brasileira; compunha-se das corvetas *Liberal*, *Maria da Glória* e *Real Carolina*, da fragata *União*, do bergantim *Diligente*, do brigue-escuna *Real*, da escuna *Leopoldina* e do transporte *Ânimo Grande*, sob as ordens do capitão de mar e guerra Juwet.

"Tinha saído do Rio a 28 de janeiro e ao fundear em Jaraguá (22 de fevereiro) os fortes, as tropas, o povo (inclusive mulheres) estavam de prontidão para obstar o desembarque, persuadidos què

fôssem lusitanos. Juwet hasteou a nova bandeira nacional, ao som de um tiro de peça e mandou um escaler à terra. Seguiu-se então largo entusiasmo e o melhor acolhimento ao pessoal da esquadra durante a sua demora entre nós.

"Tendo Oliveira Belo conseguido de Juwet uma bandeira, foi pela primeira vez arvorada em terra, no forte de São Pedro, aos 24 de fevereiro, com uma salva de 21 tiros, correspondida pela esquadra."

Coube a D. Eugênio Nuno Lócio Seibliz, 1.° presidente da Província, (*) fidalgo de estirpe e ainda mais de maneiras, a árdua e patriótica missão de apaziguar os espíritos desavindos pelas lutas intestinas e agora ainda mais separados pelas duras consequências de revolução chefiada por Pais de Andrade, em Pernambuco, de tão lamentável repercussão nas Alagoas.

Corria o mês de junho de 1823, quando a Maceió chegou o projeto da Constituição Política do Império. A Câmara convocou o povo, em cujo nome, já

(*) O primeiro presidente nomeado para as Alagoas, depois da independência, foi Domingos Malaquias de Aguiar Pires Ferreira, por carta imperial de 25 de novembro do 1823. Em carta ao presidente e oficiais da Câmara da cidade das Alagoas, datada de 2 de fevereiro de 1824, Domingos Malaquias participava haver pedido demissão ao Imperador por não permitir "o mau estado de minha saude que eu vá exercer este tão importante e onrozo emprego." A carta de Domingos Malaquias e a carta imperial de sua nomeação foram publicadas na secção Patrimônio Histórico, da Gazeta de Alagoas, de Maceió, em 12 de novembro de 1938. D. Nuno Eugênio foi nomeado para Alagoas por carta imperial de 21 de abril de 1824, chegando à Província em 1.° de julho seguinte. Antes, a 25 de novembro de 1823, havia sido nomeado presidente do Mato-Grosso. F. M. Martins Ramos, em trabalho publicado na Revista do Instituto Histórico Brasileiro e divulgado em separata, refere que D. Nuno Eugênio desde sua chegada foi apelidado "anjo tutelar da Província". Deixou o govêrno em 5 de maio de 1826.

nesse tempo, se falava amiúde, para a Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres. No dia 17, a humilde capela, que recordava o engenho desaparecido, encheu-se de gente, curiosa da novidade.

A Câmara formada fêz solenemente a sua entrada no templo, recebida com o cerimonial do estilo, acolhendo-a o povo com mostras de respeito.

Procedeu-se à leitura do projeto da Constituição e, terminada esta, a Câmara consultou ao povo sôbre se convinha o projeto à felicidade da nação. O povo, simples espectador daquela aparatosa solenidade, nada compreendia daquilo. Mas a resposta foi unânime, uníssona e entusiástica — estava muito bom, era aquilo mesmo que o povo queria... Ergueram-se então vivas calorosos à Religião, ao Imperador, à Constituição, e também ao Povo, que a si mesmo vitoriou, contente daquela sua intervenção platônica nos destinos da Pátria.

De tudo lavrou-se um auto, que foi enviado ao govêrno provincial, para que o encaminhasse ao do Rio de Janeiro.

Serenada a agitação que produziu a independência e apaziguados os elementos reacionários que dirigiam a corrente jacobina, o reinado de D. Pedro I passou, nas Alagoas, sem acontecimentos notáveis.

Quando, porém, o Imperador começou a demonstrar suas preferências pelos portugueses, dando-lhes cargos salientes na administração e passando a conviver às escâncaras com êles, o nacionalismo convulsionou novamente o país, de sul a norte, e Maceió foi um dos focos da reação, dirigida pelos seus homens mais prestigiosos.

VILA A CONSTITUIÇÃO

Os sucessos que se remataram com a abdicação ecoaram fragorosamente na Província. Havia em Alagoas constitucionais e absolutistas, e êstes eram, em geral, portugueses dinheirosos, enriquecidos no comércio, que, por isso, se supunham capazes de movimentar fôrças sociais em prol da causa do Imperador.

A 30 de abril de 1831 chegou a Maceió a notícia sensacional da abdicação e da partida de D. Pedro para Portugal. Houve, durante o dia, grandes manifestações de regozijo por parte dos elementos nacionalistas. À noite, pacificamente, grande multidão percorreu as ruas da vila, dando mostras do maior contentamento.

Os portugueses acolheram mal o entusiasmo brasileiro, principalmente o comandante das armas e outros militares reconhecidamente absolutistas. Confabularam então qualquer movimento de protesto àquelas expansões patrióticas.

Os cabecilhas da reação lusófoba estavam alertas e, à meia-noite, puseram a procissão na rua.

O povo, de surpresa, ataca o quartel do 4.° corpo de artilharia montada, do comando do coronel Colaço Amado, apodera-se de todo o armamento e munições existentes, sem a menor resistência. O capitão de artilharia Antônio José da Trindade Pinto de Amorim assume o comando do corpo; o major reformado João da Silva Pinheiro arvora-se em chefe de polícia e, pessoalmente, passa a dirigir o serviço, dentro e fora da vila; o comandante das armas foi declarado preso em sua residência, com sentinelas à vista.

Além dêsses militares, vários civis encabeçavam

o movimento: o padre Francisco do Rêgo Baldaia, Antônio Firmiano Brasileiro Carioca e outros.

O juíz ordinário Antônio Alves Monteiro foi mandado à presença do comandante das armas para inteirá-lo dos fins da revolta, um dos quais era a sua destituição do cargo que exercia e retirada da Província, ficando, por isso, preso em sua casa. Êsse militar, de nome Francisco Samuel da Paz de Mendonça Furtado, acolheu a sedição com cobardia. Ciente dela e dos seus intuitos, conformou-se com o estado de prisão que lhe fôra comunicado e limitou-se a participar ao presidente da Província as ocorrências, valendo-se da conjuntura para safar-se das Alagoas, alegando enfermidade.

A sua carta ao Visconde da Praia Grande é um documento lamentável. (24)

(24) "Illm.º e Exm.º Sr. — Hontem á meia noite, num estado bem deploravel, pois que desta vez a minha molestia me levou á cama, e se tornou perigoza, sube que hua porção de Cidadãos se achava reunida no Quartel do Corpo de Artilharia, e logo depois veio á minha presença o Juiz Ordinario, e disse-me que o fim era unicamente de representarem a V. Exa. para que eu seja suspenso do Commando das Armas da Provincia, e que desde logo me mandarão por hua Guarda para a minha segurança, o que aconteceo; a minha resposta foi então que eu dezejava muito que semelhante pretenção se effectuasse sem motins, e desgraças, e agora rogo a V. Exa. se digne deliberar com a brevidade que se faz mister a minha segurança pessoal, e ao socego da Provincia. Rogo mais se sirva ordenar que me-seja remettida a minha competente Guia e Passaporte. Torno a asseverar a V. Exa. que eu estou em tal estado, que apenas poderei ir para bordo da sumaca ou brigue que me conduzir. Deos Guarde a V. Exa. Illmº. Exmº. Sr. Visconde da Praia Grande, Presidente da Provincia das Alagoas — Quartel do Commando das Armas das Alagoas, 1.º de Maio de 1831 — Francisco Samuel da Paz de Mendonça Furtado."

"Em aditamento ao meu officio de hoje, sobre os acontecimentos que tiveram lugar a noite passada, communico a V. Exa. que o capitão do Corpo de Artilharia Antonio José da Trindade Pinto de Amorim já recebeu do coronel João Eduardo o commando daquelle Corpo, e por consequencia não tendo eu dado semelhante ordem e nem autorisado ao major reformado João da Silva Pinheiro para fazer o policiamento da villa, como se acha, evidente he que a minha autoridade de facto cessou, e por isso novamente rogo a V. Exa. se digne dar pressa a minha sahida da Provincia, antes que hum acontecimento imprevisto perigue a minha existencia. Deos Guarde a V. Exa. Illmº. e Exmº. Sr. Visconde da Praia Grande, Presidente da Provincia das Alagoas — Quartel do Commando das Armas das Alagoas, 1.º de Maio de 1831 — Francisco Samuel da Paz do Mendonça Furtado."

Que pretendia a revolta? Simplesmente expulsar das Alagoas todos os portugueses notoriamente contrários à causa nacional. E era para impor ao govêrno da Província a sua vontade que o populacho, atirado à rebelião pelos dirigentes da opinião pública na vila, armara-se com as prórias armas do govêrno.

Ao amanhecer de 1.º de maio um correio dos sediciosos entregava ao presidente Visconde da Praia Grande uma representação assinada por 49 cidadãos brasileiros, militares, civís e eclesiásticos, as primeiras figuras da localidade, pedindo, com urgência, medidas de extrema severidade e em absoluto desacôrdo com a Constituição do Império e leis vigentes, contra os portugueses, medidas que o govêrno deveria adotar dentro de 24 horas. (25)

Não era uma petição. Era um *ultimatum*.

(25) "Illmº. e Exmº. Sr. — Os Cidadãos Brasileiros residentes em Maceió reunidos no Quartel do 4.º Corpo de Artilharia Montada, uzando do direito de petição, que lhes faculta a Constituição do Imperio, á bem da tranquillidade publica da Provincia bastantemente ameaçada pelas disposições bellicas, e reuniões extraordinarias de Milicias, a que tem procedido algumas autoridades ameaçando assim o povo de procedimentos ostis, incutindo terrores, e chamando contra a Provincia os horrores da Guerra Civil, tem resolvido requerer o seguinte:

1.º — que V. Exa. immediatamente convoque o Conselho do Governo e que em virtude do paragrapho 14 do artigo 24 da Lei de 20 de Outubro de 1823, haja de suspender do Commando das Armas o coronel Francisco Samuel da Paz de Mendonça Furtado, por se ter tornado eminentemente suspeito, e inimigo do Brazil e direitos Constitucionaes, e das Liberaes Instituições adoptadas neste Imperio;

2.º — que o Coronel Commandante do Corpo de Artilharia João Eduardo Pereira Collaço Amado seja tambem suspen-

Queriam os sediciosos que fôssem suspensos e mandados para a Côrte todos os empregados portugueses, fôssem militares, civis ou eclesiásticos, sendo substituídos por brasileiros natos, havendo apenas uma exceção em favor do tenente-coronel de engenheiros Firmino Herculano de Morais Âncora. Queriam ainda essa coisa absurda — que todos os negociantes portugueses, solteiros, prestassem fiança para continuar no exercício de sua profissão, e todos os caixeiros dessa nacionalidade fôssem sumariamente expulsos como perturbadores da ordem.

---

so do Commando do dito Corpo por haver inteiramente perdido a Opinião Publica pelo caracter, e procedimento versatil, que tem apresentado, desde 1829, figurando no partido absolutista, semeando a intriga, e a sizania entre o Povo, indispondo este contra a Autoridade e hũas contra as outras;

3.° — que todos os empregados portuguezes, Civis, Militares e Ecclesiasticos sejam immediatamente suspensos, principalmente os Tenente-Coroneis José Dias da Costa e Joaquim Antonio de Almeida Pinto por se terem constituido inimigos da Cauza Publica sendo substituidos por Brazileiros natos, conhecidos por Amantes do Systema adoptado, exceptuando-se, porem, o tenente-coronel de Engenheiros Firmino Herculano de Moraes, por não pertencer a esta Provincia, onde se acha em commissão, e ter dado provas de adhezão á Cauza;

4.° — Logo que forem suspensos os referidos Officiaes Militares de seus postos e Commandos, e substituidos por Brazileiros natos de Opinião Publica na fórma da Lei, sejam immediatamente remettidos para a corte;

5.° — que todos os portuguezes solteiros, sendo negociantes estabelecidos serão obrigados a prestar caução idonea, assignada por Cidadão Brazileiro de bom conceito, e sendo caixeiros serão despedidos para fora da Provincia no prazo de trinta dias como primeiros perturbadores da tranquillidade Publica, e inimigos da Cauza;

6.° — que qualquer ostilidade, ou reunião de tropa, ou mesmo de portuguezes armados contra os Cidadãos reunidos no Quartel de Artilharia, será considerada como aggressão, em cujo cazo os Cidadãos tomarão a offensiva com todo denodo e enthuziasmo de que estão possuidos; porquanto protestão não se-separarem emquanto não forem attendidos os Artigos desta Reprezentação, que devem ser realizados dentro de 48 horas, e igualmente assegurão a V. Exa. que a maior tranquillidade, e socego, será mantida entre elles, e que o amor a Cauza Publica, he que os une para dirigirem a prezente representação, esperando de V. Exa. que dê providencias para que

O presidente da Província, talvez com o propósito de não agravar a situação, que se apresentava de si mesma gravíssima, convocou o Conselho do Govêrno para decidir, dentro de 48 horas, pretensões absurdas, em completo antagonismo com o espírito e a letra da Constituição pelos amotinados invocada a seu favor. A maioria dos signatários era de militares. A rebelião estava francamente estribada na fôrça dos quartéis.

Na mesma data as Câmaras das vilas das Alagoas e Anadia endereçaram ao govêrno provincial representações no mesmo sentido. Nessas duas vilas

---

não se rompa o socego, e tranquillidade Publica, tomando igualmente cautellas sobre a conducta, e procedimento dos portugueses, e entrada de novos nos Portos da Provincia. Os reprezentantes confião em V. Exa. e esperam ser attendidos. Deos Guarde a V. Exa. Srs. Presidente e Conselho desta Provincia das Alagoas. — Francisco Ignacio da Fonseca Calassa Galvão, Juiz de Paz; padre José Tavares de Mendonça Sarmento, padre João Luiz Pereira, juiz Antonio Alves Monteiro, Affonso de Noronha Fortes, capitão secretario da Artilharia, vigario Joaquim José Domingues da Silva, Manoel Joaquim de Omena, 2.° tenente, Joaquim José Xavier dos Anjos, major graduado, Inspector do Trem e Laboratorio, João da Silva Pinheiro, sargento-mór reformado, Antonio José da Trindade Pinto de Amorim, capitão de Artilharia, João Ferreira Barroso, cirurgião-mór, André de Lemos Ribeiro, major Commandante interino do Batalhão 51 da 2.ª Linha, Antonio Firmiano Brasileiro Carioca, capitão de Ordenanças reformado, Bernardino da Silva Laudacio, capitão, João Marques da Natividade, tenente, João Gonçalves Chaves, tenente de milicias, Manoel da Costa Moraes, 2.° tenente quartel mestre, Francisco Dias Cabral, Juiz da Alfandega, José Bento Leitão, padre Francisco do Rego Baldaia, Thomé da Rocha Cunha, João José do Espirito Santo, alferes de Ordenanças, Salvador Pereira da Rosa, Bernardino Gomes Ribeiro, major Commandante interino, Francisco Antonio dos Santos, Thesoureiro da Alfandega, José Rego Barros, Manoel Clemente de Vasconcellos, capitão, Manoel Elias Pereira, Antonio Alves Monteiro, escrivão do Almoxarife, Antonio Joaquim Veras, José Januario de Carvalho, João Francisco de Almeida, escrivão de paz, Joaquim de Amorim Lima, almoxarife parcial, José Dias Cabral, Joaquim Manoel Maciel, Silvestre Marcolino da Fonseca, José Antonio Vieira, José de Lima Brito, Manoel Apolinario de Araujo, Feliciano José da Silva, José Francisco Teixeira, Luiz Correia de Menezes, Francisco Ignacio de Araujo Jatobá, Manoel Esteves Alves."

eram as Câmaras oficialmente que representavam. Em Maceió o movimento tomara outro aspecto — a Câmara, corporação deliberativa e sempre à frente dessas manifestações, não dissera sua opinião. O povo e a tropa, por seus melhores elementos de representação, é que vinham, perante o govêrno, usar do direito de petição.

Convocado o Conselho, à reunião de 2 de maio compareceram os conselheiros Manuel Mendes da Fonseca, padre Cipriano Lopes de Arroxelas Galvão, capitão-mor José Leite da Silva, Manuel do Nascimento Pontes, e os suplentes Manuel da Porciúncula Lins Vanderlei e João Rabelo de Almeida. Presidiu a reunião o Visconde da Praia Grande.

Tomando conhecimento das representações, o Conselho, apenas contra o voto do padre Arroxelas, destituíu do comando das armas o coronel Furtado de Mendonça, mandando que assumisse êsse pôsto o seu substituto legal, tenente-coronel de cavalaria de 2.ª linha José de Mendonça de Alarcão Aiala, e determinou a retirada imediata do antigo comandante.

O pedido relativo ao coronel Colaço Amado mereceu um protesto veemente do padre Arroxelas. O Conselho não estava autorizado a suspender do comando da tropa a outra autoridade que não fôsse o comandante das armas, e como se não achasse o coronel Colaço condenado por sentença, que o impedisse do exercício de suas funções militares, e como não podia êle ficar privado dos seus direitos, inerentes à sua patente, na forma do art. 149 da Constituição do Império, não concordava com o pedido por inconstitucional. Apenas contra êsse voto foi concedida a

suspensão do coronel Colaço Amado. Contra os votos do padre Arroxelas e do conselheiro Mendes da Fonseca, o Conselho votou pela suspensão dos outros militares. Unanimemente o Conselho negou o seu assentimento aos demais pedidos contidos na representação de Maceió, por absurdos e contrários às leis que regiam o Império.

O padre Arroxelas foi, pois, uma figura singular nessa memorável reunião, salvando com os seus votos a integridade do regime. Mas, depois, teve de recuar.

Os amotinados de Maceió, antes de terem conhecimento das decisões do Conselho, dirigiram ao presidente da Província, por intermédio de uma deputação, um ofício altamente ofensivo à dignidade pessoal do primeiro magistrado das Alagoas, a propósito de uma portaria expedida por essa autoridade, ao comando interino da brigada, para que fôssem desligadas tôdas as praças adidas à mesma brigada.

Maceió viu no ato presidencial um intuito de diminuir a fôrça que se achava no quartel da artilharia. E disposta como se achava ela a não transigir, dirigiu ao presidente novo *ultimatum*. (26) Êste

---

(26) "Illmo. e Exmo. Sr. Os cidadãos abaixo firmados, acantonados no Quartel do 4.° Corpo de Artilharia Montada virão o officio que V. Exa. dirigiu ao capitão Antonio José da Trindade Pinto, interino commandante da Brigada, datado de 1.° deste mez, em que lhe ordena que dispeça para suas cazas as Praças de Milicias adidas á Brigada que elle interinamente commanda, mas quando se esperava que V. Exa. cumprisse o quo expontaneamente prometteo, isto he, enviar-nos a decizão da Reprezentação, que lhe enviamos, hoje por 4 horas da tarde, he quando so observa do mesmo officio hũa medida diametralmente opposta a hũa das bazes da mesma Reprezentação, o mesmo despedimento não tem nem deve ter lugar pela attitude justa e milindrosa, em que nos achamos para permanencia dessa tranquillidade por V. Exa. tão recommendada, e por nós tão desejada até porque da conservação das mesmas

era redigido em têrmos mais frisantes da repulsa que lhe merecera a portaria presidencial. A situação agravou-se. O presidente, ofendido, declarou que se ia demitir. As Câmaras, por sua vez, conhecidas as deliberações da véspera, voltam a insistir pela demissão em massa de portugueses que exercessem funções públicas de qualquer natureza.

Agora era a Câmara da vila de Atalaia que vinha com a sua representação secundar as representações anteriores. Depois veio a Câmara de Penedo. Era um pronunciamento coletivo.

O coronel Alarcão Aiala, tendo conhecimento do propósito do presidente em demitir-se, nega-se a assumir o comando das armas.

Os acontecimentos precipitam-se. O povo da capital amotina-se. Levanta-se o populacho de Anadia. Em Atalaia corre o sangue lusitano.

A situação era séria. O padre Arroxelas, que se singularizara na reunião do dia 2 pelo seu apêgo aos princípios constitucionais, combatendo lealmente as absurdas pretensões da gente de Maceió, agora recua acobardado ante a atitude popular. O padre Arroxelas requer uma reunião extraordinária do Conselho, em face dos acontecimentos.

Essa reunião realizou-se no dia 3. Foi notável.

praças entre nós não resulta o menor dispendio á Fazenda Nacional, por cumprirem nisto os deveres de Cidadãos, até para suas seguranças individuaes; o que agora exigimos com muita instancia he o cumprimento da palavra de V. Exa. e protestamos desde já por qualquer funesto rezultado que haja de provir da demora na decizão, ou de quaesquer actos ostís que contra nós se perpetrarem, o que juramos repellir com toda a razão e força de que somos capazes. A deputação que este entregará a V. Exa. tem recommendações nossas para se não retirar sem hũa decizão terminante e explicita as nossas reclamações."

O presidente da Província, cotejando datas, medindo o tempo, minuto a minuto, dá mil satisfações aos sediciosos de Maceió, quanto à portaria que mandava desligar os milicianos adidos aos corpos de 1.ª linha. O Conselho entregou o caso dos adidos ao critério do comandante das armas, interino.

Em meio da sessão houve uma solenidade emocionante. A Câmara da vila das Alagoas incorporada deu entrada no recinto das sessões do Conselho. Vinha pedir ao Visconde da Praia Grande que desistisse do propósito de abandonar o govêrno da Província.

O presidente da Câmara, Manuel da Porciúncula Lins Vanderlei, foi o intérprete do município. O Visconde, sensibilizado, declarou que desistia do seu propósito, ficaria na Província. E o presidente, ladeado pela Câmara, apresentou-se ao povo, que o ovacionou, da rua, onde ficara aguardando o resultado.

Continuando o Conselho a deliberar, ficou resolvido que fôssem suspensos e mandados para o Rio de Janeiro todos os portugueses que exercessem funções públicas de qualquer natureza, com exceção do coronel Morais Âncora e do vigário das Alagoas, aquele em atenção ao pedido de Maceió, êste porque as suas funções dependiam de outro poder. Unanimemente, o Conselho esposava o voto do conselheiro Manuel Mendes da Fonseca: "Como pela opinião em que está o povo, já não pode prevalecer nem a Constituição, nem as Leis à semelhante respeito, votava pela vontade do mesmo povo". E no arrastão acomodatício do velho Fonseca foram todos os con-

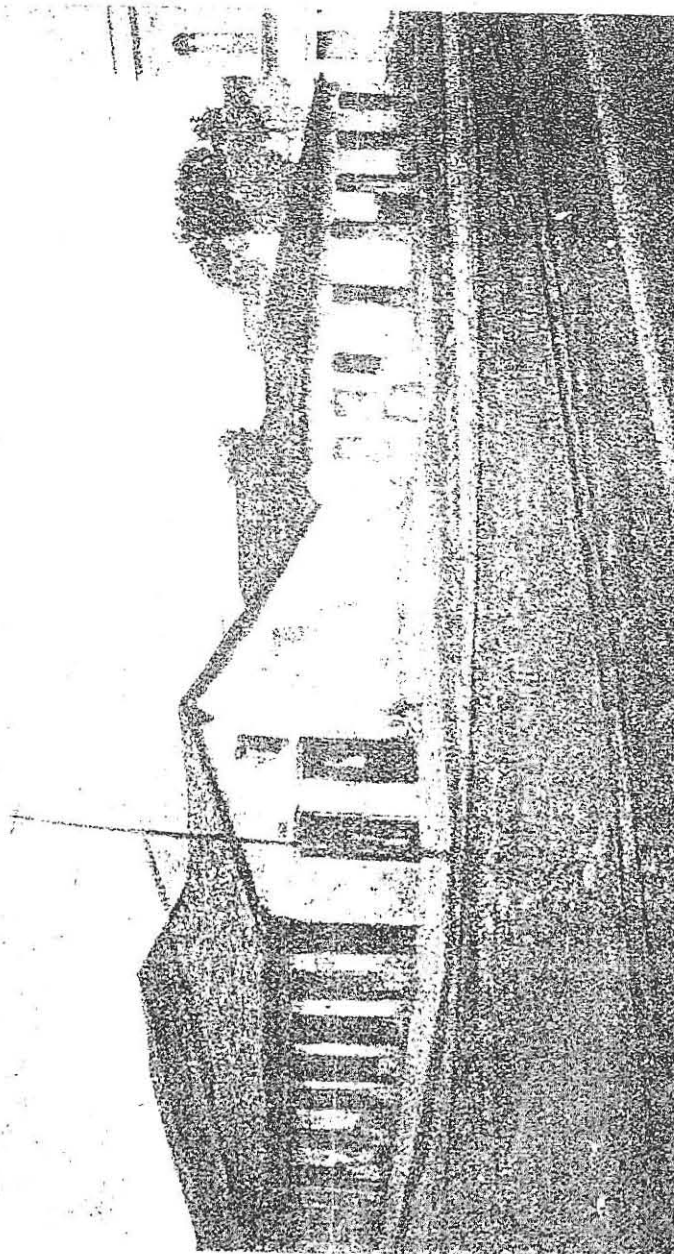
selheiros, o padre Arroxelas com êles e com êles também o presidente.

A medida, porém, não alcançara a tôda a Província. Percebe-se a repugnância do Conselho na aceitação da odiosa providência, que atentava profundamente contra a Constituição do Império, em nome da qual a multidão de constitucionais reclamava. A medida se limitava a Maceió, Alagoas, Atalaia e Anadia, que a haviam solicitado e ameaçavam seriamente a ordem pública.

Penedo, porém, a 17 de maio, a reclamou. Concedeu-a o Conselho, por equidade.

Em virtude da decisão do Conselho, o presidente da Província expediu o seguinte ato:

> "O Exm.° Conselho do Governo rezolveo, em sessão extraordinaria de data de hoje, que sejão suspensos todos os Portuguezes, que forem empregados Publicos Militares, Civis, e Ecclesiasticos, o que assim participa o Presidente da Provincia á Junta da Fazenda Publica da mesma para a sua intelligencia, e para fazer suspender a todos os Empregados Publicos Portuguezes, que se acharem servindo nas diversas Repartições a seu cargo. Palacio do Governo das Alagoas, 3 de Maio de 1831 — *Visconde da Praia Grande*." (Doc. do Inst. Hist. de Alagoas).

O Conselho não julgou objeto de deliberação os quesitos da representação de Maceió, relativos a comerciantes portugueses solteiros e caixeiros da mesma nacionalidade.

Casas da praça dos Martírios, demolidas em 1909, para a construção da Prefeitura Municipal.

Seguiu-se a execução da medida. Maceió exultou. A multidão percorreu as ruas, durante dias, apupando os lusitanos, que se escondiam, procurando refúgio no interior de suas casas, no mato, nas igrejas. O comércio, na sua quasi totalidade de portugueses, fechou, porque os negociantes foragiram-se, procurando escapar aos excessos da multidão desenfreada e esconder os seus haveres, em moeda e jóias. Foram dias trágicos, êsses, vividos pelos portugueses em Maceió. E quando, aportando em Jaraguá um veleiro, os empregados suspensos, militares e civís, tinham de embarcar para o Rio de Janeiro, o povo, amotinado, procurou arrancar de suas casas os portugueses, mesmo os não alcançados pela resolução do Conselho, e sob apupos e insultos da plebe desvairada aquela gente embarcou.

Fugindo à ira popular, muitos foram para bordo a nado, enquanto, ao longo da praia, a multidão, ululante e feroz, gozava aquele espetáculo inédito.

Receosos, sentindo-se sem garantias de vida e propriedade, a-pesar-das seguranças oferecidas pelas autoridades, muitos portugueses, negociantes, antigos moradores da vila, que a tinham ajudado a nascer e a prosperar, resolveram emigrar. E o fizeram, uns definitivamente, outros até que passasse a tempestade jacobina.

O português José Antônio Martins, fundador principal de Jaraguá, o primeiro que alí construíra casas definitivas, fizera o primeiro trapiche e edificara a capela de Nossa Senhora Mãe do Povo, em pânico, refugiou-se na ermida que levantara, implorando a misericórdia da Virgem. Amigos foram

procurá-lo, para assegurar-lhe tôdas as garantias. Encontraram-no morto!...

Os mesmos homens do govêrno provincial, que, apenas um ano antes, haviam enviado à Côrte a Manuel Lôbo de Miranda Henriques para, em nome do Conselho, beijar as mãos do Imperador, solidários com a sua política absolutista, contrária aos interêsses do Brasil, desmandavam-se agora em excessos jacobinos, hostís aos mesmos elementos que ampararam a causa do monarca abdicante, tomando medidas de extrema dureza contra os portugueses, muitos dos quais eram inteiramente alheios aos acontecimentos que se desenrolavam, exclusivamente preocupados com os seus negócios, que faziam, com a riqueza individual, também a riqueza pública.

Criou-se então em Maceió a *Sociedade Patriótica e Defensora da Independência,* que foi a orientadora dessa fase tumultuária.

Aos 18 de agôsto do mesmo ano em que se passavam êsses acontecimentos (1831) a sociedade tinha o seu órgão na imprensa, cujo lema era o incandescente apotegma de Volney — *A opinião pública, acometendo os reis nos seus tronos, há-de contê-los nos limites de uma autoridade legal.* Era o *Iris Alagoense,* editado pelo francês Adolfo Emílio de Bois Garin, numa tipografia mandada vir do Recife pelo presidente da Província, Manuel Lôbo de Miranda Henriques, egresso da revolução de 1824, que se refugiara das perseguições políticas em Maceió. A tipografia funcionava à rua do Livramento, na casa que tinha o número 3.

Foi êsse jornal o primeiro que se fundou na

Província e o ponto inicial da evolução política alagoana e da formação intelectual mais adstrita ao meio provinciano.

Meses depois, adotando a *Sociedade Patriótica* a orientação que evoluíra, firmando-se, para o federalismo, mudou, por isso, de denominação e passou a ser *Sociedade Patriótica Federal.* O seu jornal mudou também de nome. A 22 de fevereiro de 1832, o *Iris Alagoense* passou a chamar-se *Federalista Alagoense,* inscrevendo no seu cabeçalho esta divisa — *O govêrno do Império do Brasil será uma monarquia federativa.*

Redigiam-no o padre Afonso de Albuquerque Melo e o advogado Félix José de Melo e Silva. Êste teve de fugir à sanha sanguinária da intolerância facciosa, ameaçado seriamente na sua vida. Valeu-lhe no transe o padre Francisco do Rêgo Baldaia, seu amigo e correligionário, que lhe favoreceu a fuga. Baldaia, destemido, assumiu, desde então, a redação e orientação do periódico, superior às ameaças, sempre veemente na propaganda das idéias do seu grêmio político.

A mentalidade da Província formava-se exatamente nessa agitação política, que fazia surgir os orientadores da opinião. Não podemos dizer *opinião pública,* porque seria forçar a expressão. A opinião pública não existia em Alagoas, no Brasil. Existia a opinião dos grupos políticos, dos ajuntamentos facciosos, com repercussão limitada aos que sabiam ler e acompanhavam com interêsse o desenrolar dos acontecimentos nacionais com reflexos na Província.

As hostilidades, senão autorizadas, toleradas,

ostensiva e diariamente feitas aos portuguêses, depois daquelas medidas de reação jacobina, fizeram irromper novos sucessos, que ensanguentaram a Província e arruinaram o tesouro público.

O que se passava nas Alagoas era, aliás, o reflexo da anarquia reinante em todo o país, contra a qual foi impotente o pulso de ferro de Feijó, e que só com a precipitação da maioridade do segundo Imperador, pouco a pouco, desapareceu.

O partido absolutista, que se criara em Pernambuco, sob a orientação do desembargador Gustavo Pantoja e coronel Martins Dourado, o célebre *Partido Coluna,* primeiramente circunscrito ao território pernambucano, acabou fazendo proselitismo vasto nas Alagoas, onde sempre repercutiram tôdas as lutas da vizinha Província. Eram exatamente os adeptos do *Coluna* os elementos rechaçados pelos motins anteriores e atitudes, nem sempre justificáveis, do próprio govêrno. E a *cabanada* assolou as Alagoas, ensanguentando-a e empobrecendo-a por muito tempo. Amparou-a o *Coluna.* Chefiou-a na Província Vicente Ferreira Tavares Coutinho, que, sob o nome de Vicente de Paula, tornou-se um guerrilheiro do banditismo, temível em tôda a parte.

A proclamação que Vicente de Paula, em 16 de novembro de 1833, dirigiu aos alagoanos, deixa claros os fins políticos da terrível jornada sertaneja, que flagelou a população das Alagoas. O documento resume tôda uma época, com a sua efervescência partidária, os seus choques sangrentos raiando pelo banditismo, todo o ódio acumulado nos corações, explodindo fragorosamente na terra alagoana, ensan-

guentada e assolada pelo caudilho, desfraldando, impávido, o estandarte da rebelião, pelo rei que se fôra e pela política que implantara no país, cindindo-o profundamente. (27)

Vicente de Paula era o campeão do absolutismo; os outros, os que agora se lhe opunham, levantando legiões para combatê-lo, em nome da ordem, em nome da Constituição, haviam sido como êle absolutistas, quando D. Pedro I era todo poderoso, para se tornarem, por fim, na sua intransigência política, os causadores da própria anarquia.

Por alguns anos a *cabanada* assolou a Província. Era uma consequência da revolta restauradora do govêrno de Pedro I, que, com a cumplicidade de José Bonifácio, irrompera no Rio de Janeiro, em 17 de abril de 1832. Martins Dourado a secundara em Recife e Tôrres Galindo a trouxera ao interior.

---

(27) "Jacobinos! Vós tendes abuzado do nosso soffrimento, o qual não tem limites pois a todos os momentos nos estais cobrindo de appelidos que mais parecem de brutos, que de homens. Vós rabiscais vossas pardas proclamações purgadas na Aula da Traição todas as sortes de imposturas e falsidades, pois chegais affirmar que avistasteis no fogo, sendo sempre o primeiro em perseguir-vos, nunca mudando trages para que vos escape a vossa vista, e nem por isso tendes tido a coragem de um por um fazerdes fogo! Deixai que vos diga que sois muito fugitivos e que era mais proprio entregar a espada e abraçar o fuso. Vede com que precipitação vosso camarada Teto no fogo do Tigre largou a espada, e na fuga, se salvou. Neste fogo conhecesteis na perda que tivesteis qual é o vosso valor, e ainda vos lembro o choque de Bom Jardim, Farricoza, Villa, Bosque, Barra Grande e Maçangana e neste ultimo tiramos um monstro que opprimia a humanidade! E' desnecessario pintar-vos miudamente a grande perda que tendes soffrido e só vos digo que já muitos de vós merguIhasteis no Oceano, onde baqueiarão vossas vidas!

Adoramos o nosso Imperador e Senhor D. Pedro I, respeitamos seu augusto filho, porem odiamo-lo no caracter de Imperador, pois que seu Pai não abdicou a corôa brasileira por sua expontanea liberdade, mas sim foi um roubo feito que todo Brasil conhece! Tendes esse jovem na companhia dessa carniceira regencia que pretende manietar os brasileiros ao carro da mizeria, emquanto essa corrupta Assembléa vae entizi-

Vicente Ferreira Tavares Coutinho, filho do vigário de Goiana, sargento de linha, desertor, assumiu a chefia do movimento.

Governava a Província Manuel Lôbo de Miranda Henriques. (*) Paraibano, tomara parte na revolução pernambucana de 1824, e, fugindo às perseguições políticas, fixara residência em Maceió. Inteligente e maneiroso, insinuara-se à confiança dos dirigentes da política provinciana, e o Conselho Geral, "desejando dar a S. M. o Imperador as mais decisivas provas do seu respeito e regozijo pelo glorioso consórcio de SS. MM. II.", nomeou Miranda Henriques "para, em seu lugar, beijar as mãos e significar seu júbilo e fiel adesão às Augustas Pessoas de SS. MM. II."

Miranda Henriques partiu para o Rio, e lá acompanhou todo o movimento da abdicação. Desejando a Regência nomear para as Alagoas um presidente capaz de harmonizar a Província, lembrou-se

cando os cofres publicos e mergulhar-vos na baixeza. Esses homens só tem animo em seus interesses e a sombra dessa decantada constituição pretendem sepultar o Brazil no cáos do esquecimento. Vede quanto sangue tem corrido em Portugal, em Hespanha e França por quererem sustentar uma constituição que tira a soberania a seus monarcas. Vós bem conheceis essas verdades, mas como já vos julgaes perdidos a nada attendeis. E' verdade que ainda se acha com vigor esse piquete em Arasú, o qual não tem sentido um choque pois que seu proprietario me tem mimoseado com comestiveis e balame, porem hoje declaro que nada mais quero deste brasileiro. Minhas tropas vão tomar toda coragem para patentearem ao mundo inteiro seu valor. Soldados! Viva a Religião Catholica Romana! Viva o Nosso Imperador e Senhor D. Pedro I e sua Augusta Dynastia! Acampamento do Brejo, 16 do Novembro de 1833 — Vicente Ferreira de Paula."

(*) Miranda Henriques foi nomeado presidente por carta imperial de 13 de abril de 1831, sendo substituído em 25 do outubro de 1832.

do enviado ao beijamão de Pedro I. Assim, Miranda Henriques voltou presidente.

Conta-se que, chegando a Jaraguá um navio, trazendo o sinal de *presidente a bordo,* autoridades e pessoas gradas apressaram-se em levar as suas saudações ao delegado da Regência. A bordo, acercaram-se todos do conhecido Miranda Henriques, pedindo-lhe notícias do presidente.

— O presidente sou eu...

Ninguém queria acreditar. Foi preciso que o homem exibisse o título de nomeação!

Miranda Henriques foi pai de Arístides Lôbo.

Uma imprudência dêsse presidente fêz avolumar as hostes de Vicente de Paula. Os índios de Jacuípe, vítimas de um recrutamento em massa, determinado pelo presidente e levado a efeito com uma violência incrível, juntaram-se aos de Panelas de Miranda, e, sob a chefia de Vicente de Paula, trouxeram o horror e a desolação a grande parte da Província, pondo em armas quasi 6.000 soldados em sua perseguição. Ao que se disse, de comêço, quando a revolta tinha fins puramente políticos, a família Mendonça, de Pôrto-Calvo, não foi estranha ao movimento. Bernardo Antônio de Mendonça e seu irmão Jacinto Pais de Mendonça (depois senador do Império) foram, por isso, processados pela justiça de Pôrto-Calvo, que os pronunciou, sendo Bernardo recolhido ao presídio de Fernando de Noronha.

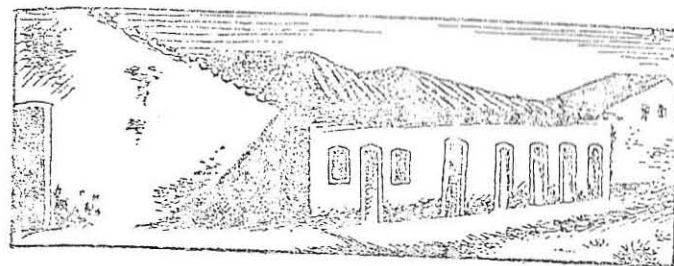
A gente sertaneja, congraçada com indivíduos do litoral, gente de tôda a espécie, perseguidos da justiça, bandoleiros contumazes, negros evadidos do eito, durante anos zombou das tropas do govêrno,

que iam ao seu encalço. Dotados de grande poder de mobilidade, conhecendo a palmo os caminhos e trilhos impenetráveis do sertão, convivendo com os moradores dos vilarejos, que lhes prestavam a cumplicidade cobarde dos esconderijos e dos avisos prévios, os cabanos levaram sempre de vencida tôdas as expedições militares.

A feição política da *cabanada* foi passageira, logo substituída pelo banditismo, dirigido pela valentia de Vicente de Paula, um legítimo antecessor de Antônio Silvino e Lampião.

LAMPIÃO

O benemérito bispo de Pernambuco, D. João Perdigão, internou-se, abnegadamente, no sertão, e o que não conseguiu a fôrça das armas, a palavra serena do apóstolo conseguiu. Vicente de Paula e sua gente depuseram as armas.

VI

A CAPITAL

Desde Melo e Póvoas, Alagoas se sentiu ameaçada na sua ascendência política e administrativa, como cabeça da comarca, há mais de um século.

O desenvolvimento comercial de Maceió, as suas vantagens topográficas, a excelência do seu pôrto, o aumento sempre crescente de sua população e os grandes interêsses dos habitantes, radicando-os à terra, tornando-os, em razão dêsses mesmos interêsses, pacíficos e profundamente conservadores; tudo isso já lhe tinha valido a preferência governamental na instalação das repartições aduaneiras e arrecadadoras. Precisamente essa preferência é que trazia apreensiva a gente das Alagoas. Ela percebia que o cetro se lhe escapava, exatamente por aquelas vantagens positivas e irrecusáveis com que Maceió se apresentava disputando tranquilamente o prima-

ciado de capital. E, por isso, tôdas as vezes que se ofereciam à vila rival, que o comércio criara e enriquecia, as regalias de qualquer preferência oficial ao estabelecimento de uma nova prerrogativa, Alagoas saía a campo, com tôdas as suas fôrças, invocando os seus velhos direitos de cabeça de comarca, para obstar o evento de mais um privilégio que lhe diminuiria a supremacia secular.

Em 1839, governando a Província o dr. Agostinho da Silva Neves, (*) o govêrno geral determinou a mudança da Tesouraria para Maceió.

Era Maceió sede das demais repartições; a Tesouraria Geral, porém, ficara nas Alagoas. Isso acarretava incômodos e demoras ao comércio, nas suas múltiplas relações com o fisco. Essas inconveniências, levadas ao conhecimento do govêrno geral, determinaram a providência, cuja execução pertencia ao govêrno provincial.

Agostinho Neves ordenou a transferência. Logo a Câmara Municipal se reuniu para deliberar sôbre o assunto, que a população considerava de vida e morte para a cidade.

Pretendia a Câmara encaminhar à presidência uma representação popular, que se estava promovendo, no sentido de ser obstada a mudança da Tesouraria, até que o govêrno imperial tomasse conhecimento da mesma representação.

(*) Agostinho da Silva Neves foi nomeado por carta imperial de 26 de fevereiro de 1838, e tomou posse a 18 de abril. Administrou até 9 de janeiro de 1840, quando deixou a Província por ter sido nomeado para a Paraíba. Seu sucessor foi João Luiz Vieira Cansanção de Sinimbú, mais tarde Visconde de Sinimbú, ministro de Estado e presidente do Conselho.

Agostinho Neves não esteve à altura da situação e pagou caro a sua imprudência, passando dias trágicos no velho palácio das Alagoas, prisioneiro da sedição, que explodiu.

Apenas teve conhecimento de que a Câmara se ia reunir, o presidente enviou-lhe um ofício áspero, lembrando-lhe que se devia abster de qualquer procedimento contrário à execução da ordem imperial e limitar-se às atribuições que lhe eram conferidas por lei. O lembrete presidencial irritou a Câmara, formada de elementos que, ostensivamente, hostilizavam o presidente.

Na rua insuflava-se o povo; agitadores da opinião arengavam aos grupos que se iam formando nas esquinas, falando-lhes do aniquilamento da cidade, consequência inevitável da execução da medida tomada pelo govêrno imperial. De porta em porta uma comissão angariava assinaturas para a representação popular a ser enviada ao Imperador.

Assinaram-na 106 pessoas e, no dia 27 de outubro, o juiz de paz, em nome do povo, fazia entrega da petição ao presidente.

Agostinho Neves não ocultou ao emissário da população o seu propósito de executar a ordem imperial; iria, porém, estudar o assunto, e, dentro de dois dias, daria a sua palavra definitiva.

Pretendia o presidente, com essa dilação, ouvir os seus amigos de Maceió, principalmente a Cansanção de Sinimbú, a cujo prestígio político se amparava o seu govêrno, e, ainda, dentro dessa dilação, conseguir o arrefecimento daquela exaltação regionalista.

A multidão, estacionada diante do palácio do

govêrno, conhecedora da resposta de Agostinho Neves, começava a dispersar-se, quando o dr. José Tavares Bastos lhe dirigiu a palavra, exprobrando o procedimento do presidente e qualificando-o de inimigo da cidade e sua população.

Tavares Bastos era um homem prestigioso, culto, e de grande ascendência moral sôbre os habitantes da velha cidade. As acusações por êle formuladas contra o presidente produziram o incêndio. O povo dirigiu-se ao quartel e ao almoxarifado em busca de armas. Conteve-o o juiz de paz.

Era a desordem, e o govêrno não podia nem devia ficar impassível. O presidente demitiu e efetuou prisões. Essa atitude, em vez de acalmar os ânimos, mais os excitou. Agora falava-se francamente numa revolta popular.

A 29, o major Manuel Mendes da Fonseca pôsse à frente do povo e da tropa. Cercou o palácio do govêrno e declarou prisioneiro o presidente. A sua liberdade dependia da sua transigência; mas o presidente não transigiu. Foi inflexível. Sem meios de resistência à desordem triunfante, coacto pela tropa dentro do palácio do govêrno, Agostinho Neves aceitou os fatos como êles se apresentavam na sua inxorabilidade e virulência — ficou prisioneiro da sedição.

Nesse mesmo dia, a Câmara convida o dr. Tavares Bastos para, na qualidade de 5.° vice-presidente, assumir o govêrno. Mas Tavares Bastos, que, num momento de exaltação, levara o povo à desordem, recuou ante a gravidade da situação. Não, não assumiria o govêrno, sem que o presidente se de-

clarasse impedido ou fora do exercicio. Textualmente: "duvido todavia e repugno em assumir as redeas da administração desta provincia, como vice-presidente, juramentado e mais proximo, para o que me convidão V. Mces., visto que o atual presidente Dr. Agostinho da Silva Neves, não se tem declarado impedido, ou fora do exercicio de suas funcções."

Em vista dessa recusa, a Câmara Municipal oficiou a Agostinho Neves, pedindo-lhe que, "a bem da tranquillidade publica", deixasse de "continuar no exercicio da administração da provincia, medida esta reclamada pelo povo e pela tropa reunidos", tornando o pobre do presidente responsável "por qualquer rompimento que se possa seguir (o que não é de esperar) por causa da negativa de V. Exa. visto que ella concorrerá para consequencias luctuosas, e mais que tudo derramamento de sangue brazileiro."

Ora, o presidente não tinha na capital ninguém por êle, ninguém que fôsse derramar seu sangue para que a ordem legal se restabelecesse; o único sangue brasileiro que, na ocasião, podia ser derramado, era o dêle, Agostinho Neves... Êle bem compreendeu o que o esperava, se recusasse satisfazer a exigência da Câmara. Em carta a Sinimbú, êle narrou os transes angustiosos dêsse dia.

Neves, pois, respondeu à Câmara que, "achando-se cercado e preso no palacio da presidencia", deixava de "continuar na administração da provincia". Queria, porém, seguir para um lugar onde pu-

desse viver livremente, até que se oferecesse ocasião de retirar-se da Província.

Em vista disso Tavares Bastos assume o govêrno. Era o que queriam os revoltosos — Tavares Bastos na presidência sustaria a transferência da Tesouraria.

A notícia da sedição, entretanto, chegara a Maceió, onde estavam os amigos de Agostinho Neves, entre os quais Cansanção de Sinimbú, 1.° vice-presidente da Província. E êste não convinha, em absoluto, à gente das Alagoas.

Ao mesmo tempo que Agostinho Neves era coagido a renunciar o govêrno, os seus detentores impunham-lhe o sacrifício de escrever a Sinimbú, pedindo-lhe que, em hipótese alguma, viesse assumir o govêrno e, muito menos, tomasse qualquer providência no sentido de libertá-lo. Essa coação depreende-se logicamente da leitura da correspondência de Agostinho Neves com Sinimbú, durante os dias de seu cativeiro.

Mas Sinimbú não era homem de atitudes dúbias. Apenas teve conhecimento dos fatos que se estavam desenrolando na capital e verificou o estado de coação em que se encontrava o presidente, assumiu, em Maceió, o govêrno provincial, declarando essa vila sede provisória do govêrno. De modo que, quando Tavares Bastos assumiu o govêrno nas Alagoas, já Sinimbú o tinha assumido em Maceió.

Suscitou-se então uma dualidade administrativa. O govêrno das Alagoas declarava-se o govêrno legal, porque fôra assumido a convite da Câmara,

como a lei recomendava, nos casos de impedimento ou cessação de exercício do presidente efetivo. O govêrno de Maceió estribava-se no estado de desordem em que se achava a capital, razão por que não se transportava para a velha cidade, acrescendo ainda a circunstância de que o convite da Câmara devia ter sido feito ao 1.° vice-presidente, que se achava em lugar sabido e próximo da capital, poucas horas, e não ao 5.°.

Tavares Bastos procurou com afinco a solidariedade das Câmaras e autoridades do interior. Essa solidariedade, porém, não lhe veio. A sedição ecoara mal por tôda parte. Não a movera uma causa simpática. Uma simples questão de ciúmes regionais a motivara.

Contrariamente acontecia a Sinimbú. De todos os pontos da Província chegavam-lhe diariamente as mais entusiásticas adesões. E não eram adesões platônicas. Movimentavam-se fôrças em São Miguel dos Campos, em Anadia, em Atalaia, e todo o município de Maceió estava em armas. De Pernambuco anunciava-se a próxima partida de tropa de linha.

Enquanto êsses preparativos se faziam, o govêrno das Alagoas, sentindo-se abandonado pela opinião da Província, procurou resolver o dissídio suasoriamente. Uma comissão foi enviada ao govêrno de Maceió para pedir-lhe viesse exercer as funções na capital.

Sinimbú manteve o seu ponto-de-vista anterior: a sua ida para a capital dependia: primeiro, do es-

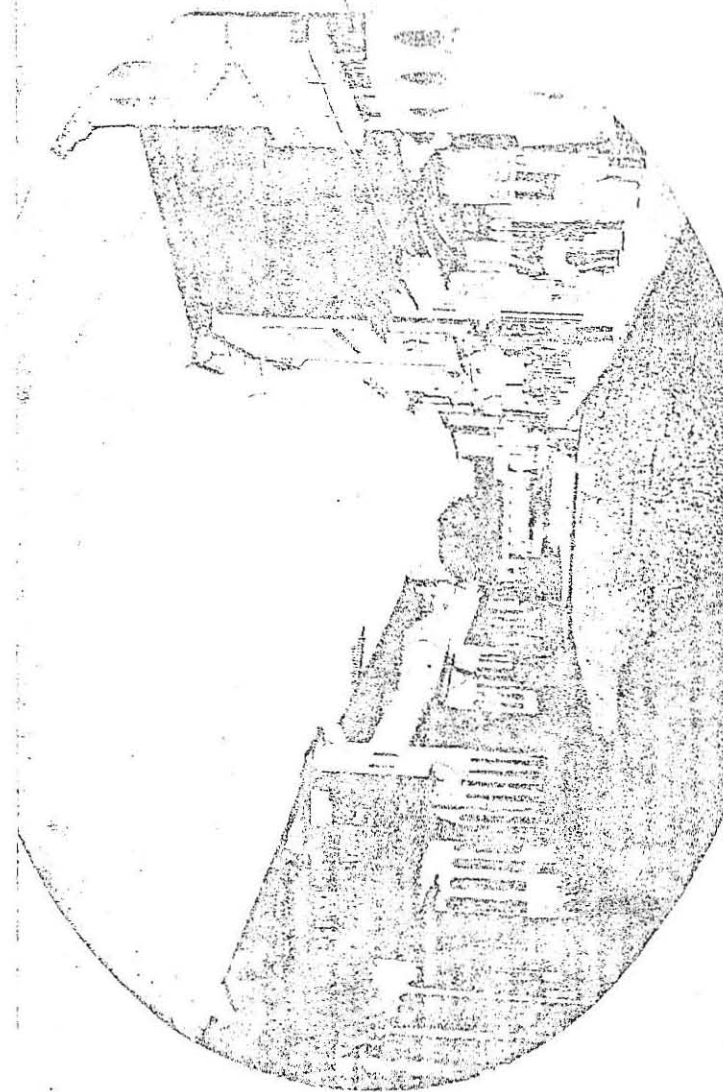
tado de liberdade absoluta de Agostinho Neves; segundo, do prévio restabelecimento da ordem — a tropa desarmada e a população restituída aos seus labores cotidianos. E isso se faria, ou pacificamente, ou pela fôrça.

A gente das Alagoas estava ansiosa por se ver livre de Agostinho Neves, e, nesse propósito, a comissão combinou com Sinimbú a partida do patacho *Dois Amigos* para o pôrto do Francês, onde o presidente embarcaria. A segunda condição a comissão levaria ao conhecimento de Tavares Bastos e da Câmara.

Retiraram-se os emissários. Sinimbú fêz vir à sua presença o mestre do patacho e ordenou-lhe que seguisse imediatamente para o Francês, fazendo-lhe entrega de uma *carta-de-prego*, para ser aberta quando Agostinho Neves estivesse a bordo.

No dia 2 de novembro, Agostinho Neves, cercado pela fôrça e acompanhado de alguns membros proeminentes da sedição, embarcou no veleiro *Dois Amigos*.

A bordo o presidente, foi aberta a *carta-de-prego*. Nela ordenava Sinimbú que o mestre do patacho reconhecesse o dr. Agostinho Neves como o legítimo presidente da Província e rumasse o navio para onde êste determinasse. Agostinho Neves mandou que o navio seguisse para o pôrto de Maceió.

Às 8 horas da noite o presidente desembarcava em Maceió, sendo recebido festivamente pela população.

Trecho da rua do Comércio, entre as atuais rua Prof. Moeda e avenida Moreira Lima, então denominadas, respectivamente, beco do Moeda e Quatro Cantos.

No dia seguinte, no Paço da Câmara Municipal, em presença de tôdas as autoridades, da tropa e do povo, Cansanção de Sinimbú transmitiu o govêrno da Provincia ao dr. Agostinho da Silva Neves, a despeito da proibição formal de o fazer, conforme lhe recomendara a Câmara das Alagoas.

Sinimbú restabelecera nas Alagoas o princípio da autoridade. Cumpria agora o restabelecimento da ordem na capital.

Na comunicação feita à Câmara, de haver transmitido o govêrno provincial a Agostinho Neves, Sinimbú faz um apêlo à população para que volte aos seus lares e retome as suas ocupações honestas, antes que a fôrça a partir a obrigue a isso.

Partiram as fôrças para a velha cidade das Alagoas, mas não encontraram inimigos a combater. A debandada tinha sido geral. E' que aos sediciosos faltou o apôio das vilas centrais. Seus emissários voltaram desiludidos. Por tôda parte o repúdio à sedição, que se não apoiava numa causa patriótica.

A 14, Agostinho Neves recolhe-se à capital. Efetuam-se algumas prisões de militares e civís mais comprometidos. Manuel Mendes da Fonseca, que se foragira, foi suspenso do cargo de juiz municipal; suspensos foram também alguns vereadores, que mais se haviam distinguido na bernarda. O juiz de direito, dr. José Cândido Pontes Visgueiro, francamente partidário da sedição, foi removido para a comarca de Atalaia. Tomadas outras medidas acauteladoras da ordem pública, o presidente, por

ato de 15, convocou a Assembléia Legislativa Provincial para uma reunião extraordinária.

Era o grande acontecimento, o remate do movimento subversivo.

Eram membros da Assembléia:

Dr. José Cândido Pontes Visgueiro, também deputado geral
Coronel Francisco Elias Pereira
Floriano Vieira Delgado da Costa Perdigão
Dr. Francisco Joaquim Gomes Ribeiro, também deputado geral
Francisco Braz Romeiro
Dr. Antônio Luiz Dantas de Barros Leite, também deputado geral
Coronel Francisco Manuel Martins Ramos
Iago Francisco Pinheiro
Francisco Frederico Vieira da Rocha
Advogado José Correia da Silva Titara
Dr. Francisco Pereira Freire
Lúcio Soares de Albuquerque Eustáquio
Dr. José Tavares Bastos
Advogado José Fernandes de Oliveira Santos
Coronel Manuel Gomes Ribeiro Júnior
Padre Francisco de Assiz Barbosa
Padre Afonso de Albuquerque Melo
Alferes Joaquim Timóteo Romeiro
Padre José Caetano de Morais
Major Manuel Mendes da Fonseca
Coronel Luciano Pereira Lira
Coronel Pedro Antônio da Costa
Padre José Tavares de Mendonça Sarmento

Padre dr. Antônio de Andrade Luna
Major José Bernardo de Arroxelas Galvão
Padre Macário José de Omena
Major Félix José da Costa
Padre Francisco de Assiz Ribeiro.

Achavam-se fora o padre Luna e o coronel Gomes Ribeiro; muitos deputados estavam foragidos, e foram, por isso, convocados sete suplentes — capitão Manuel Duarte Ferreira Ferro, dr. Inácio Vieira da Rocha Cajueiro, dr. Mateus Casado de Araújo Lima Arnaud, Lourenço Cavalcante de Albuquerque Maranhão, major Salvador Pereira da Rosa e Silva, advogado João Camilo de Araújo e coronel José Paulino de Albuquerque Sarmento.

A 3 de dezembro a Assembléia reuniu-se. A Mensagem do presidente expõe minuciosamente os acontecimentos e propõe a transferência da capital para Maceió. Era o golpe-mestre de Agostinho Neves. Era a sua vingança.

"Um de vós, senhores — dizia êle — não haverá, examinando esta questão pelo lado dos interesses publicos, que não reconheça que a villa de Maceió, pela sua posição maritima e topographica, é de todos os pontos da provincia, aquelle que melhores condições reune para ser a capital e assento da administração.

"Collocado no centro da provincia, na borda de um porto vasto, capaz de entreter relações de commercio com todas as partes do mundo, ella mesmo servindo hoje de centro de todo o commercio do interior e maritimo mais importante, assento das duas repartições mais interessantes que fazem parte

da administração, alfandega e thesouraria, a villa de Maceió é hoje, pela natureza das cousas, o ponto principal da presidencia. Accrescentai a isto a celeridade com que se podem despachar os correios maritimos, achando-se alli o governo, a brevidade dos recursos que pode ter o commercio nos negocios que prendem a provincia, e não desprezeis a razão de collocar a administração no seio de uma população maior, e mais laboriosa, onde os effeitos da sua força não se façam sentir com tamanha facilidade, que sempre que procurar apoio o governo, não possam senão grangear-lhe odios e desaffeições, e vós vereis, senhores, quantas vantagens se reunem em favor dessa transferencia".

E depois de estudar as condições das Alagoas, do ponto-de-vista topográfico, social e político, continua o presidente a encarecer as condições de Maceió:

"Maceió tem sido até hoje um dos pontos onde o espirito de legalidade se conservou sempre firme; a administração desembaraçada desses tropeços, vai proseguir livremente a sua carreira, fóra da terrivel influencia que infelizmente tem sempre predominado nesta cidade; e vós aproveitareis esta occasião, senhores, para fazer o serviço mais importante a vossa provincia."

Presidia a Assembléia Vieira Perdigão, secretariado por Martins Ramos e Iago Pinheiro. Reduzido a projeto o pedido do presidente, assinaram-no Pereira Leite, Dantas, Cajueiro, Francisco Elias. Mateus Casado assinou vencido.

Durante três sessões, em 5, 6 e 7, foi o projeto discutido, impugnando-o Pontes Visgueiro e outros. Na sessão do dia 7, presentes 19 deputados, foi o projeto aprovado por 14 votos contra 4.

Votaram a favor da mudança da capital para Maceió: Francisco Elias, Gomes Ribeiro, Dantas, Martins Ramos, Iago Pinheiro, Frederico Rocha, Pereira Freire, Titara, Ferreira Ferro, Cajueiro, José Paulino, Maranhão, Albuquerque Eustáquio e Mateus Casado.

A 9 de dezembro, o presidente Agostinho da Silva Neves sancionou a seguinte

Resolução n.° 11

"Agostinho da Silva Neves, presidente da Provincia das Alagoas:

Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembléa Legislativa Provincial decretou e eu sancciono a Resolução seguinte:

Artigo unico — Fica erecta em cidade e capital da Provincia a villa de Maceió, que será dora em diante a séde do Governo, Assembléa, Thesouraria Provincial e aulas maiores, ficando o mesmo Governo autorisado a despender a quantia necessaria com o aluguer dos edificios para as ditas repartições.

Ficam revogadas todas as leis e resoluções em contrario.

Mando portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Resolução pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão in-

teiramente como nella se contem. O Secretario desta Provincia a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do Governo das Alagoas, 9 de Dezembro de 1839, 18.° da Independencia e do Imperio.

Agostinho da Silva Neves."

Alagoas perdera a sua última cartada...

desenvolvimento do provincia

VII

A CIDADE

UANDO, em 1828, o Império organizou os municípios, Maceió contava 12 anos de gôzo da prerrogativa de vila. De seu território, que era vastíssimo, se haviam desmembrado os têrmos de Branca e Murici, que passaram a pertencer à vila de Atalaia, não lhe valendo, para rehavê-los, a reclamação da Câmara ao corregedor.

A mutilação sofrida na sua jurisdição era, de-resto, uma consequência natural do desenvolvimento da Província, determinando a necessidade da criação de novas vilas. Até aquela data, a administração pública, entregue à Câmara, andara morosa, não se lhe devendo impulso algum à localidade. A vila crescia por si mesma, sem o amparo tutelar da Câmara, pela expansão do seu comércio, pelo crescimento de sua população, pelo florescimento de sua

vida econômica — fatores principais de seu progresso.

Um outro elemento de desenvolvimento da vila, que deve ser mencionado, foi a permanência do governador da capitania em Maceió, que êle escolhera para sede de seu govêrno, a despeito dos protestos e das reclamações das Alagoas, esbulhada nas suas prerrogativas de cabeça da comarca. Melo e Póvoas cuidou seriamente da vila. As suas preocupações não ficaram limitadas às obras de defesa militar que realizou; foram adiante, estenderam-se à remodelação urbana, traçando o plano de uma cidade, cortada por grandes avenidas, partindo do mar para a lagoa. Mas a ignorância predominante nesse tempo, na administração e na sociedade, não podia compreender essas realizações. A planta de Póvoas foi legada ao esquecimento, para que os compadres dos vereadores continuassem a aleijar a cidade, impunemente...

Regularmente, no fim de cada ano, eram eleitas as *justiças* do ano seguinte, sempre escolhidos para a honrosa investidura os cidadãos mais importantes da terra. Mas a ação da Câmara, no que concerne à administração, estava cerceada pela deficiência de rendas. E sempre foi assim, quer sob o regime da legislação colonial, quer sob a do Império. As realizações municipais nunca foram de vulto.

A Câmara lutava com a insuficiência de receita, mesmo porque não havia muito que tributar. As fontes de tributação, como nos tempos das donatarias, com os provedores superintendendo despoticamente tudo que dizia respeito ao fisco; como nos tempos das capitanias, mesmo quando a legislação

fiscal melhor organizou a discriminação das rendas e a sua arrecadação, as fontes principais pertenciam ao govêrno geral. À Província centralizada ficava pouco, e muito menos ao município, sem vida própria, dentro da órbita provincial, apenas célula de um sistema político que tornava tôda a vida nacional dependente do centro.

Os impostos puramente municipais não podiam produzir o suficiente à realização dos melhoramentos que a vila reclamava, cada vez maiores, à medida que ela se desenvolvia em população, em vida social, em alargamento da área urbana. As obras tinham de ficar a cargo da Província, que as executava parcimoniosamente, pois que deficientes também eram os seus recursos.

Era tão precário o estado financeiro da Câmara, que um só fato basta para comprová-lo. Em 1821, o governador Melo e Póvoas fêz uma visita à casa que servia de cadeia. O que viu revoltou-o. O governador apressou-se em comunicar à Câmara a sua impressão, pedindo uma providência urgente, que tirasse os presos daquela imundície em que, vivos, apodreciam. A Câmara, desejosa de satisfazer a reclamação do governador, reuniu-se para acordar uma solução. Ficou resolvido que os presos seriam transferidos para o pavimento térreo do sobrado que servia de Paço. Essa providência, que, parece, resolvia a situação, não pôde ser executada, porque a cada preso se teria de abonar a ração diária de 120 réis.

Ora, vivia-se no tempo da impunidade dos delitos. Os presos da vila eram correcionais — algum

escravo que desobedecera ao senhor, ou mesmo se rebelara contra o excesso de castigo, um ou outro indivíduo que infringira alguma postura municipal... Os grandes criminosos ficavam impunes na vastidão da vila. Não devia ser, portanto, grande o número de detentos — talvez dez, vinte talvez. Ante, porém, a despesa de 120 réis diários por cabeça, a Câmara recuou, apavorada e impotente, continuando tudo como dantes...

Da obra municipal pouco consta da escassa documentação existente. Além de uma ponte sôbre o rio Sapucaí, sabe-se de uma limpeza no páteo do Pelourinho, executada por escravos presos, aos quais se deu a diária de 120 réis; da construção de um telheiro no Reguinho, hoje rua Dias Cabral, para recolhimento do gado destinado ao consumo da vila; da abertura de alguns poços públicos de água potável... Deve a Câmara ter feito mais alguma coisa; documentos que comprovem essas realizações é que não existem.

O presidente D. Nuno Seibliz, em 1823, lembrava à Câmara a necessidade da construção de uma ponte sôbre o riacho Maceió. Talvez a Câmara tivesse acudido pressurosa à sugestão presidencial, reconstruindo alguma velha pinguela, ou fazendo uma pinguela nova. Ponte mesmo sôbre o riacho Maceió só quarenta e tantos anos depois, na presidência de José Bento Júnior. (*)

(*) A ponte construída por José Bento Júnior foi estragada com a tromba-d'-água de 1924. Na administração Costa Rêgo construiu-se nova ponte, de cimento armado, que ainda serve ao tráfego entre os bairros de Maceió e Jaraguá.

Uma casa para as suas reuniões semanais a Câmara não pudera adquirir. Nunca a teve própria até o fim do Império e muitos anos depois da República Em 1823 parece haver abandonado o teto hospitaleiro de José Elias Pereira, porque, por êsse tempo, "manda tomar as chaves da casa de José do Egito de Jesús, sita no quarteirão da cadeia velha, segundo lembranças remorosas, para servir de paço do conselho" (Dias Cabral). Mas, três anos depois, designando os sábados e domingos para as suas sessões, indica, sem pouso certo, para local de suas reuniões, "a praça fronteira às casas de José dos Prazeres" (Martírios), não havendo nos apontamentos coligidos pacientemente por Dias Cabral a indicação exata da casa naquela praça.

Nem podia ser de outra forma, sem rendas que permitissem uma administração eficiente, do ponto-de-vista de melhoramentos materiais.

A receita de 1817 fôra de 453$840, encerrando-se o exercício com o saldo de 32$230. Em 1818, a despesa foi superior à receita, verificando-se no fim do ano financeiro um *deficit* de 87$190, que não pôde ser coberto totalmente p la receita de 1819, por ter esta ficado reduzida a 216$670. Em 1820, a arrecadação melhorou um pouco, atingindo a cifra de 371$450, subindo, nos anos seguintes, até...... 659$600, em 1827.

E assim, precária, continuou a vida municipal. Por sua vez a Província nada podia fazer.

A primeira lei orçamentária da Província consigna a verba de 280$935, para cobrir o *deficit* do

→ Balanço de receitas sem lucros. (1817-182

município, no ano anterior, pois a sua receita, que fôra apenas de 469$605, não dera para as despesas.

Pela receita provincial de 1835-36, por exemplo, se pode avaliar a precariedade financeira do município. Pelo balanço da Tesouraria Provincial, relativo àquele exercício, a arrecadação foi de ..... 10:488$696, tendo sido a previsão orçamentária de Rs. 6:058$626. A despesa provincial, porém, atingira a 71:947$262, sendo o *deficit* coberto pelo cofre da receita geral.

Pertenciam à Província as seguintes fontes de tributação:

Imposto de 20% sôbre aguardente
Décima de prédios urbanos
Décima de heranças e legados
Meia siza de escravos
Novos e velhos direitos
Passagem de barras e rios
Donativos de ofícios
Dízimo de miunças
Imposto de 5 réis sôbre arrátel de carne
Subsídio literário de 320 réis
Emolumentos da Secretaria do Govêrno
Imposto de 100 réis sôbre casas de leilão
Imposto de 40$000 sôbre casas de moeda
20 réis em canada de aguardente brasileira
Emolumentos das visitas de saúde
Eventuais.

Nada ficava ao município...

Em 1838, o presidente Silva Pontes sancionou a Resolução da Assembléia Legislativa Provincial que discriminava as rendas pertencentes aos municípios, algumas das quais retiradas do orçamento provincial. Ficavam pertencendo ao município:

O produto de suas posturas aprovadas
2$000 em cada loja ou taberna que não pagasse à Província o imposto de banco
As multas que cobrassem na conformidade das leis
2$000 de cada tabuleiro de fazendas
Passagem de barras e rios
Aferição de pesos e medidas
Imposto de balança
6$400 de licença sôbre cada curral de pesca
2$000 de licença em alambique de barro
10$000 em alambiques de cobre
80 réis sôbre cada couro salgado
10% sôbre objetos rifados.

Era só...

Substituídas as antigas Câmaras pelas Câmaras Municipais, a estas a lei de 1.° de outubro de 1828 retirou as atribuições judiciárias, que já haviam passado aos juízes de paz, que substituíram os juízes ordinários. Ficava a Câmara com funções

(*) Rodrigo de Sousa Silva Pontes foi nomeado por carta imperial de 13 de julho de 1836, empossando-se a 23 de agôsto seguinte. Sucedeu a Antônio Joaquim de Moura, e teve por sucessor a Agostinho Neves, deixando o govêrno a 14 de abril de 1838. Durante sua administração fêz "rasgar o canal denominado da Ponta-Grossa com a subscripção promovida para o outro do trapixe da barra", conforme noticia F. M. Martins Ramos.

meramente administrativas e não exercia jurisdição alguma contenciosa.

As câmaras das cidades se compunham de nove membros, e as das vilas de sete, durando o mandato dos vereadores quatro anos.

As eleições municipais, quatrienalmente, se faziam a 7 de setembro, e só eram admitidos ao direito de voto os que votavam nas eleições paroquiais, na conformidade dos artigos 91 e 92 da Constituição do Império. Podiam ser vereadores todos os cidadãos que pudessem votar nas eleições paroquiais, contanto que residissem nos respectivos têrmos, pelo menos dois anos anteriormente à eleição.

O comparecimento dos vereadores às sessões da Câmara era obrigatório, cominando-se a multa de 4$000, nas cidades, e 2$000, nas vilas, ao vereador que faltasse sem causa justificada.

As sessões eram em número de quatro por ano, não podendo durar menos de quinze dias cada sessão.

Os suplentes, que ficavam sendo os imediatos em votação aos eleitos, eram convocados quando os vereadores efetivos ficavam impedidos por mais de quinze dias.

Competia às Câmaras tudo que era peculiar à polícia e economia das povoações e seus têrmos, e, por meio de posturas, determinavam tôdas as medidas que ainda hoje são da alçada municipal. Mas não votavam os seus orçamentos; êstes eram incorporados ao orçamento da Província.

Em março de 1829, mandando a presidência da Província executar a lei de 1.° de outubro do ano anterior, procedeu-se a eleição para juízes de paz e constituição da primeira Câmara Municipal de Maceió. Foram eleitos:

Vereadores:

José Bernardo Pimentel, que ficou como presidente
Felipe da Silva Morais
Padre José Tavares de Mendonça Sarmento
Antônio José de Melo
Francisco Afonso Xisto
Antônio Firmiano Brasileiro Carioca
Manuel Inácio Rêgo.

A escolha dos juízes de paz recaiu no tenente-coronel Inácio Francisco da Fonseca Calassa Galvão, para o 1.° distrito, e Antônio José de Melo, para o segundo.

A eleição paroquial para a constituição do corpo eleitoral da freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres, composto de quinze eleitores, deu o resultado seguinte:

Francisco Dias Cabral
Félix da Costa Morais
Joaquim de Amorim Lima
Tenente-coronel João Eduardo Pereira de Colaço Amado
Vigário Joaquim José Domingues da Silva
Coronel Inácio Francisco da Fonseca Calassa Galvão
Padre João Luiz Pereira
Capitão João da Silva Pinheiro

Cirurgião-mor Miguel Joaquim Ramos
Capitão Afonso de Noronha Fortes
Ajudante Francisco Elias Pereira
Padre José Tavares de Mendonça Sarmento
Padre Francisco do Rêgo Baldaia
Capitão Manuel Inácio do Rêgo
José Bernardo Pimentel.

A lei imperial, que organizou as Câmaras Municipais, não criou nas cidades e vilas brasileiras um órgão autônomo de administração local, como teria sido conveniente ao desenvolvimento progressivo dessas vastas circunscrições carecedoras de todos os desvelos governamentais. As Câmaras ficaram adstritas à ação do govêrno provincial, por suas Assembléias Legislativas e pelos chefes do poder executivo, e ainda dependentes da interferência assídua do govêrno geral, mesmo em assuntos peculiares aos interêsses locais.

O espírito liberal que, em 1834, conseguiu a reforma da Constituição, pela lei que se ficou chamando Ato Adicional, não logrou ampliar a esfera administrativa dos municípios, que continuaram no círculo de ferro da escravização aos presidentes, às Assembléias, ao ministro do Império, que a cada momento intervinham na vida interna das Câmaras, traçando-lhes deveres, impondo-lhes obrigações, discriminando-lhes atribuições taxativas e irrecorríveis, orçando-lhes as rendas, fixando-lhes os gastos.

Essa organização impediu o progresso dos municípios, tornando-os simples feitorias presidenciais, a distância imensa dos feitores, que lhes não conheciam as necessidades, estranhos em absoluto às realidades dos municípios. As Assembléias, organizadas à semelhança dos interêsses do partido dominante, não tinham a precisa isenção para atender às necessidades e satisfazer as reclamações das Câmaras.

A diferença entre as Câmaras coloniais e as Câmaras do Império era considerável. Aquelas eram realmente uma fôrça local, que a metrópole sempre acatou; estas tiveram a sua ação administrativa cerceada por três entidades políticas, que se lhes opunham a cada passo — o presidente da Província, a Assembléia Legislativa e o ministro do Império. Na realidade dos fatos o poder municipal não existia.

Os anais da Província estão cheios de atos coercitivos do florescimento do município. Alguns, ao acaso de uma rápida inspeção:

Em 1844 a Assembléia da Província, pela lei n.° 22, de 10 de julho, frisou, positivamente, a situação de dependência das Câmaras, com o discriminar-lhes as rendas e as despesas. As rendas eram provenientes das fontes anteriormente autorizadas, em 1838. Essas fontes deviam produzir, segundo a estimativa da Assembléia, 2:881$995, para o município da capital, renda que a Câmara poderia arrecadar administrativamente ou por arrematação. As sobras que porventura houvesse dessa receita a Câmara aplicaria no "pagamento da sua dívida passiva e no calçamento e atêrro das praças, ruas, pontes e estradas, com prévia autorização do presidente da Província." E acrescentava a referida lei: "Só terá lugar o pagamento da dívida passiva depois que as Câmaras apresentarem ante a Assembléia Legislativa da Pro-

víncia o orçamento demonstrativo de tais dívidas e da sua legalidade", positivando, além da coação administrativa, a suspeita de possível improbidade da corporação municipal.

Ainda: dez dias antes da reunião da Assembléia Legislativa as Câmaras eram obrigadas a apresentar as suas contas àquela corporação, minuciosamente descritas e documentadas, relacionando cada Câmara a sua dívida ativa e passiva, classificadas ambas por ano e elucidadas com a razão da sua origem e existência, para que sôbre elas resolvesse a Assembléia.

Ainda mais: as despesas, pôsto que votadas por lei, que não fôssem executadas no decurso do ano, não poderiam ser realizadas no ano seguinte, sem nova autorização da Assembléia. E a lei impunha penas: a Câmara que deixasse de enviar à Assembléia a sua prestação de contas, seria multada, de cinquenta a cento e cinquenta mil réis, paga a multa pelos vereadores. E não é tudo: além da receita determinada pela Assembléia, as Câmaras poderiam arrecadar qualquer outra receita, "estabelecidas pelas suas posturas aprovadas pelo provimento das ouvidorias e toda a receita de que estivesse de posse imemorial de arrecadar, *consultando previamente o presidente da Província.*"

E não admira, porque, decorridos quasi cem anos, em pleno regime republicano, que tem no município sua célula *mater*, se tem procurado restringir enormemente as franquias autonomísticas dos municípios, para que o govêrno dos Estados, a cada passo e ao sabor das conveniências políticas do momento, possa intervir na existência do município,

cujo executivo se desviar da solidariedade ao dominador eventual da política...

Comprovando a estreiteza das atribuições municipais, a legislação provincial conserva documentos abundantes. Arquivemos alguns:

Contrato algum pode ser ultimado pelas Câmaras sem aprovação do presidente da Província (art. 6.° da lei de 1844); à Câmara de Maceió foi determinado que, semestralmente, recolhesse à Tesouraria Provincial a renda dos açougues do Mercado (lei de 8 de maio de 1854); as Câmaras foram autorizadas a fazer plantar nas praças e estradas árvores frondosas (lei de 31 de março de 1857); a Câmara de Penedo foi autorizada a proceder à limpeza do cemitério e do lugar da feira (lei de 2 de maio de 1857); a Câmara de Maceió foi autorizada a mobiliar e decorar convenientemente a sala das suas sessões (lei de 2 de maio de 1858); as Câmaras ficaram autorizadas a mandar numerar as casas de suas povoações, vilas e cidades, sujeitas à décima urbana (resolução de 1857); a Câmara de Maceió ficou autorizada a mandar fazer o asseio das ruas, dando-se-lhe para isso a importância de trezentos mil réis (lei de 6 de maio de 1858); à Câmara de Maceió mandou a Assembléia Provincial proibir que os escravos tivessem casa aberta de ofício, por sua conta, *sob pena de cinquenta açoites* (lei de 11 de julho de 1859); as Câmaras não têm competência para proibir o comércio aos domingos e dias-santos (av. de 9 de maio de 1860); a Câmara de Maceió foi autorizada a dispensar do pagamento de uma multa de 20$000 ao cidadão Paulo Joaquim Teles Júnior (resolução de 8

de abril de 1861); as Câmaras não podem alterar o ordenado de qualquer empregado municipal, por ser da competência da Assembléia (av. de 5 de outubro de 1863); as Câmaras exorbitam, tomando conhecimento da multa imposta pelos seus fiscais (avisos de 2 de julho de 1840 e 4 de junho de 1857); as Câmaras não podem cominar multas ao indivíduo que menoscaba ou insulta aos fiscais no exercício de suas funções (of. da Presidência, de 7 de agôsto de 1869); as posturas municipais não podem dispor de animais alheios, ainda mesmo soltos pelas ruas, nem estabelecer obrigação de que resulte uma espécie de imposto ou onus pessoal (of. da Presidência, de 1.º de setembro de 1869); não podem as Câmaras criar ou suprimir empregos municipais por competir à Assembléia, e só lhes é lícito nomear fiscais quando o emprêgo tiver sido anteriormente criado (dec. de 5 de agôsto de 1870)... E outros, inúmeros, que eram o cerceamento das atribuições municipais e a própria condenação da instituição como a criaram os estadistas do Império e chegou até o último dia da monarquia.

Assim, atrofiado na sua expansão, o município, como instituto de administração local, era completa inutilidade. Por isso mesmo nada fêz; nada podia fazer.

Percorrendo os relatórios dos presidentes da Província, colhemos alguns informes interessantes, pelos quais podemos acompanhar a evolução lenta da cidade e do município.

Em 1849, o presidente, coronel Antônio Nunes de Aguiar, dizia à Assembléia Provincial a sua opi-

nião acêrca do instituto município. Era a seguinte, que transcrevemos por curiosa e típica: "E' hoje reconhecida em todo o Imperio a necessidade de uma alteração na instituição da administração municipal, pois que ella resente-se em geral dos inconvenientes de sua lei organica. Era para desejar que se restringissem e precisassem as diversas attribuições dessa corporação a um tempo deliberativa e executiva, para o bom andamento dos negocios, segundo os principios de uma bem entendida centralização".

O presidente era, pois, partidário de restrições ainda maiores às atribuições das Câmaras municipais, já de si mesmas originariamente restritas. Chegara mesmo o presidente a expor largamente o seu pensamento, informava êle, ao govêrno imperial, e o não explanava perante a Assembléia da Província porque o assunto escapava às suas deliberações.

Pedira o presidente, que passou por Alagoas — felizmente — como um meteoro, às treze Câmaras Municipais da Província lhe relatassem as suas necessidades, circunstanciada e urgentemente. Apenas seis municipalidades acudiram pressurosas à solicitação presidencial. As sete restantes não andavam, certamente, em mar de rosas, ao abrigo de necessidades materiais. Escarmentadas das suas reclamações anteriores, a outros magnatas de boas intenções, não nutriam mais ilusões acêrca dos intuitos oficiais.

A Câmara de Maceió apresentou o rol das maiores necessidades do município naquela hora de boa vontade presidencial, e o presidente submeteu-o lisamente à apreciação da Assembléia.

A Câmara pedira: o encanamento de água potá-

vel; pontes sôbre os rios Sapucaí, Pratagí, Santo Antônio do Meirim; atêrro e calçamento da ladeira do Algarve, que, tendo sido começado pelo coronel José Antônio de Mendonça (depois Barão de Jaraguá), que contratara o serviço, achava-se suspenso por não ter o govêrno pago a segunda prestação, na forma do contrato; designação de um engenheiro para levantar a planta da cidade e projetar melhor arruamento da capital.

A Assembléia, escandalizada com a sem-cerimônia da Câmara, ou apavorada pela enormidade da despesa, displicentemente, designou-lhe uma verba de 629$730, para a capinação das ruas e algumas desapropriações de casinhas em ruínas!...

Nesse ano a iluminação da capital era feita por 18 lampiões de querosene, e o serviço estava a cargo de Guilherme José da Graça, que o contratara por 1:298$000, pagos pelos cofres provinciais.

Ainda nessa presidência teve prosseguimento a construção da cadeia, obra iniciada pelo dr. Félix Peixoto de Brito e Melo. O coronel Aguiar achava-a uma obra muito superior às necessidades da capital. E mencionando as despesas até então realizadas, 54:424$617, fora os gastos da administração, quasi o duplo do orçamento do engenheiro José Pedro Schrambak, concluía com esta acusação formidanda aos seus antecessores: "Na execução das nossas obras tem havido abusos e fraudes escandalosas."

A presidência empreendera obras de alguma importância na ladeira de Bebedouro, "que era muito frequentada pelo comércio que o interior da Província tinha com a capital".

Agora evoquemos o testemunho de um administrador que ficou, pelos seus serviços, no coração dos alagoanos, o dr. Sá e Albuquerque.

Em seu relatório de 1857, o presidente arrola os serviços que, até aquela data, tinha podido prestar à Província. Vejamos o que êle fêz à capital: contratara com o comendador José Antônio de Mendonça, por 16:671$550, a construção de uma ponte sôbre o riacho Maceió; fizera o calçamento da rua principal de Jaraguá (hoje com o seu nome) e melhorou consideravelmente o da rua do Comércio; fizera a abertura de uma estrada ligando Jaraguá a Mangabeiras, "onde já existem algumas casas de campo elegantes e espaçosas, para que os productos agricolas procedentes do norte da provincia com destino aos depositos de Jaraguá, cheguem mais depressa ao seu destino", e encarregara da conservação dessa estrada (atual Estrada Nova) os cidadãos Manuel de Vasconcelos Júnior, Francisco Vieira de Andrade e Veríssimo José do Rêgo; fizera obras no hospital de caridade e no cemitério; assinalava a necessidade da construção de um edifício para a Alfândega, de uma ponte de desembarque, de um edifício para o palácio do govêrno, obras que mandara projetar e orçar, apresentando ao govêrno imperial projetos e orçamentos.

Referindo-se à falta de defesa militar do pôrto de Jaraguá (as obras realizadas por Melo e Póvoas estavam em completa ruína ou já não existiam), o presidente transcreve a opinião do coronel de engenheiros Cristiano de Azevedo de Pereira Guimarães: "Não tenho cessado de pugnar pela idea da constru-

ção de um forte nesta cidade, por me parecer uma necessidade indeclinavel, sendo vergonhoso que um porto de florescente commercio da capital de uma Provincia maritima, onde reside o delegado do Imperador, contando uma população de mais de 10.000 almas, não possua o menor meio de defesa e se veja de um momento para outro exposto a qualquer insulto, possuindo aliás posições facilmente fortificaveis. A construção, pois, de um forte fechado, ou duas baterias de dez peças cada uma, de terra revestida, crusando os seus fogos em toda a extensão do porto, torna-se indispensavel e de palpitante necessidade."

O matadouro, ou aquilo a que se dava êsse nome, fôra construído no lugar denominado *Paus-Secos,* local, depois, reconhecido impróprio. O presidente Sá e Albuquerque queria construir um matadouro, em bom local, escolhido à margem da lagoa em terrenos do coronel Manuel Duarte Ferreira Ferro (depois Barão de Jequiá). A respeito o presidente escreveu: "A rua do Livramento póde ser construida em linha recta, com muita vantagem para o serviço do matadouro, até o ponto onde vai ser elle construido, o qual, por outro lado offerece bom porto a embarque e desembarque de passageiros e cargas, que se dirigem á cidade das Alagoas e Pilar e vice-versa, sem os perigos da navegação da lagoa do Norte e encurtando muito a distancia dos referidos pontos. A exiguidade dos recursos da municipalidade nunca lhe permittiria a construcção desse melhoramento, que tanto interessa á higiene e á base principal da alimentação do povo."

Nesse ano a população do município era a seguinte:

	Livres	Escravos	Total
Distrito de Maceió	10.434	2.196	12.630
Distrito de Pioca	8.481	4.034	12.505
	18.915	6.230	25.135

Em 1855 o cólera, irrompendo em Penedo e Piassabussú, propagou-se por tôda a Província, devastando-a. 18.340 óbitos foram registrados numa população de 260.227 almas. O município de Maceió pagou o seu terrível tributo — 1.250 óbitos — 700 no 1.° distrito e 550 no 2.°.

Do relatório do presidente Antônio Alves de Sousa Carvalho destacamos estas informações acêrca da instrução pública na capital, em 1862. Contava o município apenas seis escolas públicas e cinco particulares, aquelas frequentadas por 425 alunos: 287 em três escolas em Maceió, 57 em uma em Jaraguá, 58 em uma em Bebedouro e 23 em uma em Pioca. Quantos alunos frequentavam as escolas particulares o relatório não diz. Portanto, em todo o município da capital, o mais importante da Província, com uma população livre de 20.000 almas, apenas cêrca de 600 crianças frequentavam as escolas de ensino primário! Era desolador.

O curso secundário, ministrado oficialmente no Liceu, fôra frequentado por 116 estudantes, que cursaram aulas de Português, Latim, Francês, Inglês, Geometria, Geografia e Filosofia.

Em 1866 a rua da Bôca de Maceió recebera um melhoramento considerável, informa à Assembléia

Provincial o presidente Esperidião Elói de Barros Pimentel. "A rua da Boca de Maceió — informa o presidente — era atravessada por uma especie de levada, que muito a afeiava e dificultava a passagem de carros, não obstante a despêsa que se fazia com a conservação de um pontilhão de madeira, que por seu estado de ruina não podia deixar de ser substituido por um novo. Mandei fazer em lugar deste pontilhão uma bomba de alvenaria, que, além da duração que promete, tornou o pavimento da rua unido em toda a sua largura, dando facil sahida ás aguas pluviaes, que se estagnavam, formando um pantano proximo quasi ao centro da cidade."

Com essa obra, de caráter municipal, mas que a municipalidade não pudera realizar nem realizaria sem autorização da Assembléia, o govêrno da Província gastou pouco mais de 900$000.

Nesta presidência foi contratada com a Companhia Baiana de Navegação, por intermédio de seu representante Hugo Wilson, a ponte de desembarque de Jaraguá, que ainda está servindo.

Primeiro se pretendera uma obra mais modesta, uma ponte de madeira, que o engenheiro Carlos Mornay orçara em 17:693$500. O presidente Pimentel preferiu a proposta Wilson, por 40:000$000, contrato que foi rescindido na administração José Bento Júnior, e renovado na mesma presidência, pela quantia de 55:000$000. A ponte foi inaugurada em 7 de setembro de 1870.

Em 1866, também por iniciativa do presidente Pimentel, o problema de viação urbana teve uma solução considerada, no tempo, a última palavra. Au-

torizado pela Assembléia Legislativa Provincial, o presidente contratara com a Companhia Baiana de Navegação um serviço de *tramway*, entre Maceió e Jaraguá e Trapiche da Barra, pequeno povoado que se formara "em um areal a mais de 500 jardas a oeste de Jaraguá", interposto de madeiras e gêneros agricolas vindos das propriedades rurais das margens do rio Paraiba e da lagoa Manguaba, onde as necessidades mesmas dêsse comércio haviam determinado a construção de um trapiche, que deu nome ao povoado, que se formou em tôrno da capela de Nossa Senhora da Guia.

Mas o transporte dêsses gêneros, que por aí procuravam evitar os perigos da barreta do Pontal, era dificílimo, em costado de animais ou em carroças, pelo areal escaldante, numa extensão de quasi uma légua.

Não vingara a idéia de Sá e Albuquerque, do prolongamento da rua do Livramento até à margem da lagoa, rasgando-se uma avenida esplêndida, tivesse embora, no local escolhido, a presidência da Província feito construir o matadouro, mais tarde transformado em paiol de pólvora e depósito de inflamáveis.

A ligação de Jaraguá e Trapiche da Barra, com um ramal para o centro da cidade, foi o objeto dêsse contrato, melhoramento considerável, de vantagens práticas indiscutíveis, para o serviço de cargas e passageiros que se destinavam às Alagoas e Pilar, e também às localidades ribeirinhas da Manguaba. Como consequência dêsse melhoramento, a presidência contratou com aquela Companhia o serviço de navegação

da lagoa do Norte, até a vila de Santa Luzia, com escala no povoado de Coqueiro Sêco, e da Manguaba, com escala na cidade das Alagoas.

A 25 de março de 1868 inaugurou-se festivamente o ramal entre Jaraguá e o centro da cidade, e o presidente Pimentel informava a Assembléia Provincial de que o *tramway* em poucos dias chegaria ao Trapiche da Barra. "O vapor, continuava a informação, destinado á navegação das lagoas, bem como duas lanchas de ferro, brevemente estarão concluidos. Em breve gosará a Provincia deste grande melhoramento, que ha muito reclamava a lavoura das referidas lagoas. O pequeno ramal que se inaugurou, condusiu em um mez cerca de 4000 passageiros, deixando á Companhia um interesse, sujeito ás despêsas de custeio, de mais de um conto de reis. Muito maior transito terá quando conseguir subir a ladeira e baldear as cargas entre esta cidade e o porto de embarque, actualmente transportadas com grande custo e despendio. A Companhia tenciona alongar o ramal até o pateo da igreja dos Martyrios, obrigando-se, como lhe foi exigido pela presidencia, a condusir os carros até a rua do Commercio em animaes, attento ao incomodo e risco que poderia fazer ao frequente transito por aquela rua."

Esses carros tirados a animais, fazendo viagens de Jaraguá e Maceió até a praça dos Martírios, para que a pequena locomotiva urbana, arrastando todo o seu trem, não causasse riscos possíveis aos transeúntes, foram os bondes de outrora puxados a burros ronceiros, há quasi duas dezenas de anos substituídos por veículos de tração elétrica.

Em 1880 a cidade era iluminada — nas noites escuras, porque nas claras a iluminação ficava a cargo da lua — por 125 lampiões de querosene, e êsse serviço custava à Província 8:000$000, segundo o contrato feito com Manuel da Costa Pereira Cotrim. A idéia de iluminação a gás carbônico, sugerida por José Bento Júnior, fracassara. Seus sucessores não a acharam proveitosa.

O presidente Moreira Alves, em 1887, já nas vésperas da República, transmitia à Assembléia Provincial as principais necessidades da capital, conforme comunicação que lhe fizera a Câmara Municipal. Eram as seguintes: nivelamento das praças dos Martírios, Mercado, Tavares Bastos e Princesas, (*) empedramento da praça D. Pedro II e das ruas Conselheiro Lourenço de Albuquerque, Senador Mendonça, Saraiva e Barão de Jaraguá, (**) de preferência a quaisquer outras; limpeza e conservação geral de tôdas as sargetas, com as quais a Província despendeu

(*) A praça dos Martírios tem hoje o nome de Floriano Peixoto. A do Mercado é atualmente João Capistrano, e no local do antigo Mercado donde lhe vinha o nome foi construído, em 1938, o Instituto de Educação. A Tavares Bastos, antes denominada São Benedito, desapareceu praticamente com o prédio do Instituto de Educação, que tomou tôda a área da praça. A das Princesas, também chamada Cotinguiba, é hoje Deodoro da Fonseca.

(**) A praça D. Pedro II teve antes os nomes de da Matriz e da Catedral, sendo popularmente conhecida por êste último. A rua Conselheiro Lourenço de Albuquerque tinha o nome de rua da Boa-Vista, ainda hoje usado pelo povo. A Senador Mendonça é a antiga do Livramento, como o maceioense ainda a conhece. A rua Conselheiro Saraiva, nome que desapareceu de todo, é a atual avenida da Paz, antes conhecida, também, como Atêrro de Jaraguá. O nome dêsse estadista do Império foi dado, igualmente, a uma praça, por sinal rica de nomes: Santa Maria, Nossa Senhora Mãe do Povo, 11 de Junho, do Consulado, da Recebedoria, Dr. Vanderlei de Mendonça, da Liberdade, Dr. Miguel Omena, e General Lavenère, designação atual. O povo conhece-a como praça da Recebedoria ou praça de Jaraguá. A rua Barão de Jaraguá teve antes, e ainda hoje tem, na bôca do povo, o nome de rua da Igreja.

não pequena quantia, pois se achavam obstruídas; melhoramento da chã da ladeira de Bebedouro; construção de uma ponte sôbre o riacho Jacarecica e outra sôbre o rio Meirim; assentamento de grades e portões de ferro no mercado público, afim de regularizar-se o serviço durante o dia e "evitar que à noite se convertesse o edifício em asilo de vagabundos, covil de malfeitores e depósito de lixo", o alinhamento e aformoseamento das ruas da cidade estavam a reclamar a demolição de alguns prédios particulares, desejando a Câmara que fôsse consignada no orçamento da Província uma verba para desapropriação de velhas casas.

Por estas informações presidenciais verifica-se o estado lastimável da capital, já nos últimos dias do Império.

A Assembléia a nada atendeu. Queremos com essas notas, pacientemente colhidas em documentos oficiais, acentuar que a capital, mesmo no seu estado deplorável de cidade, quasi nada devia à administração municipal. O município era uma instituição puramente decorativa no aparelhamento político e administrativo do Império. O pouco que tinha, até o último dia da monarquia, era obra lenta da Província e da iniciativa particular.

E' curiosa a revisão, hoje, decorridos quasi quarenta anos, das despesas municipais votadas pela Assembléia Legislativa Provincial:

Anos	Despesa	Verba para melhoramentos
1844	1:974$857	50$000
1847	4:603$264	533$993
1848	3:182$496	250$000
1849	3:540$909	629$730
1852	4:454$850	550$000
1853	4:163$426	250$000
1855	6:726$000	880$000
1861	4:870$000	250$000
1865	6:278$500	1:050$000
1872	9:120$000	600$000
1874	8:320$000	1:500$000
1880	16:480$000	3:460$000
1883	27:180$000	10:000$000
1884	29:920$000	10:000$000
1885	25:380$000	5:660$000
1888	28:230$000	5:000$000
1889	28:530$000	5:000$000

Nos anos não mencionados prevaleceram as dotações anteriores. As verbas que aquí figuram como destinadas a melhoramentos, foram votadas para o asseio das ruas e algumas desapropriações. As verbas fixadas para as despesas anuais eram destinadas ao pagamento do funcionalismo, custas judiciárias, etc.

Um grande surto de melhoramentos operou-se em Maceió, durante a administração do dr. José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, homem dotado de uma larga visão das necessidades públicas, de uma assombrosa capacidade de trabalho e de um grande poder de realização.

As administrações fugaces que o haviam antecedido, honestamente, com aquela honestidade que era o único traço vigoroso do govêrno imperial nas Províncias, haviam acumulado saldos orçamentários sucessivos, montantes, em 2 de outubro de 1869, a

270:339$721, em moeda, a moeda valorizada daquele tempo.

O dr. José Bento encontrou, pois, o Tesouro em condições folgadas. O seu grande mérito está na aplicação honesta e útil que deu a êsses recursos. Antepondo-se aos partidos que se digladiavam, embora não deixasse de fazer a sua política, pois deu grande impulso ao partido conservador, o dr. José Bento consagrou-se aos múltiplos problemas materiais que se deparavam à sua visão de estadista.

Maceió era então uma aldeia crescida ao abandono do poder público. Alagoas tôda era um aglomerado de aldeias menores, vivendo parcamente da agricultura e da pecuária, com municípios castrados na sua autonomia, sob o trabalho escravo e os remanescentes morais do feudalismo dos senhores de engenhos e dos mandões da política preponderante.

Não era o presidente benemérito partidário da reforma municipal, que então agitava certos espíritos liberais. Êle o disse em sua mensagem à Assembléia, em 1868:

"Não sou dos que se mostram muito impacientes pela apregoada reforma municipal, e antes entendo que com ela pouco mais conseguiremos, enquanto não virmos verificadas certas condições que se devem esperar do tempo e dos esforços dos poderes publicos. O que se passa nas capitaes não nos permitte por ora contar com o interior, com maior somma de habilitações e patriotismo para o desempenho de funcções mais amplas e importantes. Convem todavia estabelecer em favor dos municipios os recursos que possam facultar-lhes a obtenção de certos melhoramentos urgentes."

E, francamente, expunha á Assembléia o seu pensamento em relação às obras públicas, que ia iniciar:

"Sempre entendi que o melhor plano de melhoramentos consiste em encaminhal-os da capital para o interior, tanto quanto possivel fôr. E' por ella que, communmente, avalia a prosperidade da Provincia, ao menos á primeira vista, o estrangeiro ou compatriota que nos póde trazer o auxilio valioso de seus capitaes e da sua aptidão. Dotar, sem desperdicio, uma cidade com os melhoramentos indespensaveis, e mesmo com certos attractivos e commodidades, não é fazer despeza improductiva: antes eu penso que convem realisal-a com alguma preferencia, no interesse commum. Mais tarde, satisfeitas aqui necessidades reconhecidas, as forças convergirão com muito maior efficacia para o progresso de outras localidades. Do contrario, despende-se em excesso com varios objectos, sem que nenhuma empreza se complete. Uma triste experiencia vem em soccorro da minha opinião. Sobram até exemplos de obras que se arruinam por falta de conservação. Não pretendo, entretanto, que se prejudique a satisfação de alguma necessidade urgente em qualquer ponto."

E continuando a explanação do seu ponto-de-vista relativamente a obras públicas, dizia o presidente:

"Já que não é possivel hoje, sem despendios avultados, dar a esta cidade um aspecto regular, convem ao menos aproveitar o que ainda é susceptivel de

melhoramentos, e delinear mesmo aquelles cuja execução deve soffrer algum addiamento. E' assim que pretendo desde logo mandar assignalar as localidades convenientes para o Theatro e Passeio Publico. Mui tarde se tratou de projectar o nivelamento da capital. Existindo apenas uma planta antiga e incompleta, houve o maior descuido em regularisar as edificações; e ultimamente o encanamento das aguas e os trilhos de ferro que deviam ter sido precedidos do nivellamento, vieram ainda mais difficultal-o, executando-se varios serviços sem a conveniente relação com o plano geral que deve comprehender um bom systema de esgoto."

Uma justiça, porém, se faça à Câmara Municipal: ela sempre se preocupara com a remodelação da cidade. Um grande embaraço surgia sempre contra êsse bom desejo de não passar à história marcada pela inutilidade — a exiguidade, a miséria dos recursos postos à sua disposição, discutidos, anualmente, vintém por vintém, pela Assembléia e pela presidência, cada qual mais agarrado aos cofres públicos, defendendo-os encarniçadamente, mesmo quando havia sobras orçamentárias. De quando em vez a Assembléia deixava escapar umas migalhas para desapropriações, para que a Câmara pudesse retificar, aquí e alí, o desalinhamento de um trecho de rua. Havia, porém, necessidade de cuidar seriamente da regularidade do arruamento, do nivelamento dos trechos principais da cidade, do embelezamento de um ou outro ponto mais à vista dos visitantes, ainda no seu aspecto primitivo.

Mas, limitada como era a ação da municipali-

dade, dependendo da Assembléia as suas rendas anuais, a Câmara positivamente nada podia fazer. Limitava-se a pedir, a encarecer do poder legislativo da Província e do prestígio presidencial junto a essa corporação, a execução dos melhoramentos que todos os anos indicava como urgentes. E a Câmara tanto pediu que, em 1866, a presidência encarregou o engenheiro Carlos de Bolterstern de projetar os trabalhos necessários ao abrigo dos leitos das ruas contra a destruição das águas pluviais, de tornar a cidade um pouco mais transitável, de verificar as respectivas alturas nas ruas principais, traçando um plano modesto de remodelação.

Em 1868 êsse engenheiro informava ao presidente José Bento Júnior: "Confesso que ainda não descobri os meios de remediar os absurdos, commettidos em tempos passados, no alinhamento das ruas..."

A engenharia recuava ante a incúria da administração municipal, que permitira a aglomeração de construções urbanas à mercê do interêsse individual, sem ordem, sem método, sem a observância do plano urbano mais rudimentar. O que era Maceió nesse tempo podemos hoje avaliar pelo estado em que permanecem certos bairros, aos quais ainda não pôde chegar a ação benéfica do poder municipal. Maceió, o centro da cidade, seria então o atual bairro da Levada... Ou menos.

O profissional entrava depois em minúcias técnicas acêrca do que êle chamava "tratamento das ruas da cidade". Condenou Bolterstern, em absoluto, o calçamento a pedra bruta, "verdadeiro flagello das

velhas praças da Europa, que abundam de bons calceteiros, a mais ainda para esta cidade onde não ha nem mestres officiaes desta profissão." E mostrando que só a rua do Comércio "consumiria 200.000 paralepípedos, que seriam necessario importar e ficaria cada um, na cidade, a 200 réis", terminou por aconselhar que somente essa via pública fôsse assim calçada. Quanto às demais, o pavimento poderia ser feito de aterros de "barro e areia, bem socados e sensivelmente abaulados", devendo ficar cada braça por 2$000.

Nesse ano, os dois bairros em que a cidade se dividia — Maceió e Jaraguá — tinham, segundo informações do dr. José Alexandrino Dias de Moura ao dr. José Bento Júnior, tinham 53 ruas, 1 travessa e 6 praças, e as seguintes estradas arruadas: Trapiche da Barra, Mutange, Frechal, Mangabeiras e Cruz de Almas. (*) Contava a cidade 6 igrejas e os seguintes edifícios públicos: Capitania do Pôrto e Depósito de madeiras do Estado, Alfândega, Quartel de Linha, Enfermaria Militar e Depósito de artigos bélicos, Farol, e casa de residência do administrador, Casa da Pólvora, todos próprios da Fazenda Nacional, uns arruinados, outros em estado de lamentável abandono, servindo uns e outros ao estabelecimento de alguns serviços públicos, pessimamente instalados. Pertenciam à Província os seguintes: Cadeia, Mercado, Palacete da Assembléia e Tesouraria, Hospital

(*) Em 1936, segundo o Indicador das vias públicas, editado pela Prefeitura Municipal, Maceió possuía 271 ruas, 37 avenidas, 33 praças, 32 travessas, 8 ladeiras, 3 largos, 1 bosque e 1 parque.

de Caridade, Inspeção de Algodão, Cemitério e Matadouro. Era só...

Tinha todo o município 15 escolas primárias, e três eram as paróquias eleitorais, com 156 eleitores.

Não queremos, nem é o plano desta obra, arrolar tôdas as realizações do benemérito presidente dr. José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, umas concluídas e outras iniciadas, não só na capital, em tôda a Província. Apenas citaremos o que fêz na cidade: a ponte de Bebedouro, tôda de alvenaria; a Casa do Consulado Provincial, atual Recebedoria Central; a ponte de embarque de Jaraguá; a ponte sôbre o riacho Maceió; a ponte do Poço; o Jardim de Jaraguá; a ladeira de Palácio; o calçamento de muitas ruas da cidade.

Com exceção de um pequeno trecho de Jaraguá, calçado a pedra bruta, das duas ladeiras da cidade, calçadas pelo mesmo sistema, e de uma parte da rua do Comércio, macadamizada, tudo mais era primitivo. Não se havia realizado melhoramento algum que livrasse a população "das irregularidades das calçadas laterais, assim como das barrocas e lamaçais das ruas e praças".

Com vários capitalistas o presidente celebrou um contrato em virtude do qual êles se obrigavam a fazer o nivelamento da cidade, desde a capitania do pôrto até Bebedouro, dando os declives necessários para o escoamento das aguas pluviais; levantar uma planta completa, compreendendo todos os prédios, de modo que pudesse servir para a Câmara regular as futuras edificações; fazer com lages o calçamento das testadas das casas particulares, forman-

do assim os passeios laterais em tôda a extensão das ruas e praças; fazer o calçamento das ruas e praças a paralelepípedos, macadame e pedras irregulares, conforme o plano aprovado pelo govêrno, e fazer o esgôto das águas pluviais em tôdas as ruas e praças que fôssem calçadas.

Plano vasto, os contratantes, dentro de pouco tempo, entregaram à presidência a planta da cidade e deram início a êsse grande melhoramento, que, por si, tornaria benemérito o presidente, se a sua ação admirável não tivesse ido além, a tôda a Província, envolvendo um plano geral de obras e benefícios de tôda a sorte.

Em dois anos e nove meses de administração o dr. José Bento fêz mais por Alagoas do que todos os seus antecessores, especialmente por Maceió. Sob a sua ação vigorosa e profícua tudo se transformou.

Ainda em sua administração se concluiu o serviço de canalização de agua potável para domicílios, iniciado em governos anteriores. Em seus relatórios, que foram três, documentos notáveis que firmam os créditos de um estadista, o presidente sugere a organização de uma emprêsa particular, por ações, que tomasse a direção e responsabilidade dêsse serviço, que, pela sua natureza, não devia ficar sob a gestão do govêrno da Província.

Essas obras e outras, muitas, que realizou por tôda parte, e as despesas ordinárias da Província, consumiram, como era natural, os saldos encontrados no Tesouro e as rendas de três exercícios, deixando ainda compromissos a satisfazer, montantes

Águas pluviais

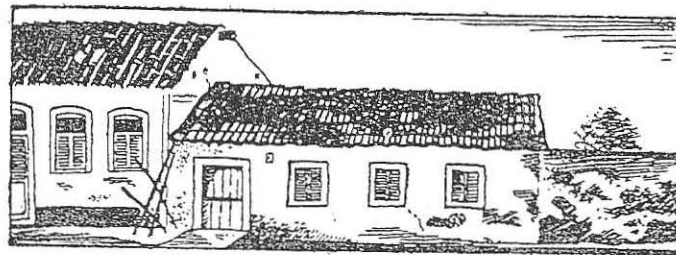
a setenta e sete contos, provenientes das obras de nivelamento da cidade e do serviço de água potável.

Além dêsses compromissos, o presidente firmara contratos para a navegação a vapor dos rios São Miguel, Coruripe, Camaragibe e Pôrto de Pedras; a iluminação da cidade a gás carbônico; a construção da estrada de ferro de Maceió a Imperatriz (União) e o estabelecimento de uma rêde telegráfica na Província em comunicação com o país. Êsses contratos os seus sucessores, sem a mesma visão das necessidades econômicas da Província, não executaram, como não chegou a ser concluído o plano de melhoramentos da capital.

Tomaz Espíndola, refletindo a oposição do partido liberal ao presidente, comenta, em sua *Geografia Alagoana*: "Não lamentamos o dinheiro despendido com obras públicas; não, apenas notamos que se consumissem tantos contos e se comprometessem as rendas futuras com certas obras meramente improdutivas, e algumas delas essencialmente luxuosas, como o Jardim de Jaraguá, o calçamento da cidade e a ponte de ferro sôbre o riacho Maceió..." E desce a picuinhas de politicagem o geógrafo alagoano, naquela sua obra.

Com a retirada do ilustre administrador, a Província volveu ao ramerrão dos governos efêmeros, servidos por presidentes que por aqui passavam rapidamente, presidentes de quinzenas administrativas, alheios em absoluto às necessidades locais, ansiosos, os que eram deputados, que a Câmara se abrisse para se livrarem do degrêdo provinciano, e outros demorando apenas o tempo estritamente necessário à ca-

vação de um pôsto de maior importância, numa Província de primeira ordem.

E assim foi até o último dia da monarquia... Pode-se dizer que José Bento fêz a cidade, como Sinimbú fizera a capital. E a República surpreendeu a Maceió quasi como a deixara José Bento..

VIII

A POPULAÇÃO

Os vagos limites traçados à vila de Maceió pelo Alvará de 1815 — todo o território que decorria da barra das Alagoas e daí até os rios Santo Antônio Grande e Mundaú — restringiram-se, à medida que Atalaia avançava pelo interior, constituindo-se geograficamente na imensa região palmarina, definindo sua jurisdição e encurtando a dilatação administrativa da vila litorânea às linhas divisórias, que por fim se estabeleceram.

A autonomia eclesiástica de Pioca criara a Maceió, ao N. e NO., lindas definitivas, como acontecera ao SO., porém dilatou-se a jurisdição maceioense, e com ela a colonização, que marchou do litoral para o centro, acompanhando os cursos do Paraíba e Mundaú. Branca, hoje povoado do município de Atalaia, e Murici, municipalmente autônomo, foram têrmos da vila de Maceió, não valendo a reclamação

da Câmara, em 1823, perante o corregedor, para que voltasse à antiga jurisdição. Legalizava-se assim a incorporação, consequente antes do fenômeno da expansão do povoamento central, que de interêsses ou exigências meramente administrativas.

Definiram-se, por fim, as linhas fronteiriças do município: o rio Saussuí, ao N. e a NO.; o riacho Fernão-Velho e a lagoa do Norte, a O.; o canal e barra da mesma lagoa, ao SO.; o Atlântico, a L.

Segundo estimativas recentes da Diretoria Geral de Estatística, dentro dêsses limites ficaram 36.668 hectares. Solo geralmente plano, com algumas baixadas pantanosas, à beira das lagoas que o margeiam e dos cursos fluviais que o cortam, apresenta para o interior elevações, em taboleiros cobertos de vegetação medíocre, pertencentes ao sistema de planaltos da faixa oriental do Estado, que se deprimem à vizinhança do litoral e cindem-se em vales numerosos, propícios às mais variadas culturas.

Geograficamente ficou assim constituído o município de Maceió.

A gente que fundou o povoado e criou a vila era mais do comércio que da lavoura. Aquí o fator do povoamento diferiu de quasi todo o sistema colonizador da capitania. O engenho, que foi a célula principal do povoamento, não resistiu à onda povoadora, e desapareceu, para dar lugar ao comércio.

O município de Maceió, em 1870, compreendia as freguesias de Maceió, Jaraguá e Pioca, com uma população de 28.630 indivíduos, em cujo número se contavam 4.822 escravos. Das três circunscrições eclesiásticas era Pioca a maior, a mais antiga e po-

pulosa. De fundação imemorial, estendia-se por uma extensão de 7 léguas de leste-oeste e 5 de norte a sul, contando 56 engenhos de açúcar e uma população de 13.994 almas, das quais 3.326 escravos.

O povoamento de Pioca deve ter precedido ao de Maceió. A colonização que para aí se encaminhou, levantou os engenhos, plantou os canaviais e atirou sôbre os ombros do escravo o pêso do trabalho agrícola e da indústria açucareira. Pioca cresceu e prosperou. O senhor de engenho dessa freguesia era no município a fôrça eleitoral, a influência política, o elemento de riqueza. A organização econômica e social era a mesma dos demais centros agrícolas do Norte.

Extinta a escravidão, Pioca decaíu tanto do seu fastígio e da sua prosperidade, que chegou a perder a autonomia eclesiástica.

E' de presumir que, depois do inquérito mandado proceder pelo Conde de Linhares e cuja autenticidade se põe em dúvida, sejam os cálculos de Ferreira Batalha, que datam de 1810, os mais aceitáveis, quanto à população da Província. O ouvidor das Alagoas, a quem mais devemos a criação da capitania e da vila de Maceió, apurou 89.589 habitantes na sua comarca. Não conhecemos detalhes dêsse recenseamento. Maceió era ainda um simples povoado, administrativamente ligado à vila das Alagoas e eclesiasticamente á freguesia de Santa Luzia do Norte. As cifras censitárias não o teriam de-certo atingido isoladamente.

Do recenseamento de 1819, do conselheiro Veloso de Oliveira, a que remontam as estatísticas ofi-

ciais, não sabemos minúcias que destaquem a vila, recentemente instalada, do cálculo global da população da Província — 111.973 habitantes, dos quais 69.049 livres e 42.879 escravos.

Em 1820, as pesquisas que se realizaram deram à freguesia de Maceió uma população de 4.784 habitantes, entre livres e escravos. O inquérito, visando ao interêsse eclesiástico, não alcançou tôda a área da vila. Pioca, canonicamente autônoma, não foi computada no cálculo. Mesmo assim, restrito à freguesia de Maceió, o inquérito, tal qual o conhecemos, nada pormenoriza.

Os mapas estatísticos organizados em 1847, pelo chefe de polícia da Província, dr. João Paulo de Miranda, publicados em 1849 pelo presidente Nunes de Aguiar, puseram em dúvida tôdas as pesquisas anteriores. As dêsse ano deram ao município de Maceió a seguinte população:

Freguesias	Livres	Escravos	Total
Maceió	5.176	957	6.133
Pioca	6.726	3.205	9.931
	11.902	4.162	16.064

Seis anos depois, no recenseamento que se procedeu em 12 de abril de 1853, verificou-se um decréscimo considerável na população. Os algarismos foram os que seguem:

Freguesias	Livres	Escravos	Total
Maceió	6.579	1.472	8.051
Pioca	5.280	1.794	7.074
	11.859	3.266	15.125

A diminuição afeta somente à freguesia de Pioca: 2.875 habitantes para menos em comparação com o censo de 1847. Quanto à freguesia de Maceió, houve aumento: 1.918 habitantes. Não se justifica o decréscimo acusado pelos recenseadores.

Espíndola faz, a respeito, o seguinte comentário: "Não tendo havido guerra, nem grandes epidemias, nem fomes, nem emigração, desde 1847 a 1853 a população do município da capital em vez de ter aumentado vê-se que decresceu a ponto de contarem-se quasi mil habitantes de menos, havendo progredido a da mesma capital; o que não é admissível. As informações, que a êste respeito obtivemos, nos levaram a crer que houve falta da parte do delegado, mormente sôbre a estatística da freguesia de Pioca." (*Geografia Alagoana*).

Em 1855, por determinação do benemérito presidente dr. Sá e Albuquerque, Espíndola, tomando por base, como êle diz, "os preceitos estabelecidos por Alexandre Moreau de Jonnès, no seu tratado *Elementos de Estatística*, e as opiniões de Carlos Dupin, Boudin e Malthus sôbre o assunto", entregou-se a novas investigações censitárias. O seu trabalho, só divulgado em 1860, deu ao município da capital a seguinte população:

Freguesias	Livres	Escravos	Total
Maceió	10.434	2.196	12.630
Pioca	8.481	4.034	12.505
	18.915	6.230	25.135

Sôbre os cálculos de 1860, José Alexandre Passos e o dr. José Alexandrino Dias de Moura organizaram novos mapas estatísticos com resultados mais ou menos idênticos.

Em sua *Geografia Alagoana*, que data de 1871 (2.ª edição), Espíndola insere um quadro da população da Província em 1870, precedendo-o destas palavras: "Nós, porém, em falta de um novo e exato cadastro, de posse de documentos estatísticos, relativamente ao número de batizados, casamentos e óbitos de tôdas as freguesias, fornecidos pelos respectivos vigários, e mais ainda de posse de outros esclarecimentos importantes, computamos presentemente a povoação da Província em 310.585 habitantes, sendo 261.796 livres e 48.816 escravos".

Quanto à população do município de Maceió, os cálculos do nosso ilustre geógrafo deram o resultado seguinte:

Freguesias	Livres	Escravos	Total
Maceió	11.176	1.160	12.336
Jaraguá . . .	1.962	336	2.298
Pioca	10.668	3.326	13.994
	23.806	4.822	28.628

Do recenseamento geral de 1872, que deu à Província 348.009 habitantes, compreendendo 173.493 homens e 174.512 mulheres, não encontramos algarismos referentes ao município de Maceió. (*) De

(*) Na época em que Craveiro Costa escreveu o seu trabalho, os serviços estatísticos não tinham o nível elevado que hoje desfrutam graças à ação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Daí a falta de divulgação de dados, a au-

1872 à proclamação da República pararam os inquéritos censitários. A República, porém, logo ao nascer, quis saber o número dos habitantes do país e estabeleceu em sua Constituição a obrigatoriedade de uma contagem geral da população de dez em dez anos.

O primeiro censo decenal deu ao nosso município 31.498 habitantes, dos quais 30.000 para a capital, isto é, para a zona urbana. Não é possível que em 20 anos o aumento da população tivesse sido apenas de 2.870 habitantes. Os dados cuidadosamente coligidos por Tomaz Espíndola, em 1870, deram um resultado bem aproximado da verdade. Não exagerou o geógrafo alagoano. O seu inquérito correspondia aos resultados dos censos de 1847 e 1855. O trabalho de 1890 é que se afastou da realidade. E por diversas razões. Os empecilhos foram inúmeros, principalmente os de ordem moral. O povo, por tôda parte, recebeu com desconfiança os encarregados do serviço. Dizia-se, e ninguém se esforçou para desfazer os efeitos maléficos dos boatos tendenciosos, que o govêrno pretendia fazer um recrutamento em massa para as fileiras do exército e as guarnições dos navios de guerra; que visava ao lançamento de um imposto formidável, *per capita;* diziam-se mil coisas inverossímeis, que os adversários do novo regime político se não fartavam de explorar, insuflando as resistências pacíficas que se faziam sentir, às claras.

sência de pesquisas, a inexistência de uniformidade e sistematização dos trabalhos, deficiências que somente agora vieram a ser sanadas. Em 1872 o recenseamento apurou para Maceió uma população de 27.793 habitantes, o que corresponde a 8 % sôbre o total da Província.

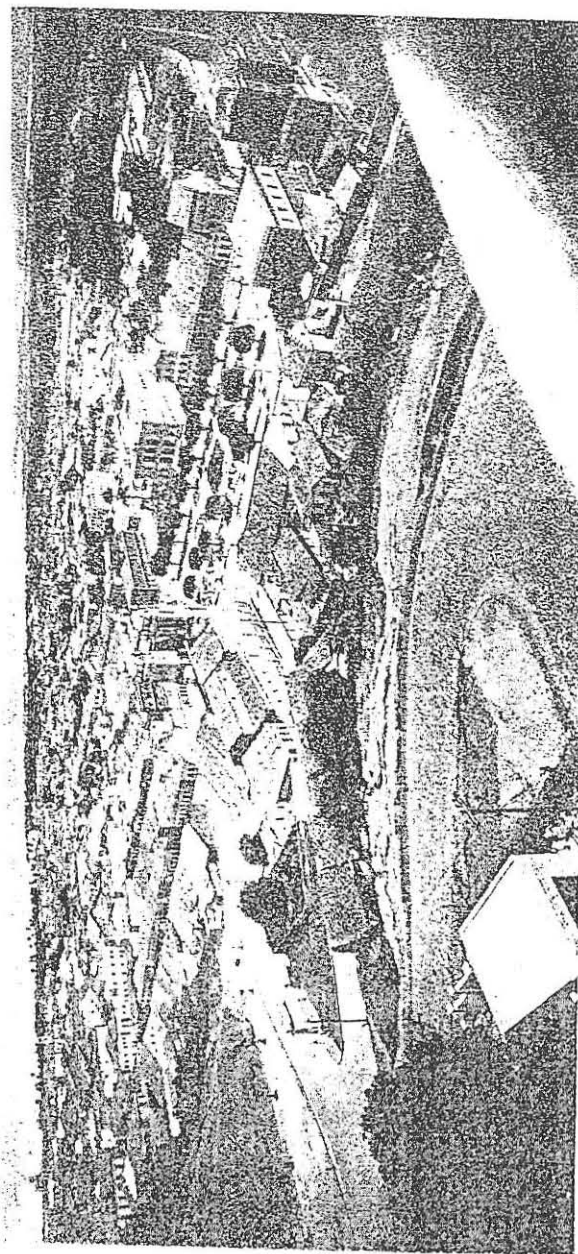
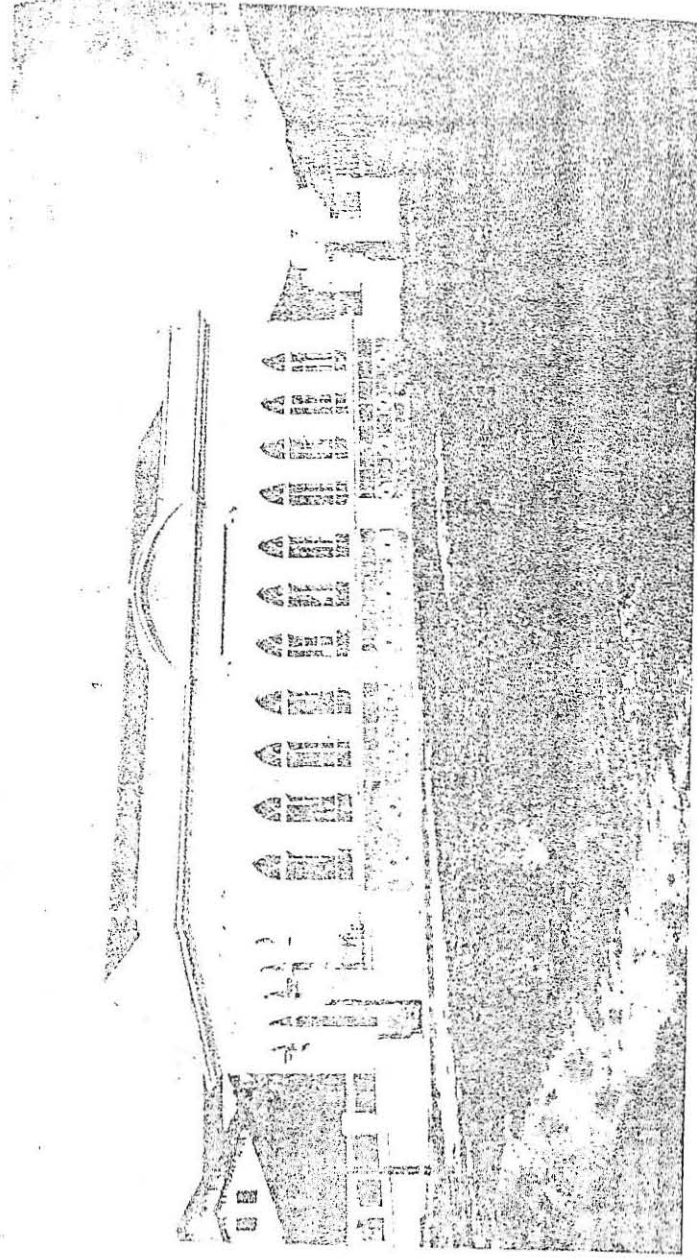
E o povo retraíu-se, medroso, receando figurar nas listas censitárias, afastando-se propositadamente no dia designado para o respectivo recolhimento dos boletins. Pode-se dizer que a têrça parte dessas listas não foi recolhida.

Como, segundo o dispositivo constitucional, o recenseamento far-se-ia de dez em dez anos, fêz-se em 1900 o segundo inquérito. Mas os tropeços agravaram-se com dificuldades de ordem puramente burocrática. A apuração levou anos. Por fim surgiu, entre protestos, o resultado. Ao município de Maceió 36.542 habitantes. Êsse inquérito apurou um aumento de 151.232 habitantes no Estado das Alagoas; entretanto o aumento registrado para o município da capital foi apenas de 5.044 habitantes, em 10 anos, aceitando-se a absurda apuração do censo de 1890.

Não se fêz o recenseamento de 1910. Fêz-se, porém, o de 1920, e fêz-se completo, sob todos os seus aspectos.

A população da capital, inclusive os distritos de Meirim e Pioca, foi de 74.166 habitantes, que ocupavam 15.800 casas.

Em relação às vinte capitais brasileiras, Maceió estava acima de Teresina (57.500), Belo-Horizonte (55.563), Paraíba (52.990), São Luiz (52.929), Florianópolis (41.338), Aracajú (37.440), Cuiabá (33.678), Natal (30.696), Vitória (21.866), Goiaz (21.223).

Excluídos os algarismos relativos aos recenseamentos de 1890 e 1900, que achamos muito aquém

Vista geral da cidade

Grupo Escolar D. Pedro II, antiga Escola Modêlo. Construido pelo govêrno em 1879. Primeiro grupo escolar do Estado.

da verdade, e tomando por base os do dr. Tomaz Espíndola, firmados em documentação oficial de várias procedências e em processos científicos então dogmaticamente aceitos, verifica-se que, em 50 anos, a população do município de Maceió teve um aumento de 45.338 habitantes.

Examinando os detalhes do inquérito de 1920, temos:

Quanto ao sexo:

Homens	33.542
Mulheres	40.452

Quanto à nacionalidade:

Brasileiros	73.661
Estrangeiros	473
Nacionalidade ignorada	32

Quanto ao estado civil:

Casados	19.570
Solteiros	49.172
Viúvos	5.355
Ignorado	69

Quanto à instrução:

Alfabetizados	34.133
Analfabetos	40.043

E' notável, nas conclusões censitárias acima registradas, o número insignificante de estrangeiros que vivem conosco — 473, ou 505, se contarmos 32 indivíduos de nacionalidade ignorada. Sempre foi assim, não só no município, em todo o Estado. A colaboração estrangeira, no desenvolvimento de nossas fontes de produção e em nossa vida social, tem sido nula.

Estado que ainda se não aparelhou para o recebimento das correntes imigratórias, o que tem feito é obra puramente nacional, puramente alagoana. Neste particular, estamos como há cem anos. O estrangeiro que para aquí tem vindo é atraído por parentes que prosperaram no comércio, e no comércio êle tambem se instala quasi sempre comodamente. E', geralmente, de nacionalidade portuguesa. Um ou outro italiano, também ligado por parentesco com outros que o precederam na aventura. Raros os ingleses, ainda mais raros os alemães.

As pesquisas que as comissões censitárias de 1920 fizeram em todo o Estado, como em todo o país, não se limitaram à contagem da população. Já estão amplamente divulgados os resultados dos recenseamentos da agricultura nacional e igualmente conhecidos em todos os seus detalhes outros aspectos da riqueza e do trabalho nacionais.

Em Alagoas foram recenseadas 8.840 propriedades rurais, de renda anual nunca inferior a 500$000, situadas numa área de 1.348.241 hectares, no valor de 127.950:162$000, o que dá uma média de .... 14:474$000 para o valor de cada estabelecimento.

Dêsses 8.840 estabelecimentos rurais, apenas 29 pertencem a estrangeiros.

Vejamos agora o que diz o inquérito da agricultura, em relação ao município de Maceió.

A Diretoria Geral de Estatística deu ao território do município 36.571 hectares, ou 336 quilômetros. Dessa área 12.937 hectares estão ocupados por 121 estabelecimentos rurais, sendo de 4.322 a área em matas. Elucidativamente, convém consignar aquí a opinião esclarecida de Carlos de Gusmão, em seu já citado trabalho: "Compreende-se que nem sempre a área total dos estabelecimentos recenseados corresponde, mesmo aproximadamente, à área total do município. Entre nós não é possível, por enquanto, obter resultados estatísticos com a perfeição que Ricci prescreve às boas estatísticas agrícolas. E' necessário que descontemos das áreas dos municípios as regiões ocupadas pelas cidades, vilas, povoações e lugarejos, e, segundo o critério seguido no recenseamento de 1920, as extensões das propriedades agrícolas não recenseadas por não oferecerem renda anual superior a 500$000, as terras devolutas, etc., etc."

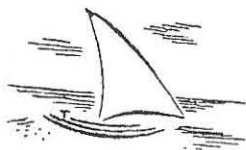
Todos os algarismos divulgados exprimem apenas uma verdade relativa.

Relativamente à extensão, os 121 estabelecimentos recenseados no município foram assim classificados: 93 até 100 hectares, 27 de 101 a 1000 e 1 de mais de 1000. Só existe, pois, no município, uma propriedade que pode ser considerada um latifúndio.

Às propriedades rurais de Maceió a Diretoria

Geral de Estatística deu o valor global de 3.550:600$, ou o valor médio de 29:409$917.

O valor das terras recenseadas foi estimado em 2.624:950$, ou uma média de 202$000 por hectare.

Eis, em síntese, o que pudemos colhêr acêrca da população do município da capital. (*)

(*) A partir de 1925 há dados sôbre a população de Maceió estimados pelo atual Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política do Ministério da Justiça. Assim, para 1925 a população de Maceió era estimada em 89.937 pessoas; 96.681 para 1927; 103.930 para 1929; 111.723 para 1931; 120.100 para 1933; 129.105 para 1935. Nos três últimos anos a estimativa foi a seguinte: 133.858, 138.786 e 143.895, para 1936, 1937 e 1938, respectivamente.

Evolução urbana e social de Maceió no período republicano

por

Manuel Diegues Junior

Em 1890 procedia-se ao segundo recenseamento geral do país, o primeiro no novo regime intituído um ano antes, em 89; Maceió acusou, então, uma população de 31.498 habitantes, quando dezoito anos antes, no recenseamento de 1872, tinha sido de 27.703. No terceiro censo, o de 1900, o crescimento já foi maior: 5 mil habitantes a mais ou sejam 36.427 pessoas. Vinte anos depois, em 1920, sua população era de 74.166 habitantes; duplicara neste espaço de tempo (*).

Conclue-se daí que o movimento demográfico da cidade, no período republicano, cresceu de modo rápido, ampliando em proporções expressivas os números absolutos. Teria sido influência da nova ordem de coisas? Talvez não; mas é de crer que o incremento demográfico se originou do desenvolvimento econômico da cidade em virtude das novas prerrogativas que lhe deu o regime republicano.

Na realidade a República, baseando-se no federalismo do estatuto de 24 de fevereiro, abriu novas possibilidades à vida municipal, que, até então, estivera dependendo dos governos provinciais, a cujos orçamentos se sujeitava. Os surtos progressistas da cidade, mesmo das capitais das províncias, dependiam exclusivamente da boa-vontade e do espírito construtivo dos presidentes.

(*) Para 1933 a população de Maceió era estimada em 143.395 habitantes.

E' o caso de Maceió, como é o caso do Recife, como é ainda o caso de muitas outras cidades. Na capital alagoana o progresso era palavra quasi desconhecida; só uma administração como as de José Bento, o velho e o moço, poderia abrir um oasis naquele deserto de obras e de construções. No Recife seria necessário um Conde da Boa Vista ou um Barão de Lucena. E assim acontecia ainda nas outras capitais.

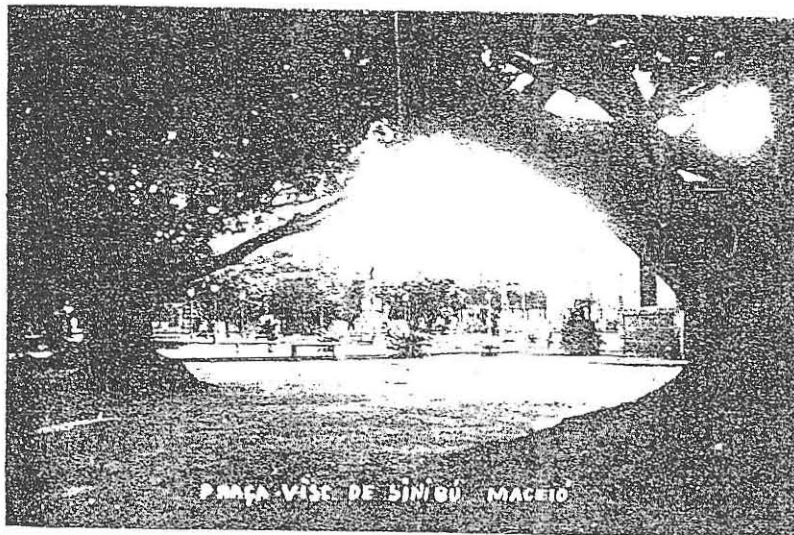
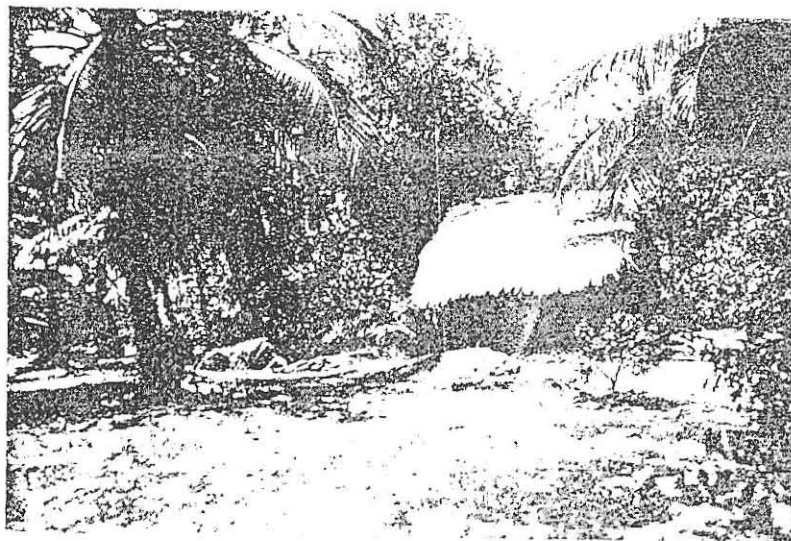
O regime federativo, instituido com a República, revolvia tudo o que havia até alí; da dependência dos governos provinciais passavam as municipalidades a uma quasi autonomia. Podendo governar-se a si próprio, o município sentiu novas perspectivas de progresso, e rompeu a estagnação do passado, construindo-se.

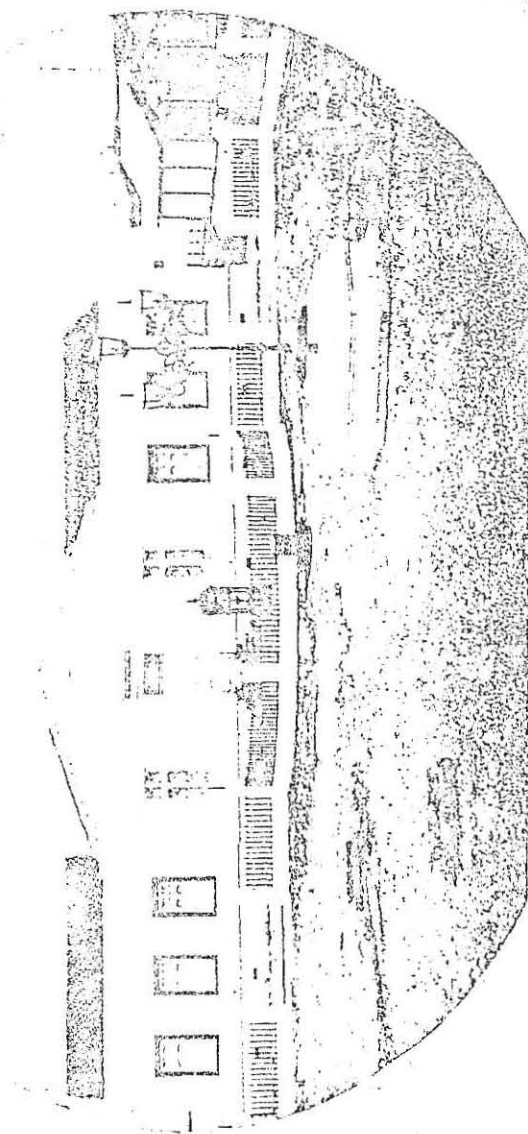
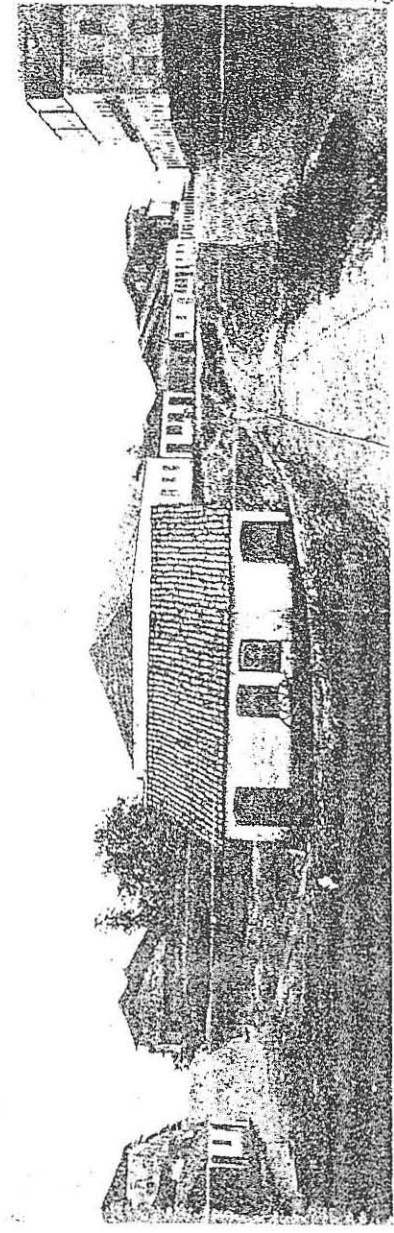
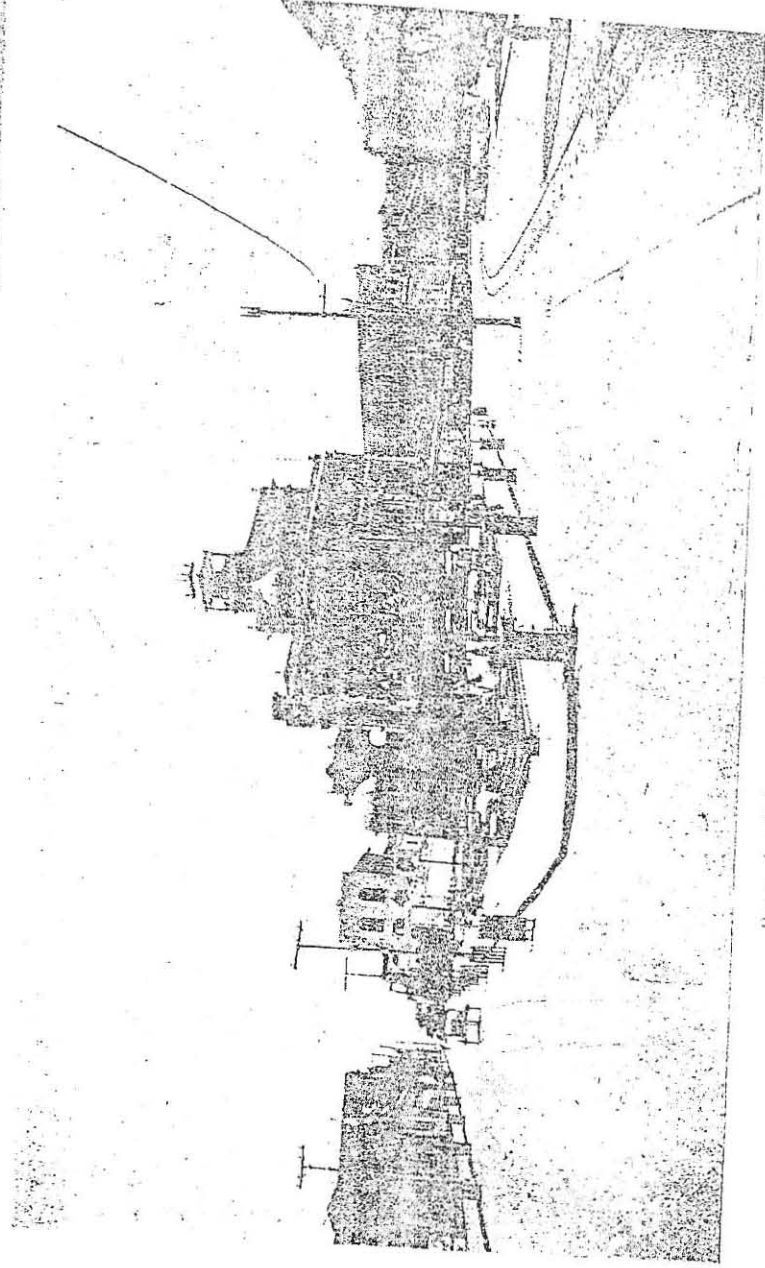
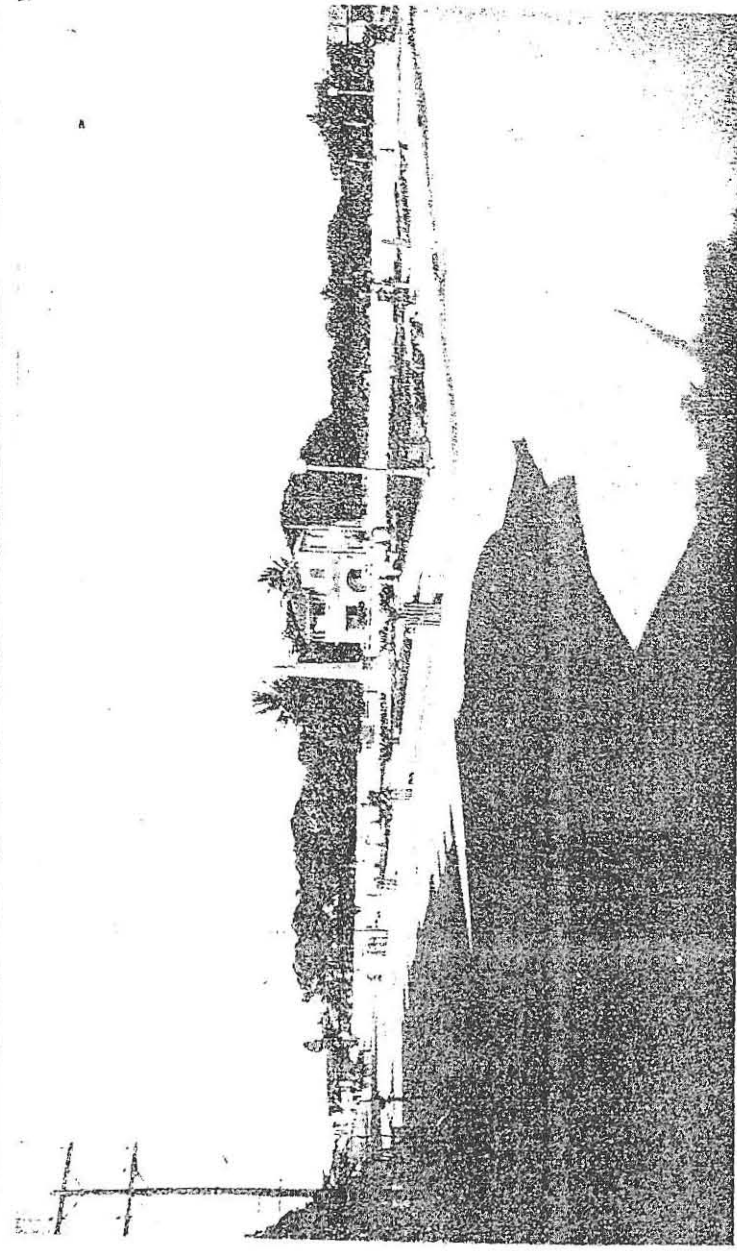
Foi o que se deu em Maceió. A partir de 90 o surto progressista acentua-se numa curva ascendente. Desdobram-se os orçamentos; as finanças, com renda própria os governos municipais, oferecem à cidade possibilidades de progresso. A vida amplia-se em todos os seus limites convencionais; a população goza novo ambiente fisiográfico para desenvolver-se.

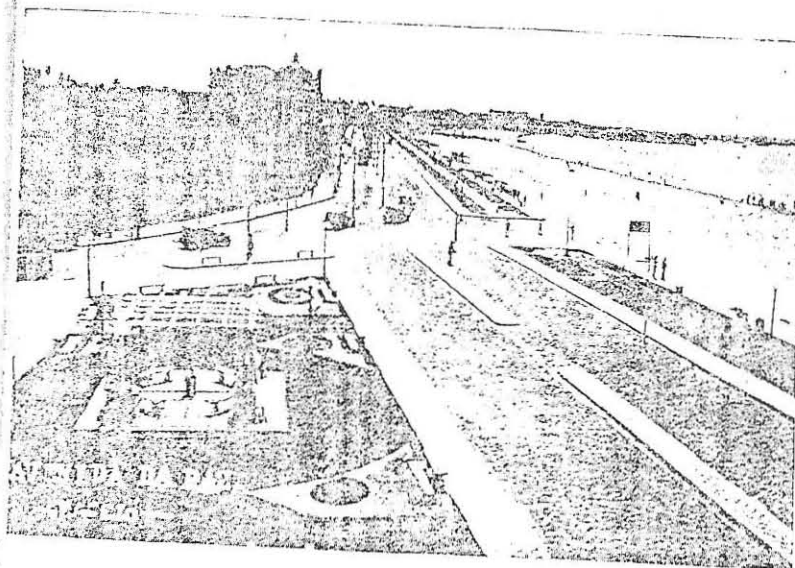
Em Maceió, já em 1911 a receita orçamentária atinge 402:778$400, enquanto a despesa é de 398:655$900. Entre 1911 e 1917 a receita arrecadada não se firma num índice de ascensão; mantém-se oscilante. Num ano sobe, noutro baixa. A partir de 1917 é que começam a subir os números das rubricas orçamentárias. De 270:560$900, neste ano, ascende a 344:033$500 no ano seguinte; e assim se vai pouco a pouco ampliando. Em 1925 passa a casa dos mil contos: é de ..... 1.201:878$300 a receita arrecadada. Em 1936, onze anos depois, acrescenta mil contos a êstes números: atinge .... 2.261:235$000 (*).

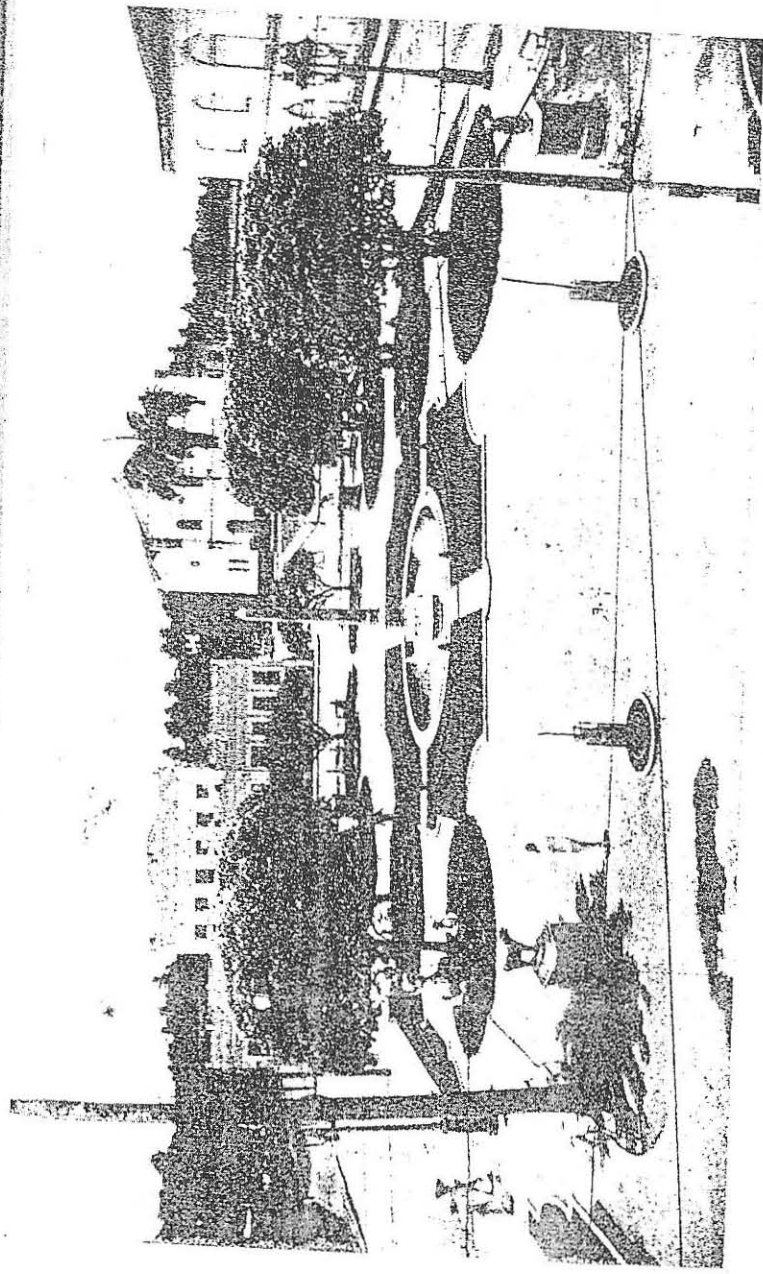
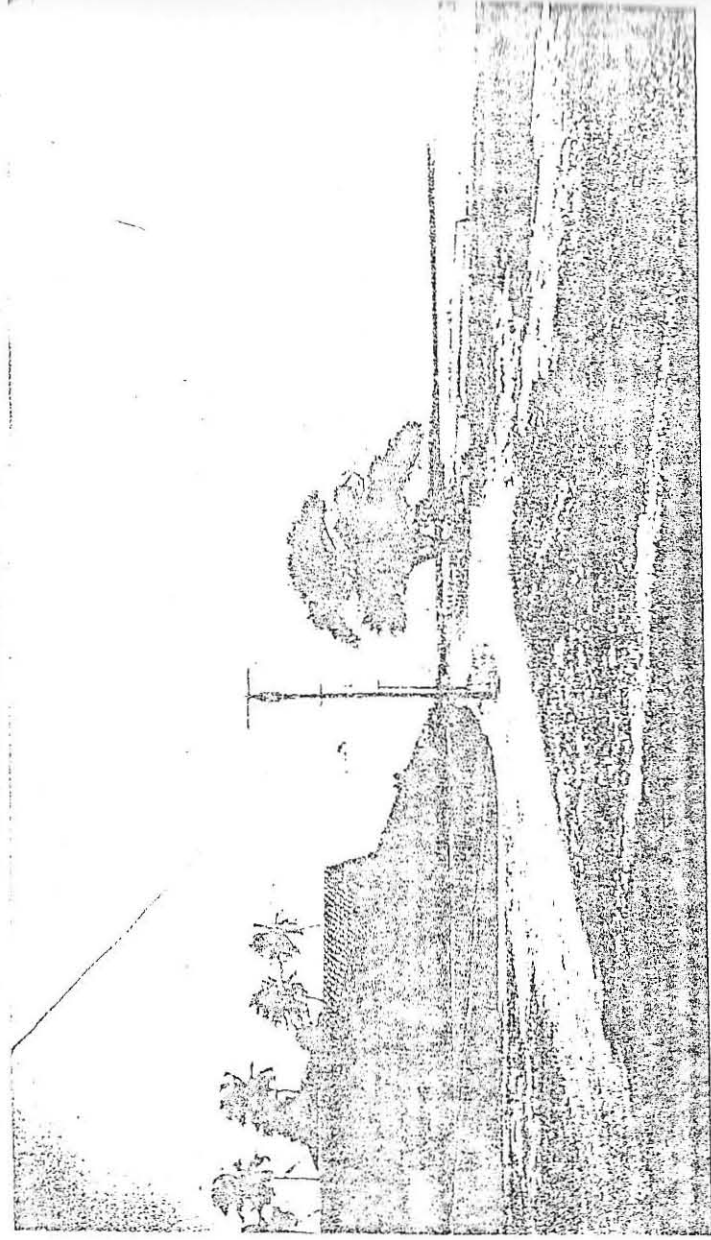
Começam os trabalhos e realizações. Era preciso construir a cidade. Maceió cresceu desordenadamente, sem ritmo, sem método, sem estilo. A planta de Póvoas, de 1820, pretendia dar um plano de urbanização, mas êste não foi cumprido. Assim a cidade manteve sempre o seu aspecto defeituoso. Realmente a capital alagoana que o Império legara à República vinha já com os seus defeitos característicos da época colonial. Defeitos para aquêles que queriam tudo renovar e modernizar; era preciso acabar com as biqueiras, com as janelas de xadrez, com as casas de taipa. Surgem assim novas edificações.

Pouco era, porém, o que em Maceió ficara do período colonial. Surgida nos fins do século XVIII para princípios do XIX, Maceió não chegou a conhecer de verdade a vida colonial. Sua existência mesma começa com o Império. De modo

(*) Para 1939 a receita foi orçada em 3.618:000$000.

Praça Sinimbú

Casa de pescador

Aspecto em 1869 do local onde está hoje a praça dos Palmares. Ao lado, sobrado do Barão de Jaraguá, que foi Palácio do Govêrno durante muitos anos.

Praça dos Palmares, vendo-se o Bela Vista Palácio Hotel

Praça recentemente construída no Farol

Rua 2 de Dezembro

Avenida da Paz

Praça General Lavenère

Praia de Pajussara — Avenida Dr. Antônio Gouveia.

que o grosso das construções encontradas pela República tinham as linhas características das edificações do Segundo Reinado. O gôsto pelo azulejo nas fachadas; os enfeites no alto das casas — as pinhas, as figuras mitológicas, os abacaxís; as casas imprensadas umas nas outras, quasi sem ar, sem ventilação, contrastando com aquelas casas largas e cheias de janelas do tempo da colônia: eis aí alguns dos traços mais evidentes nos tipos de construção em Maceió.

Assim, muito teriam que fazer, como tiveram, as administrações municipais inauguradas com a República. O necessário era fazer a cidade; urbanizá-la como que para lhe tirar os ares passadistas que tinha. Abrem-se e alargam-se ruas; constroem-se praças. O alinhamento é uma coisa necessária, e embora já a êle se referissem jornais dos meados do século XIX (o **Diário das Alagoas**, por exemplo), o certo é que nunca foi cumprido. Os intendentes, depois denominados prefeitos, procuram endireitar as velhas ruas da cidade; ruas cheirando a peixe frito, a tapioca, a arroz-doce, vendidos nas esquinas, em taboleiros enfeitados com papel de séda cortado em desenhos ou figurinhas de variadas côres — verde, amarelo, vermelho, azul; ruas cheias de negras trajando vistosos chales e turbantes de côres fortes na cabeça; essas ruas transformam-se e modificam-se.

Em 1927 o prefeito Moreira Lima põe em linha reta a velha rua do Açougue, já denominada 1.° de Março; é um reboliço na vida urbana. Ninguém pensaria naquilo; derrubam-se os velhos quarteirões de taipa para em seu lugar se construírem casas modernas, com vitrinas iluminadas. Já não há mais cheiro de peixe frito; mas ainda há taboleiros com rolete e, nas épocas de festa, farinha de milho em cestinhas de papel, enfeitadas e coloridas. Como aconteceu com a rua do Açougue, outras ruas também entram em alinhamento.

Os bairros e arrabaldes agitam-se na renovação. São os mesmos, aliás, dos tempos imperiais; Jaraguá, Poço, Farol, Trapiche da Barra, Levada, Bebedouro. Em cada um, porém, aparece sempre um sinal de atividade: ruas novas, palacetes que se constroem, casas que se edificam, praças que aparecem, tendo nas extremidades estátuas de animais, de homens lutando com bichos; não faltam também a essas praças as figuras do Olimpo; os deuses mitológicos enchem-nas, e ainda depois de 1930 um prefeito municipal, querendo trabalhar, ressuscitou uma porção de velhos deuses que descansavam nas sucatas da Prefeitura para colocá-los numa praça que procurou renovar: a que tem o nome ilustre de Sinimbú.

Na Pajussara, o melão de São Caetano, natural de uma zona de praia, cede terreno para dar lugar às casas residen-

cial. Em Bebedouro, que foi, em certa época, nos princípios do século, o bairro elegante — pelas festas de Natal animadas pelo major Bonifácio, pela seleção social dos moradores — em Bebedouro sucedem-se as construções, tão apressadamente que em pouco tempo se esgotam (é hoje um dos arrabades onde menos se constrói, e vive quasi abandonado). O mundo chique converge para êsse bairro, enchendo-o de edificações. No Farol aparecem ruas novas e casas se edificam; depois de 1930 ativam-se os calçamentos, os alinhamentos e aberturas de ruas, as construções, nesse bairro, que se torna o reduto do granfinismo da cidade (*).

No Poço, nas Mangabeiras, não ha grandes renovações; são ainda o local dos sitios, das casas solarengas, das grandes famílias. Em compensação surge um arrabalde novo: a Ponta da Terra, para onde vai se chegando a mocambaria dos pescadores, expelida da Pajussara pelas novas construções, pelas ruas que se enchem de gente fina. Da Pajussara se pode dizer que a partir dos princípios do século se transformou no arrabalde dos banhos de mar. A princípio as casas se faziam em caráter provisório, para a família passar a temporada de banho; depois o clima agradável prendia-a, e aí se ia fixando. Assim as casas de pescadores foram carregadas para a Ponta da Terra. Já hoje as construções chiques, neste arrabalde, surgem com mais animação, completando a Pajussara já cheia de ruas e casas.

As praças surgem também neste período, com mais importância; o contacto com a rua não é privativo dos moleques, dos negros, dos vagabundos, das mulheres perdidas. As famílias já procuram as ruas, já vão às praças, já assistem a festejos públicos. À democracia política que a República trouxe, alia-se a democracia social; a aproximação entre as classes sociais, um como que nivelamento. E' a época em que começa o hábito das cadeiras nas calçadas, símbolo do contacto mais íntimo da família com a rua: os homens vestidos de pijama, espichados em cadeiras preguiçosas, as senhoras de chinelos sem meias, recostadas em cômodas cadeiras de balanço, as crianças sentadas na beira da calçada ou brincando de roda, de calçadinha de ouro, de cabra-cega. A rua vai mudando a fisionomia, perdendo aquele ar de coisa feia com que ainda nos dias do período imperial era tratada pelas famílias. Com essa aproximação com a rua, a frequência à praça — uma oportunidade de contacto coletivo para amostra de vestidos, de cha-

(*) A partir de outubro de 1930 o município teve os seguintes prefeitos: Baltazar Mendonça, Orlando Araújo, Alfredo Oiticica, Edgar de Góis Monteiro, Alvaro Guedes Nogueira e Eustáquio Gomes de Melo (atual).

péus, de sapatos, tão ainda ao gôsto da cidade — torna-se mais assídua.

Contribuem para isso as retretas. Frequentadas a princípio por gente da melhor sociedade, com as modificações sociais dos últimos tempos foram recebendo também as pessoas mais simples, as classes sociais menos remediadas, a gente do povo, enfim. Essa inundação se fêz sentir tão forte, e quasi instantaneamente, que repeliu as classes abastadas, principalmente aquelas que ostentam brasões tradicionais ou sangue de origens ilustres. O colorido das retretas da praça dos Martírios, da praça das Graças, da praça D. Rosa, mostra isso mais eloquentemente.

O que também concorria para essa aproximação com a rua eram as festas de igreja. Sempre as houve em Maceió, e das boas, no sentido do interêsse público, da elevada concorrência às noitadas realizadas. Festas onde havia um mixto de religioso e de profano: orações, bênçãos, novenas no interior do templo; carrosséis, bancas de roleta, quermesses, leilões, bazares de prendas no páteo ou na praça fronteira. Célebres foram as festas dos Martírios, tradicionais as de São Benedito, animadas as de Nossa Senhora das Graças, pitorescas — pelo aspecto novo da procissão no mar — as de Bom Jesús dos Navegantes, em Pajussara.

Animadas eram também as festas do Mês de Maio, em Bebedouro. Pouco antes da instauração do regime republicano e nos anos que se seguiram o Mês de Maio de Bebedouro era um acontecimento que abalava as páginas dos jornais. No dia 31 de maio, segundo informa o Diário das Alagoas, havia missa pela manhã e procissão à tarde, percorrendo as principais ruas do arrabalde. E o jornal fazia um apêlo aos moradores para que varressem as calçadas e ruas por onde teria de passar o cortejo religioso.

Festa também de arrabalde, mas que atraía a presença da cidade tôda, era a de Bom Jesús dos Navegantes, em Jaraguá e Pajussara. Havia procissão no mar, com barcos enfeitados de bandeiras levando gente de tôdas as classes sociais. Só mesmo quem enjoava ficava em terra; a população metia-se tôda em botes e rebocadores acompanhando a procissão. E no meio do mar aquela policromia de trajes dava um colorido novo e pitoresco à procissão.

Das festas de igreja eram, como são ainda em nossos dias, as procissões as que mais atraíam o público. A policromia dos vestuários oferecia uma paisagem rica de vivacidade a todos êsses atos religiosos; a todos, não, menos às procissões de Senhor Morto. Estas, na sexta-feira da Paixão, enlutavam a cidade. Os homens iam de casaca ou de fraque, ou então nas

suas melhores roupas de casimira preta; as senhoras trajavam toilettes negras, mangas compridas e sem decotes; até os meninos, de calças curtas ainda, não quebravam a dignidade dos trajes pesados de casimira escura. Não havia, como nas outras, a variedade do colorido. O domínio do preto era absoluto.

Só nos últimos anos é que diminuiu um bocado êsse hábito. Já senhores e senhoras comparecem mais à vontade, usando roupas menos pesadas, salvo os altos comerciantes e autoridades que carregam as varas do pálio; êstes se mantêm alí no duro, na casaca.

Nesta procissão de Senhor Morto, como na de Corpus Christi, ainda hoje costuma o povo estender nas janelas os seus tapetes mais bonitos, acender suas velas em castiçais de prata ou de vidro, colocar palmeiras nas portas, e espalhar fôlhas de pitangueira ou de canela pelas ruas. Às vezes pétalas de rosa também. Tudo isso enche a cidade de um colorido encantador; de um perfume cheio de pitoresco, que faz lembrar os velhos costumes de outrora.

Eram, porém, as festas de Natal que constituíam a diversão máxima da sociedade maceioense. Festejos animados como ainda hoje o são, nunca perderam o seu traço popular. No Poço, em Bebedouro, como hoje no Farol ou na Levada, as festas, mais profanas do que religiosas, passam o Natal e atravessam o Ano-Novo. Terminam quasi sempre no dia de Reis ou no domingo que lhe fica mais próximo; geralmente começam também no domingo que antecede a véspera de Natal.

Quando não se deixavam levar para as temporadas de Natal em Taperaguá ou na margem das lagoas, os habitantes de Maceió prendiam-se às comemorações natalinas pelos arrabaldes; no Poço e em Bebedouro, que sempre tiveram, como ainda têm, um ambiente meio rural: sítios, vivendas largas, casas-grandes cheias de encanto, fruteiras fartas, vida ao ar livre a grande.

O sábio J. P. Pôrto-Carrero, quando estudante, passou um Natal (1902) em Maceió, e em crônica que escreveu para o Guttenberg (20 de novembro de 1908) pôde dizer: "O dia da minha chegada coincidio com a vespera do Natal. No pateo do Poço, muito semelhante á rua unica de algumas cidades do interior, assisti á missa campal, ouvida com alegria e devoção por uma gente simples a quem logo quiz muito bem". E de Bebedouro, onde passou o Ano-Bom, lembrava-se Pôrto-Carrero: "Quanta recordação do banho delicioso no rio, das mangabas saboreadas pela manhã na rudeza daquella vida de matto que me fazia abominar os passeios pela cidade!"

Pelo Natal dansava-se o côco. Não era esta dansa popular relegada, como hoje, às salas modestas; aparecia nos melhores salões da cidade. E' ainda a Pôrto-Carrero que vamos pedir o depoimento; depoimento de quem dansou um côco em casa do major Bonifácio, em Bebedouro, para, com "a feitiçaria daquella dança meio-selvagem", sair de coração magoado: "Foi alli no Bebedouro que travei conhecimento com o celebrado "côco" de Alagoas, que sem duvida é nosso de Pernambuco, tambem, porém que alli se dança com mais fervor; direi mesmo como algum rito de religião tradicionalmente venerado. Foi alli no alto na residencia do sr. Bonifacio Silveira, toda illuminada a giorno na frontaria e nos oitões".

Ainda nas duas primeiras décadas do século atual dansava-se côco nos salões de Maceió; depois a dansa típica de Alagoas foi deixando o ambiente familiar, substituído pelo rag-time, pelo maxixe, pelo tango, para ir abrigar-se nas casas modestas. Já o major Bonifácio era o animador do Natal de Bebedouro, Natal que se tornou uma tradição na vida da cidade, de modo a transformar aquele arrabalde no ponto chique da temporada de dezembro. Já não iam mais os maceioenses para Taperaguá: iam para Bebedouro. Foi assim até pouco depois de 1930, quando, quasi instantaneamente, desaparece o Natal do major Bonifácio.

Não menos festejado pelos maceioenses era o carnaval. O zé-pereira da Fênix Alagoana, fundada em 1886, os brinquedos da rua — corso, combates de serpentinas e de confetti, saída de mascarados, — os bailes foram pouco a pouco evoluindo e quasi desaparecendo o brilho de antes. Desaparecer mesmo desapareceu o zé-pereira. Entre 1900 e 1920, mais ou menos, na noite do sábado gordo o acontecimento máximo do carnaval maceioense era o zé-pereira. Muitos rapazes e homens-de-letras dos nossos dias e senhoras respeitáveis de hoje saíam nos carros triunfais, simbolizando a Vitória, a Glória, o Saber, ou então figuras mitológicas — Venus, Netuno, etc. Em 1907 registrava o Diário das Alagoas na sua secção de carnaval: "A Phenix, a imperterrita e fulgurante Phenix, de gloriosas tradições, resurge victoriosa hoje, á tarde com o seu estupendo Zé Pereira que o povo de nossa terra sempre applaudiu e enalteceu em a noite de sabbado".

Depois, nos últimos dez anos, desapareceu o zé-pereira; ficaram os bailes, os tradicionais bailes da Fênix; e nas ruas o passo vai tomando lugar para fazer desaparecer os mascarados, os combates de laranjinhas ou de serpentinas, as retretas que antes havia, as quais eram pacientemente ouvidas pelas melhores famílias, sentadas nas calçadas, como narra um jornal da época. Desapareceu também o entrudo, já nos meados do século passado, combatido pelos jornais; só não desapareceu a animação do povo de Maceió.

O teatro constituía um ponto de atrativo para os maceioenses. Um índice dêsse interêsse pelas representações era o número de sociedades dramáticas existentes. Em 1890 havia nada menos de quatro: Sociedade Dramática Maceioense, Sociedade Dramática Panteon Alagoano, Sociedade Dramática Recreio Familiar e Sociedade Dramática Talma. Podemos recordar os nomes de seus presidentes então: eram êles, na ordem de referência, Miguel de Araújo Morais Cahet, Manuel Augusto de Castro Acioli, Adolfo Alencar Guimarães e comendador Tibúrcio Valeriano de Araújo. Grande era o número de admiradores que formavam essas sociedades.

Outro aspecto interessante do teatro em Maceió: o teatro de amadores. Foi essa uma iniciativa que teve êxito na cidade. Teatro animado por estudantes de direito, rapazes de bigode e chapéu de côco, que apreciavam os seus dramas, as suas declamações no palco para o povo; teatro aplaudido pelas mocinhas apaixonadas pelos jovens atores. Muita gente de relêvo na política, nas letras, na indústria, no comércio de hoje, em Maceió, foi figura de destaque no teatro de amadores.

E ainda em nossos dias a tentativa do teatro de amadores prossegue com o Grêmio Lítero-Dramático Guimarães Passos, cujos espetáculos se assinalam sempre com bom êxito. Rapazes e moças fazem os papéis principais de dramas chorosos, apaixonados, tão a gôsto do público.

De entre 1890 e 1900 data o aparecimento do cinema em Maceió; do cinema, propriamente, não, o que só se iria dar em 1908, mas de experiências de filmes, de tentativas entusiásticas, de manifestações que seriam a fase primitiva da nova arte. Veríssimo Mendes Pereira — deve-se-lhe lembrar o nome — fêz a primeira experiência de cinema em Maceió com um aparelho Edison, a luz oxietérica; essa experiência foi feita no velho casarão da praça Floriano Peixoto onde funcionou o Telégrafo Nacional e que é hoje um colégio. Depois a máquina foi levada para o Teatro Maceioense (onde está hoje o Delícia) e aí se exibiu o primeiro programa com os filmes Vendedor de melancias e Beijos de Salo.

Só em 1908, porém, é que o cinema se firmou, com a fundação do Teatro-Cinema Delícia, dotado de um aparelho Pathé e funcionando no prédio onde fôra o Teatro Maceioense, na atual rua João Pessoa, onde ainda hoje está. Apareceu depois o Cinema Helvética, no primeiro andar do prédio à rua do Comércio onde hoje se encontra a firma Mario Guimarães & Cia.; de 1913 data o Cine-Teatro Floriano, atualmente com o nome de Capitólio. Desenvolve-se assim o cinema em Maceió; os nomes dos astros da época — de Francesca Bertini, Valdemar Psilander, Pina Minichelli, Max Linder, Bella Hesperia — estão

na bôca de todos. As mocinhas e as crianças faziam coleções de retratos de artistas; havia marcas de cigarros que traziam, nas respectivas carteiras, uma figura cinematográfica. Os filmes em séries são assistidos com interêsse e amplamente comentados.

Outros cinemas existiram ainda: o Odeon, fundado em 1915; o Moderno, inaugurado em 1919; o Capitólio, que começou a funcionar em 1927, passando depois a substituir o Floriano. Com a guerra de 1914-18 o progresso do cinema americano introduz em Maceió os filmes da Passarinho Azul e Fox Film (1917), e depois os da Paramount. Os artistas vêm agora com nomes americanos: Wallace Reid, George Walsh, Pearl White, Dorothy Dalton, Teda Bara, Eddie Polo.

Em 1929 o Floriano lançou o sucesso do cinema sonoro em Maceió, exibindo o filme Broadway Melody, com Charles King, Anita Page e Bessie Love. Atualmente todos os cinemas de Maceió — o Capitólio, o Delícia e o Roial, no centro da cidade, o Ideal, na Levada, o Avenida, no Poço, e o Glória, na Pajussara — possuem aparelhos sonoros.

O cinema falado, porém, não era surpresa; em Maceió aparecera a grande novidade em 1912: o cinema falante. No Teatro Maceioense, centro de glórias teatrais e artísticas na vida da cidade, se exibiu durante vários dias, "depois de uma estadia triumphal na Capital da Republica", a companhia de que Agostinho Gouveia era diretor musical. Tratava-se do maior sucesso cinematográfico do Brasil, e um jornal de então assim se referia: "Tanto o apparelho cinematographico, que é dos melhores, como o repertorio theatral que dispensa quaesquer elogios, são titulos da melhor recommendação para a Empresa". No seu repertório a peça mais apreciada era Sonho de Valsa, de Strauss, posada, cantada e declamada.

Aliás, esta época — aí entre 1910 e 1915 — foi um período de atividade em Maceió. O aumento dos orçamentos municipais é um índice disso; outro, é o surto progressista através de construções de edifícios públicos, de fundação de clubes esportivos, de festas familiares, de associações culturais.

Antes de tudo, foi um período de agitação política: queda da oligarquia Malta, assassinato de Bráulio Cavalcanti, eleição do coronel Clodoaldo. Agitação política; agitação social. As duas correntes — republicana e democrata — vencedora embora a última, continuavam a se digladiar pelos jornais. Descomposturas de todo tamanho. O Jornal de Alagoas, com suas enormes quatro páginas, de sete colunas, era pequeno para conter toda a série de achincalhes ao dr. Euclides e sua gente. Abria colunas para noticiar os xangôs e os candomblés em que — dizia-se — era persona grata o então govenador. No meio de papéis de orações, de panos com símbolos desenhados, de

Ogum, do Ifá, de Oxóssi, Exú, Zampanham, eram encontrados retratos do cel. Clodoaldo, do dr. Fernandes Lima, dos chefes democratas. E o dr. Euclides era acusado de fazer o "servicinho". A Tribuna, órgão maltista, de seu lado dizia cobras e lagartos da gente democrata.

Mas a política não matava a vida social, nem as letras. Aliás era até motivo para os sonetos de d. Rosália Sandoval à memória de Bráulio Cavalcanti ou sôbre a vitória do dr. Fernandes Lima, nos quais se exaltava a pátria estremecida e havia os mais fortes adjetivos para os heróis do dia. Apareciam também sonetos de Cipriano Jucá, poemas de Barreto Cardoso, baladas de Lima Júnior; poesias de declaração de amor, que cantavam as moças da época, em frases amorosas, comparando-as às deusas e às flores, encantando-se o poeta com os seus pezinhos e querendo enlaçar-se nos longos cabelos que faziam coque no alto da cabeça. Os cabelos compridos e bem armados na cabeça eram motivo de inspiração; não havia ainda o demi-garçonne.

A vida social era ativa; havia festas de arte, saraus familiares, com números de música e farta mesa de doces — sequilhos, bolos de goma, cremes, além dos refrescos de maracujá, vinho de jenipapo, licor de cacau. Os festivais sucediam-se. Nos programas de música a moda era cantar os autores italianos: Denza, com a Giulia, Tito Matei, com Non torno, eram números constantes. Nos conjuntos musicais se faziam ouvir d. Edite Camerino, no piano, dr. Manuel Lopes, com seu violino, prof. João Ulisses, na flauta, Narciso Maia, no saxofone, e ainda Hipólito Paurílio, Júlio Lopes, etc. Nelson Jucá era o homem do dia. Cantava, e com certeza a sua voz era atrativo para as moças do seu tempo. Numa festa em casa do dr. Gomide, fins de setembro de 1912, Nélson Jucá encerrou o programa cantando Ideal, de Catulo Cearense. Um sucesso; muito aplaudido, disseram os jornais.

Aparece em 1912 o Clube de Regatas Brasil, destinado a finalidades esportivas. Existia, na época, o Clube Alagoano de Regatas; êste, no entanto, realizava menos festas esportivas que festivais de arte em seu benefício. Nos jornais do tempo não havia nenhuma notícia de esporte. E quando o Clube de Regatas Brasil nasceu, o Jornal de Alagoas, noticiando a sua fundação, dizia ao concluir a notícia: "Que venham os sports!"

Efetivamente é o que parece que houve. O Brasil, como os jornais o chamavam, foi recebido pela imprensa com entusiasmo. Ao ser eleita a sua diretoria, o Jornal noticiava: "Que a directoria do Brasil não regateie esforços para levar por diante tão util agremiação, são os nossos votos".

O voto foi ouvido. Os esportes vieram. O Brasil trouxe nova vida ao meio maceioense. Deu impulso aos esportes com uma feição nova. Logo depois, em 1913, surge o Centro Esportivo Alagoano, ainda hoje um dos líderes do esporte bretão em Maceió; vão aparecendo depois outros clubes — o Eleven Nacional F. C., o Ipiranga F. C., o Santa Cruz F. C., o Brasil F. C. — e as disputas pebolísticas tornam-se importantes.

O desenvolvimento social da cidade reflete-se também na vida das associações culturais. Grêmios de intelectuais, jornais literários, surgem a cada passo. Funda-se em 1919 a Academia Alagoana de Letras, para cujas quarenta cadeiras reuniu o escol intelectual do Estado; desenvolvem-se as atividades do Instituto Histórico de Alagoas; aparece a Academia dos Dez Unidos, interessante agrupamento de rapazes dedicados às letras, cuja vida rápida deixou traços apreciáveis na existência cultural do Estado. Em 1927 é fundado o Grêmio Literário Guimarães Passos, formado de moços que estudavam o curso ginasial; de pouco antes era o Cenáculo Alagoano de Letras, também de rapazes estudiosos; um e outro viviam sob a influência da Academia Alagoana de Letras, quer na formação de seus estatutos, quer nas festas que peromoviam. Ambos desapareceram nas imediações de 1930, ou talvez um pouco depois.

Outros aspectos do desenvolvimento cultural de Maceió podemos apresentar através de exposições artísticas, festas lítero-musicais, museus, vesperais. Duas iniciativas infelizmente não lograram ampliar-se: o Instituto Rosalvo Ribeiro, destinado ao ensino das belas-artes e fundado pelo pintor Lourenço Peixoto, e a Liga Contra o Empréstimo de Livros. O primeiro realizou diversas exposições e festas de arte, promoveu uma exposição de arte moderna e patrocinou a fundação da revista Maracanã. Viveu alguns anos, e todos os esforços de seu fundador para mantê-lo foram inúteis; não conseguiu o apôio oficial ou particular para a sua instituição, que teve de morrer, assim, quasi à míngua.

A Liga Contra o Empréstimo do Livros, organização de feitio moderno, devida a Valdemar Cavalcanti, Alberto Passos Guimarães e Moacir Pereira, realizou apenas uma festa artística — uma conferência sôbre música moderna, ilustrada com números de piano, canto e violino, uma exposição do pintor Santa Rosa — e uma feira de livros. Depois desapareceu instantaneamente.

Outra iniciativa também fracassada: a da radio-difusão local. A tentativa para um Rádio Clube de Alagoas, vinda desde 1922, graças a um grupo de homens de inteligência, procurou corporificar-se em 1936 para 1937. Chegou a realizar irradiações. Nem o auxílio oficial, nem o particular, vieram

sustentar a idéia; e esta desapareceu depois de uma atividade quasi heróica, de verdadeiros sacrifícios.

O que, afinal de contas, pegou em Maceió, foi a Biblioteca Pública Municipal, inaugurada a 13 de maio de 1938, sob a direção do escritor Aurélio Buarque de Holanda, como parte do Departamento de Estatística e Publicidade, hoje Departamento Municipal de Estatística, então também inaugurado. Pegou porque foi iniciativa do govêrno da cidade e também porque não lhe faltou, nas primeiras horas, o entusiasmo do seu diretor e organizador, cujas atividades junto a amigos, a livrarias e a editoras conseguiram dar às estantes da Biblioteca cêrca de quatro mil volumes em menos de um ano.

O que não cessou em Maceió, em todos os seus períodos de vida, já além dos cem anos, foi o gôsto pelas conferências, conferências às vezes com nomes brabos, outras vezes sôbre temas complicadíssimos. Festas lítero-musicais também são motivos de atração social — as vesperais do Instituto Histórico, em 1931, por exemplo, em que Guedes Lins, Aurino Maciel, Lima Júnior, Paulino Santiago, Orlando Araújo, Guedes de Miranda liam trabalhos literários. Ou então as da Federação Alagoana pelo Progresso Feminino. Não raro aparecem conferências promovidas por instituições culturais; e o público ouve, horas seguidas, oradores que dissertam sôbre assuntos ricos de encanto e de pitoresco: A luta contra o álcool, A odontologia e a educação moderna, ou, ainda, sôbre Dinamismo — Vibração — Fôrça isocronizada no Universo — Suas relações com o Vernáculo.

O desenvolvimento que teve a instrução pública de Maceió, a partir de 89, foi grande; reformas radicais ampliam o aparelhamento educacional, e a realização progressista a que se entregou o ensino está ligada, nesta fase, a dois nomes que marcaram indelèvelmente a pedagogia alagoana: o dr. Alfredo de Araújo Rêgo e o dr. Manuel Baltazar Pereira Diegues Júnior. Outros que lhes sucederam na direção da Instrução Pública, mesmo reformando, não puderam modificar os rumos traçados; o próprio ensino encarregou-se de seguir naturalmente a diretriz aberta pelos dois pedagogos.

Ao segundo dos nomes referidos coube organizar, com a reunião de escolas de diversos graus, o primeiro grupo escolar de Maceió e do Estado — o de Pajussara — que, em 1918, oficialmente amparado pelo Govêrno, recebeu o nome do seu fundador.

Ao nome do dr. Alfredo Rêgo está ligada também a reforma da higiene da cidade. À sua ação deve-se o início da obra de saneamento e higienização de Maceió; obra inicial para os

melhoramentos que se seguiram neste campo de serviço público.

Também não menor foi o desenvolvimento dos serviços de assistência social. O Hospital de São Vicente, fundado nos meados do século XIX, amplia as suas instalações com a construção do Pavilhão de Cirurgia Domingos Leite e da Maternidade Sampaio Marques. Surgem, por outro lado, instituições de caráter social devidas à iniciativa particular: o Asilo do Bom Pastor, por exemplo, o Orfanato São Domingos, a Casa do Pobre. O Orfanato São Domingos veio completar a obra de educação dos menos dotados da sorte, no sexo masculino, pois que já existia um orfanato para os do sexo feminino — o Asilo do Bom Conselho, em Bebedouro.

Em 1925 surge o Instituto de Assistência e Proteção à Infância, cujas atividades se vão alargando pelos diversos arrabaldes. Além do seu pavilhão central na cidade, tem pavilhões em Bebedouro, Pajussara, Trapiche da Barra e Farol. Depois é a época das casas de saúde; aparecem, e datam dos últimos cinco anos, a Casa de Saúde e Maternidade Lessa de Azevedo e o Instituto Neves Pinto.

De modo que o desenvolvimento demográfico é acompanhado, sem desfalecimento, por uma obra apreciável de assistência social, cujos resultados já se fazem sentir. Rematando êste capítulo: há, em 1939, a instalação do Serviço de Pronto Socorro, cuja falta numa capital de mais de cem mil habitantes era vivamente sentida. Pode-se dizer que, depois de 1930, é a obra mais significativa a registrar-se em Maceió.

Todo êsse incremento de trabalho, que vem de 1910, ou mesmo de antes, como que tinha por fim ativar, num desdobramento de esforços para recuperação do tempo perdido, o desenvolvimento da cidade. Começam a aparecer os edifícios públicos, embora ainda hoje em número insuficiente; aumenta a edificação particular; as ruas tomam nova feição. A fisionomia da cidade modifica-se para melhor, mantido, entretanto, o caráter de sua formação geográfica, através dos três planos que assinalam a distribuição urbana, e sem se alterar o aspecto de sua origem, como estrada que foi, caminho ligando os engenhos do Norte ao pôrto do Francês, nas Alagoas, aproximando do mar os canaviais do Vale do Mundaú.

Nas administrações Euclides Malta constroem-se o Teatro Deodoro (1910), (*) o Palácio do Govêrno (1903), a Prefeitura Municipal (1910). Ainda aí, porém, é pequeno o número

(*) Em 1938 o Teatro Deodoro, que era mantido pelo Estado, passou para a municipalidade.

do construções particulares, cujo progresso só vem a se acentuar
a partir de 1925. Aliás, o grande surto de construções parti-
culares é entre 1931 e 1934; é quando se alarga a zona resi-
dencial do Farol, através da avenida Fernandes Lima e de ou-
tras ruas que se abrem, então; desenvolvimento febril a ponto
de quasi unir, pelo tabuleiro do Farol, êsse bairro ao de Bebe-
douro, tal o progresso que as construções tiveram naquela zona.

A êsse desenvolvimento nem sempre corresponde o servi-
ço de transportes urbanos. Ainda hoje, salvo ligeiras modifi-
cações ou pequenos acréscimos, os bondes fazem o mesmo iti-
nerário do dia da inauguração do serviço. No arrabalde do Fa-
rol foram substituídos a volta da praça Jonas Montenegro e o
ponto terminal da avenida Moreira e Silva por uma reta da
avenida Tomaz Espíndola até à entrada da avenida Fernandes
Lima; nos últimos anos acrescentaram mais 700 metros de li-
nha nesta avenida. Na Pajussara foi acrescentado o trecho até
a Ponta da Terra; e na Levada mudaram também a direção,
tirando de uma rua para ir alcançar a Ponta Grossa.

A princípio era a Catú — Companhia Alagoana de Trilhos
Urbanos — dirigida por gente da terra. Por isso dizia-se que não
prestava. Só os "ingleses" poderiam endireitar. Depois passou
a ter o nome de Companhia Fôrça e Luz Nordeste do Brasil,
adquirida que foi pela mesma firma estrangeira possuidora da
Light no Rio, da Tramways em Pernambuco, das emprêsas de
outros Estados. Nem num período, nem noutro, o serviço de
bondes tem concorrido para o progresso da cidade. Os seus
trilhos só chegam quando as ruas já estão povoadas; não faci-
litam a expansão urbana.

O que não deu sorte em Maceió foram os ônibus. O povo
chamava-lhes sopas. Faziam o trajeto entre Jaraguá e o centro
urbano, o Farol e a Levada. Não demoraram muito, fracassando
completamente na cidade. Foram aproveitados para o serviço
intermunicipal. Também não há taxis em Maceió, nem nunca
foi tentado o seu uso.

Em outro setor, porém, Maceió se destaca: em telefones.
Foi a primeira cidade a instalar telefone automático no Bra-
sil, logo seguida pelo Recife. Antes já se conhecia o telefone,
cujo serviço era feito pela Emprêsa Telefônica de Alagoas, da
firma Gutierrez & Botelho.

Também para os "ingleses" passou o serviço de luz elé-
trica. Lembra Craveiro Costa, neste livro, que a iluminação
em certas épocas era feita pela lua; isto chegou até tempo
recente. Era o que o público chamava "contrato com a lua",
pois nas noites de luar não havia luz elétrica na cidade. Ainda

hoje a iluminação é deficiente e não corresponde ao progresso
da cidade.

O mesmo se pode dizer da água, problema ainda não re-
solvido, embora exista a Companhia das Águas de Maceió com
os melhores propósitos de dar água à cidade. Contudo os ma-
ceioenses não podem reclamar demais; no Rio a tragédia da
água é tão aflitiva quanto em Maceió.

Depois de 1935 decresceu o número de casas construídas;
é o que acentua o relatório de 1938 do engenheiro da Prefei-
tura, dr. Afonso Lira: "têm diminuído regressivamente as cons-
truções nesta Capital do ano de 1935 até a presente data".
Aponta o ilustre técnico, como causas dêsse decréscimo, a falta
d'água no Farol e a ausência de uma obra de saneamento —
os mosquitos, as febres palustres, a inexistência de fossas, etc.
Contudo se pode ainda apontar, e aí está, possivelmente, a cau-
sa principal, o encarecimento da vida, a diminuição de recursos
econômicos, o decréscimo de possibilidades financeiras.

Há ainda uma causa a lembrar: o desajustamento ecológi-
co, surgindo em Maceió através da violenta destruição das ár-
vores que enchiam as ruas da cidade. Essa derrubada impe-
tuosa e impiedosa — de amplas árvores, verdadeiros abrigos
contra a insolação — abriu a cidade a uma influência mais for-
te do calor do sol. Daí a fuga do elemento humano do Farol à
procura das zonas refrescadas pelo mar ou pelas lagoas, devido
à ventilação mais fácil.

Isto se evidencia pelo próprio relatório do engenheiro da
Prefeitura: "As construções de alvenaria estão diminuindo no
Farol e aumentando sensivelmente na Levada e na Pajussa-
ra..." O centro urbano e o Farol, lugares onde mais se têm
derrubado árvores, vão sofrendo modificação no ambiente fí-
sico, e consequentemente o desequilíbrio ecológico origina essa
fuga à cidade, ou, quando não, a procura das zonas refresca-
das por uma ventilação mais direta.

Daí o fenômeno que poderíamos chamar de invasão das
praias. A procura das zonas marítimas — Pajussara, Avenida
da Paz, principalmente da primeira — tem-se feito sentir inten-
samente nos últimos anos. Mas o que é interessante notar é
que nenhuma delas tem sofrido na sua feição primitiva e ca-
racteristicamente praieira. Os bangalôs, que se alastraram pelo
Farol, na maior parte das vezes deformando a fisionomia na-
tural do arrabalde, não conseguiram vencer na Pajussara, por
exemplo. Aí o que predomina, em tipo de construção, quando
não é o já natural e existente há muitos anos, é a casa ecoló-
gica, correspondendo às necessidades do ambiente. E' certo que
na avenida da Paz houve alguma modificação. Em 1927 foi

construída uma avenida moderna, prolongada em 1933. No meio da avenida foi levantado um palanque para retretas.

Os bangalôs, tão a gôsto das gentes elegantes e modernas, pouco aparecem nas praias. Ficaram mesmo pelo Farol. A fisionomia simples e encantadora da praia, o pitoresco da natureza — até na Pajussara não há avenidas e passeios que impeçam o contacto da água do mar com as jangadas que esperam a hora de saída ou descansam de longas viagens pelo oceano — essa fisionomia não foi deturpada. A invasão das praias não atacou o tipo arquitetônico. Pelo contrário, tem até contribuido para manter o aspecto natural das zonas marítimas.

Foi 1934 um ano próspero em Maceió e no Estado todo; 1934 e 1935, aliás. Depois disso a crise econômica regional — do Nordeste — faz sentir-se fortemente, e ainda hoje Maceió, refletindo o que vai pelo Estado, sofre os efeitos dessa crise.

Contudo a população reage, e as edificações não cessam. Quer as públicas — grupos escolares, Instituto de Educação, Faculdade de Direito, Serviço de Pronto Socorro, Mercado Público, repartições — quer as particulares — casas residenciais, associações recreativas, templos religiosos — as construções surgem nos diversos bairros da cidade. Em 1938, o número de casas erguidas foi de 231, quando em 1935 fôra de 424. Entre os dois anos o movimento teve os seguintes números: 399 casas em 1936, e 361 em 1937.

A cidade em si mesma já está cheia, tem uma boa densidade demográfica. Dois bairros principais — o centro urbano, chamado geralmente Maceió, e Jaraguá — constituem o eixo do comércio; os arrabaldes — Pajussara, Bebedouro, Trapiche da Barra, Levada, Farol — são zonas residenciais. No centro urbano a zona propriamente comercial concentra-se na rua do Comércio, e agora, de uns anos a esta parte, vai-se alastrando pela rua 1.º de Março, hoje avenida Moreira Lima. Fora daí e do Mercado, onde se fixou o comércio mais barato de fazendas, roupas feitas, objetos domésticos, etc., é caso esporádico encontrar-se comércio; não há mesmo.

Em Jaraguá, as ruas comerciais são a da Alfândega, hoje Sá e Albuquerque, e a Barão de Jaraguá, que o povo teima em chamar pelo seu primitivo nome de "rua da Igreja". Neste bairro o comércio mais importante ou quasi único é o de exportação; açúcar, algodão, cereais têm alí suas firmas exportadoras. E' a zona bancária também. Do comércio exportador, principalmente, é que são as casas dessas duas ruas. De armazéns para depósito das mercadorias de importação ou de exportação. O resto do bairro é zona residencial. E qualquer pessoa que precise de um carretel de linha ou de uma fita de sêda, terá de ir à cidade, a Maceió, como dizem todos.

Já nas ruas do Comércio e 1.º de Março o comércio a retalho domina a grande. Não se encontram mais as grandes firmas de vendas em grosso; o constanto são as lojas de miudezas, os pequenos escritórios, as casas de fazendas, os bilhares, os caldos-de-cana. Na rua 1.º de Março apresenta-se um traço mais novo a destacar-se: a influência síria.

A penetração do elemento sírio nessa rua tem-se feito sentir sobretudo no colorido das vitrinas: camisas de esporte, bolas, fazendas, sombrinhas, tudo nas côres mais variadas, dependurado nas portas principais. Os nomes de casas sírias vão-se sucedendo. Nem sempre são sírios puros; são turcos, árabes, russos, judeus. O povo é que os agrupa dentro de uma única denominação. O caráter quasi regional que vai tomando a rua 1.º de Março tem-lhe alterado a fisionomia social, e isso depois que lhe foi alterada a fisionomia urbana com o alargamento realizado na administração Moreira Lima. A invasão síria é natural, porque se conhece o princípio de que, quando um chega, vai chamando os outros e agrupando-os num mesmo quarteirão, hábito, aliás, judeu, e talvez uma reminiscência da Idade Média, quando se denominavam as ruas pelo nome das profissões que nelas se reuniam — dos Ferreiros, dos Sapateiros etc., traços ainda hoje existentes no Brasil: rua dos Ourives, no Rio, rua dos Pescadores, no Recife, rua dos Foguetelros, rua dos Jangadeiros, em Maceió. Ou então pelos nomes étnicos: rua dos Judeus, no Recife. Nomes, aliás, que estão desaparecendo, substituídos por outros, quasi sempre sem expressão popular.

O que se dá na rua 1.º de Março, com o colorido sírio marcando-lhe o aspecto urbano, é o que acontece em outras cidades, onde também os judeus ou sírios ou turcos, conforme a denominação regional que cada povo lhes dá, vão-se fixando em determinada rua, à qual passam o traço de sua influência: em São Paulo, no Recife, na Baía. Constituem uma verdadeira área cultural; ou pelo menos econômico-social.

Na Pajussara está sendo construído o pôrto; é uma ameaça à sua unidade residencial, pois tudo indica que, pelo menos nas ruas próximas ao pôrto, se fará sentir uma invasão comercial, alastrando-se de Jaraguá, que lhe fica tão perto. A calma, a serenidade, o silêncio da Pajussara, estão com o futuro em perigo. A construção do pôrto, certamente, abalará a sua tradicional pacatez, só mesmo violada na época de verão

com os banhos de mar, as regatas, os passeios de bonde até a Ponta da Terra depois da matinée de domingo, no Capitólio.

Bebedouro é que não tem nada a ameaçar-lhe o silêncio em que vive. A não ser o trânsito de automóveis e caminhões para o centro do Estado, pois atravessa êsse arrabalde a estrada de rodagem tronco. Até mesmo as festas de Natal desaparecem; nada altera a fisionomia serena e imperturbável do arrabalde que já foi o mais elegante da cidade e descansa ouvindo o sussurro das águas da Manguaba.

De mais interêsse, sob o ponto-de-vista turístico, pelo menos, são a Levada e o Trapiche da Barra. Não porque haja no primeiro o Mercado Público, um grupo escolar, o Cinema Ideal, a Feira de Passarinho; nem porque haja no segundo o Quartel do 20.º B. C., o Cemitério Velho, o do Cajú, o Asilo dos Doidos, o Hospital de Isolamento. Mas sim pela influência das águas da lagoa. A Manguaba banha em cheio a Levada e o canal que vai levá-la ao contacto com a Mundaú passa pelo Trapiche da Barra.

Na Levada amerissam os aviões, de modo que o viajante que chegar a Maceió pelos ares tem um encontro pitoresco com a cidade: através da lagoa. E' um gôsto ver-se aquilo lá de cima; é um labirinto d'água, a que não faltam o colorido dos coqueirais, os mangues extensos, os goiamuns pela areia, e os pescadores apanhando sururú nas suas canoas. A Levada tem assim um interêsse turístico e comercial, ao mesmo tempo, por causa dos aviões. Interêsse apenas turístico propriamente, tem o Trapiche da Barra.

E' aí que se toma a lancha para ir à antiga capital: Alagoas. O passeio pela lagoa, partindo daí — passeio que nenhum bom turista deve perder — oferece uma paisagem rica de côres, através do variado conjunto de aspectos humanos e físicos da natureza. O escritor Valdemar Cavalcanti gravou certa vez dois aspectos que o viajante deve observar: o tipo de habitação e do vida do homem da lagoa. "A casa é o mocambo — todo de palha ou de taipa, coberto de palha. A disposição interna, a tradicional nos mocambos. Como aparelho sanitário, a toiça de bananeiras detrás de casa. Um candieiro de flandre na sala. Um Coração de Jesús de cromo ou uma Santa Teresinha. Às vezes o retrato de jornal de padre Cícero. Camas, uns giraus ou esteiras de piripirí."

A paisagem das lagoas tem qualquer coisa de vivo e de agitado; não é natureza morta. Um cenário quieto e môrno,

colorindo a existência de uma gente que não sabe bem o que é a vida; de meninos barrigudos, nuzinhos, queimados pelo sol, de homens de calças arregaçadas, sem camisa, de mulheres preparando a massa puba para o cuscuz, o bôlo doce, o pé-de-moleque, ou dedilhando os bilros nas almofadas de rendas; outras ainda colhendo frutas com os filhos escorados nos quartos.

De uma lagoa a outra — da Manguaba a Mandaú (esta não banha Maceió) — um longo canal vai registrando uma paisagem variada e bem tropical. As palmas dos coqueiros bailando no ar, as canoas atravessando as águas, os mangues cheios de caranguejos, os homens apanhando camarão para se alimentar. E' nas margens dêsse canal que se desenrola tôda a existência de mulheres, homens e crianças que muitas vezes não conhecem nada mais além do seu próprio mundo — o seu mocambo, metido entre coqueirais, o seu pequeno roçado de mandioca ou de macaxeira, os seus utensílios de pesca: a canoa, o anzol, o jereré, a tarrafa.

Através dêsse canal as canoas viajam de um extremo a outro. Nelas vão côcos, mangas, melancias, tijolos. Nos dias de domingo ou no tempo de festa passam cheias de rapazes e moças, que procuram as lagoas para os banhos da Bica-da-Pedra ou o piquenique na Volta-d'Água. Os sons dos violões, de vozes que cantam velhas modinhas ou sambas novos, enchem o ar. Atravessam as águas, entram pelos mocambos, agasalham-se no meio das árvores — dos cajueiros, dos jenipapeiros, das mangueiras.

Os animais domésticos vivem alí juntos; os gatos, os cachorros, as galinhas estão com os meninos, brincando todos, com o contacto ainda das árvores, à sombra dos seus galhos frondosas. São árvores gordas e fartas, raras as mirradas, algumas mais do que centenárias, alcoviteiras de namoros, traduzidos em versos ou frases que os apaixonados inscreveram em seu tronco.

E' todo um mundo o que proporciona a visao das lagoas. As águas, as árvores, os homens, os meninos, os animais se juntam, vivendo num contacto simples; simples e humano. E ainda nas margens da lagoa ou do canal que se encontra o trabalho de uma arte infelizmente hoje em decadência: a das rendas. Os bilros e as almofadas estão pelas portas ou pelo interior dos mocambos; as mulheres fabricam aquilo com um gôsto único. São peças preciosas, ricas pela variação dos dese-

nhos, encantadoras pela simplicidade e pelo bem-acabado do feitio.

O progresso industrial tem feito substituir o trabalho humano pelo da máquina; mas nas rendas a beleza está mais no trabalho da mão que no da máquina. E' feito com mais paciência, com mais vida, com mais relêvo. As rendas da almofada, dessas feitas em Maceió nas zonas próximas da lagoa, têm qualquer coisa de mais natural, de mais encantador, de mais original mesmo.

Leite o Oiticica, em interessante trabalho para o Livro do Nordeste, comemorativo do centenário do Diário de Pernambuco (1925), assinalou os diversos desenhos das rendas de almofada: traça, estrada de ferro, pano fechado e percevejo, pano fechado e melindres, pano aberto e cordão, aplicação, bico em campo aberto, coentros em carreira, traça e cordão, filó, galão, bico picoté, além de outros. Ao tamanho da renda corresponde o número de bilros usados no trabalho: as estreitas precisam de meia dúzia; as mais largas exigem maior número, às vezes quatro ou cinco dúzias. Quanto ao uso: as estreitas servem ordinariamente para enfeites de camisas de criança ou de mulher; as mais largas podem ser adaptadas a vestidos, saias e também a roquetes e alvas dos sacerdotes.

Já houve tempo em que a moda da renda — vestidos de rendas, babados de rendas, camisas de rendas — dominou a grande; e aí era de ver o orgulho da rendeira, a satisfação e a vaidade pelo triunfo do seu trabalho. As modificações sociais, alterando hábitos e costumes, influindo na oscilação da moda, fizeram com que, pelo menos muito em Maceió, diminuísse o interêsse pelos trabalhos de renda. Mas, ainda assim, pelo Trapiche da Barra encontram-se boas e peritas rendeiras.

Para o turista que quer coisas modernas — bangalôs, avenidas, construções mais ou menos suntuosas — o arrabalde é o Farol. Aí é que se vem concentrando a moradia aristocrática da cidade. A situação topográfica do arrabalde muito concorre para que seja nêle, embora ultimamente tenha diminuído o número de edificações, que se venha sentindo mais sensivelmente a expansão urbana de Maceió; é o único arrabalde onde a área a ocupar-se ainda é grande. Nos outros, entre o mar e o morro do Jacutinga — Pajuçara, Poço, Mangabeiras — ou entre as lagoas e o centro urbano — [illegible], Trapiche da Barra, Bebedouro — não é possível fazer essa expansão com os elementos que o Farol proporciona. Daí ser neste bairro onde a expansão da cidade toma maior incremento.

Assim é que [illegible] os [illegible] de anos atrás, substituído-os as [illegible] novas que surgem a cada momento. Transformado na zona residencial mais elegante da cidade, o Farol alarga a sua área de domínio; e expande-se e cresce como um símbolo da própria expansão e do crescimento urbano de Maceió.

Rio, novembro de 1932.